

idn cadernos

AMÉRICA DO SUL: UMA VISÃO GEOPOLÍTICA

JOSÉ MANUEL FREIRE NOGUEIRA

América do Sul: Uma Visão Geopolítica

José Manuel Freire Nogueira

Lisboa
Dezembro de 2015

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores, não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43

Fax.: 218 492 061

E-mail: geral@europress.pt

www.europress.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 150 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2015

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Preâmbulo | 7 |
| Resumo/Abstract | 9 |
| Índice de Figuras e Tabelas | 11 |
| Introdução | 13 |
| Capítulo I – Os Fatores Estruturais | 18 |
| 1. A Moldura Geográfica | 18 |
| a. Posição, Extensão, Morfologia | 18 |
| b. O Clima | 20 |
| c. A Vegetação | 21 |
| d. O Efeito Combinado dos Acidentes Geográficos, do Clima e da Vegetação | 23 |
| 2. As Raízes do Presente | 25 |
| a. A Organização do Espaço | 26 |
| b. Os Imperialismos Concorrentes: Portugal e Espanha | 28 |
| c. Os Outros Imperialismos Concorrentes: Franceses, Ingleses e Holandeses | 30 |
| d. O Fim dos Impérios e as Independências | 31 |
| e. Os Estados antes das Nações | 34 |
| f. Os Conflitos Interestatais | 35 |
| g. Os Conflitos Intraestatais | 37 |
| h. O “Amigo” Norte-Americano | 42 |
| Capítulo II – Entre o Estrutural e o Conjuntural | 47 |
| 1. A Religião e a Língua | 47 |
| 2. A Demografia | 49 |
| 3. Os Valores Culturais | 53 |
| 4. A Educação | 58 |
| 5. Recursos e Economia | 60 |
| a. O Ciclo do Açúcar | 60 |
| b. O Ciclo dos Minerais | 61 |
| c. O Ciclo do Cacau | 63 |
| d. O Ciclo do Café | 63 |
| e. O Ciclo da Borracha | 64 |
| f. O Petróleo e o Gás Natural: Um Novo Ciclo? | 65 |
| g. A Agropecuária e as Florestas | 68 |
| 6. Os Transportes | 68 |
| a. As Rodovias | 68 |

| | |
|---|---------|
| b. As Ferrovias | 70 |
| c. As Vias Fluviais | 72 |
| d. Os Portos | 74 |
| 7. Os Fatores de Divergência | 75 |
| a. A Fluvialidade | 75 |
| b. O Acesso às Fachadas Marítimas | 76 |
| c. A Bi-Maritimidade | 77 |
| d. A Bi-Continentalidade | 78 |
| 8. Concertos e Desconcertos | 79 |
| 9. A Democratização e os Fatores de Cooperação | 85 |
| 10. A Dimensão Militar e de Segurança | 86 |
| Capítulo III – A Geopolítica e os Geopolíticos | 95 |
| 1. Os Modelos Globais | 95 |
| 2. Colômbia | 98 |
| 3. Venezuela | 101 |
| 4. Equador | 102 |
| 5. Peru | 103 |
| 6. Bolívia | 104 |
| 7. Paraguai | 105 |
| 8. Uruguai | 106 |
| 9. Chile | 107 |
| 10. Argentina | 111 |
| 11. Brasil | 113 |
| 12. Perspetivas Futuras | 126 |
| Conclusões | 130 |
| Bibliografia | 135 |

José Manuel Freire Nogueira

Natural de Lisboa, foi oficial do Exército no ativo entre 1969 e 2006, qualidade em que desempenhou várias funções de comando, docência e estado-maior, nomeadamente uma comissão de serviço em Angola, professor do então Instituto de Altos Estudos Militares, bem como duas comissões de serviço em cargos na NATO. Terminou a sua carreira como Major-General e subdiretor do IDN.

Mestre em Estratégia (ISCSP) e Doutor em Relações Internacionais (UNL) publicou ou colaborou em 5 livros e tem mais de uma dezena de artigos publicados em Portugal, Espanha, Brasil, Itália e Roménia. Nos últimos anos tem sido professor do ensino superior, e desde 2013, presidente Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Preâmbulo

Este trabalho nasceu como embrião de um artigo para um periódico no outono de 2013 e cedo descartilhou. De facto, foi crescendo e criando densidade, inicialmente de um modo quase involuntário, em paralelo com atividades mais prementes.

Na verdade, depois de um esforço persistente e continuado para elaborar uma Tese de Doutoramento já no outono da vida, dediquei-me sobretudo ao ensino e a escrever pequenos ensaios sobre a “nova tragédia Europeia”, bem como alguns contributos para obras mais vastas sobre Estratégia e Relações Internacionais, dedicando apenas alguns tempos livres ao presente trabalho.

Agora que está finalizado, verifico que ele tem alguns méritos: permite, pelo menos, ilustrar uma maneira – que espero diferente – de utilizar as ferramentas do método de análise geopolítico aplicado à escala de um continente.

Assim sendo, não se procure nele os detalhes da “espuma dos dias”, nem juízos de valor e muito menos alinhamentos ideológicos.

Tentei combinar *quantum satis* as geografia física, humana e económica, com as “leis” da Geopolítica, com a História, a Cultura e a Estratégia, tudo sob o olhar sereno, silencioso, omnipresente e nunca neutro do palco geográfico onde se desenrola a Comédia Humana.

Com várias lacunas – compreendo hoje que um tema desta magnitude requeria uma dimensão pelo menos tripla – o trabalho aqui fica.

Ao leitor cabe ajuizar se não perdi o meu e o seu tempo.

Não quero deixar de agradecer, em primeiro lugar, a preciosa ajuda da mente culta, esclarecida e amiga do professor Armando Marques Guedes que me apoiou com inúmeras sugestões e críticas.

Não posso, também, deixar de agradecer a vários alunos a quem, ao longo dos anos fui “encomendando” trabalhos de cariz geopolítico sobre a América do Sul. Registo aqui a minha gratidão aos Drs. Fernando Sampaio, Lúcia Moreira, Ondina Pinto, Isabel Brandaia, Fernando Videira, Carlos Magalhães, Ana Colares, André Mosqueira, Gonçalo Almeida, Inês Pinto, Manuela Fonseca, Natércia Simões, Regina Teixeira e Paulo Cabral Sacadura.

Sintra, outubro de 2015

Resumo

Periférica e fonte de matérias-primas para terceiros, a América do Sul nunca desempenhou um papel de relevo no xadrez mundial.

Com uma geografia física e uma variedade climática que favorecem a segmentação foi, também por isso, colonizada e administrada de diferentes modos por portugueses e espanhóis, factos que vieram a refletir-se na configuração dos Estados e numa forte dimensão conflitual após as independências do século XIX.

De tudo isto resultou também uma distribuição assimétrica das populações – elas próprias resultantes de uma justaposição talvez única no planeta –, bem como uma forte tendência para o florescimento de pequenos poderes locais, criando deste modo um campo ímpar para a análise geopolítica, já que a teorização era frequentemente confirmada pela realidade. Aliás, não é certamente por acaso, que a teoria geopolítica é ainda omnipresente em todo o subcontinente.

De facto, desde sempre dominados ou tutelados por potências exteriores, cerca de duzentos anos após as independências, os países da América do Sul ainda procuram os seus caminhos. Hegemonia, acerto de fronteiras, integração, cooperação política e económica, tudo permanece em aberto.

Sem ousar fazer futurologia, a geopolítica fornece bases perenes de previsão. Foi o que se tentou fazer.

Abstract

Peripheral although being a source of commodities, South America never had an important role in the international chess board.

With a physical geography and climate favoring segmentation, because of these factors she was colonized and ruled differently by the Portuguese and the Spaniards, facts that contributed to the states' configuration and to the aggravation of regional conflicts after their independences during the XIX century.

As a result, due to an uneven distribution of the population and a strong tendency towards the flourishing of small local powers, a unique field of geopolitical analysis was created, given the fact that the theories were frequently confirmed by reality. Accordingly it isn't a surprise that geopolitical theories are omnipresent in the subcontinent.

In fact, since the end of the tutelage or the ruling of external powers and two hundred years after their independences, South America countries are still looking to find their way. Hegemony, frontier demarcation, integration, political and economic cooperation, all stands open.

Not wanting to do some kind of futurology, geopolitics offers permanent bases to prediction. This was what we intended to do.

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

| | |
|---|--------|
| Figura 1 – Geografia Física da América do Sul | 19 |
| Figura 2 – O Clima na América do Sul (simplificado) | 20 |
| Figura 3 – Vegetação da América do Sul | 22 |
| Figura 4 – Mapa de Vice-Reinos e Capitanias da América do Sul | 27 |
| Figura 5 – A Organização do Território: A Solução Portuguesa | 29 |
| Figura 6 – As Independências na América do Sul | 32 |
| Figura 7 – Principais Alterações de Fronteiras | 36 |
| Figura 8 – Distribuição e Densidade Populacional na América do Sul | 49 |
| Figura 9 – Pirâmide Etária da População por Sexo: Brasil, América Latina e Caribe 1950-2050 | 50 |
| Figura 10 – Regiões Étnico-Culturais na América do Sul | 53 |
| Figura 11 – Minerais na América do Sul | 62 |
| Figura 12 – Mapa das Principais Vias Rodoviárias da América do Sul | 69 |
| Figura 13 – Vias Férreas no Continente Americano | 70 |
| Figura 14 – Rios Navegáveis da América do Sul | 72 |
| Figura 15 – Disputa Entre o Chile e a Argentina no Extremo Sul do Continente | 78 |
| Figura 16 – Expansão Territorial do Brasil | 80 |
| Figura 17 – Ambições Expansionistas dos Alemães Antes de 1914 | 82 |
| Figura 18 – Zonas Geopolíticas da América do Sul Segundo Carlos Badía Malagrida | 96 |
| Figura 19 – Zonas Geopolíticas da América do Sul Segundo Bernardo Quaglioti de Bellis | 97 |
| Figura 20 – Zonas Geopolíticas da América do Sul Segundo Políbio Valente de Almeida | 98 |
| Figura 21 – Geopolítica da América do Sul Segundo Julio Londoño | 100 |
| Figura 22 – Ambições do Chile e da Argentina no Extremo Sul | 111 |
| Figura 23 – A Visão Geopolítica de Golbery do Couto e Silva e a Manobra a Partir da “Posição Central” | 119 |
| Figura 24 – A Teoria da "Defrontação" Segundo Therezinha de Castro | 123 |
| Tabela 1 – Dimensões Culturais na América do Sul | 55 |

Introdução

Se o Homem é um animal social, é também um animal territorial. Destes imperativos culturais e biológicos deriva grande parte do comportamento humano, daí decorrendo que uma análise da política que negligencie a segunda vertente será sempre incompleta e, pior, poderá tornar ininteligível motivações que, quiçá menos racionais, são omnipresentes nos homens e nas sociedades. O espaço, em que as sociedades humanas se movem, é um dado essencial.

De facto, é quase evidente para todas as mentes razoavelmente informadas que o conhecimento e a compreensão alargada do espaço, permitindo abarcar e relacionar meios geográficos para além da experiência e horizonte individuais, conferiram, durante séculos, um poder acrescido a quem o possuiu em grau exclusivo. Basta recordar o secretismo dos primeiros mapas, guardados como verdadeiros segredos de Estado.

Quando o conhecimento geográfico finalmente se disseminou pelas massas foi, na maior parte das vezes, um poderoso instrumento do poder, ao difundir uma perceção de espaço relacionada com determinados projetos políticos, projetos esses que moldaram – muitas vezes com grande habilidade e pouco fundamento científico – o sentir coletivo dos povos, em especial quando se tratou de transformar os Estados em Nações, ou mesmo de transformar as Nações em Estados.

Na verdade, o poder que é, muito simplesmente, a capacidade de levar outros a cometer ações ou aceitar factos que, de outro modo, recusariam, deriva em parte dessas perceções e, muito claramente – entre muitos outros fatores – da manipulação ou aproveitamento de fatores geográficos. Compreender os seus fundamentos – de onde vem, como se exerce – é, obviamente, um importante auxiliar à sua objetivação e eficácia.

No Ocidente, as primeiras abordagens do problema do poder que chegaram até nós datam da Grécia Clássica e tiveram no método, no móbil e no número daqueles que o exerciam o seu enfoque principal. Foi uma abordagem que ficou e marcou indelévelmente o nosso pensamento político por dois milénios, incluindo o do mundo romano mas cujas bases caíram, contudo, no esquecimento com o declínio e morte do império e a sua substituição pelo poder espiritual e temporal da Igreja Católica. Quando, muito mais tarde, se deu a fragmentação do poder da Igreja, os homens começaram a interrogar-se sobre se – na ausência dum plano divino que tudo regularia – não haveria um “estado natural” a que se pudesse aludir como contraponto “nocional”. As respostas obtidas, variando largamente com a ótica, a classe social e a nacionalidade dos pensadores, influenciaram os modelos políticos em que, ainda hoje, nos movemos.

Mas a decifração da natureza e das fontes do poder só obteve respostas satisfatórias no século XX. Conhecidas estas, foi possível passar a outra fase: a avaliação e comparação de poderes, base de todos os raciocínios estratégicos e também fonte de trágicos enganos. Hoje, esses mecanismos são encarados com mais circunspeção e constituem meros indicadores, como é o caso da chamada “equação do poder” concebida pelo norte-americano Ray Steiner Cline (1977) nos anos 70 do século XX – descrita na altura, com enorme exagero, como a “equação de Einstein da Estratégia” – mas que, apesar de

tudo, continua a fornecer a inspiração essencial das múltiplas bases de dados que usam várias metodologias e variáveis para sopesar os fatores que influenciam o poder¹.

De facto, as sociedades humanas, a um tempo objetos e sujeitos da política, são assim, simultaneamente, o meio sobre o qual se exerce o poder e a fonte da qual ele deriva. A crescente compreensão do Mundo veio revelar que, para além de algumas características comuns, as sociedades diferem profundamente entre si, conduzindo não só as diferentes soluções internas mas a dificuldades e desafios nas suas interações externas. Se o postulado de uma escala única de valores não é nem convincente nem em boa verdade linearmente exequível, é necessário aprofundar a compreensão das diferenças. A identificação das respetivas “origens”, ou pelo menos de *leitmotive* estáveis e transversais, constitui, indubitavelmente, um passo importante nesse sentido.

Porque as sociedades são, efetivamente, um produto complexo? Se, por um lado, os nexos de causalidade são difíceis de estabelecer e por outro, a larga margem de indeterminação que caracteriza todas as ações humanas as pode conduzir em várias direções, parece indiscutível que existe um conjunto de circunstâncias que, atuando à escala do tempo longo as modelam com determinadas traços que, sem lhes determinarem o rumo, as tornam mais ou menos propensas a determinados comportamentos. São aquilo que o autor designou, noutro tempo e local, como *forças profundas* (Nogueira, 2011).

Entre elas se inclui a História – com os seus mitos, as suas solidariedades, a sua autoimagem, bem como as suas hostilidades –, os Valores Culturais de longa duração – os valores sociais, o grau de rigidez da sociedade, a atitude perante o poder e a adversidade –, a Língua – verdadeiro genoma oral que, além do mais, parece contribuir para a estruturação do pensamento –, a Religião – com os seus códigos de conduta, favorecendo certos comportamentos e valores, desfavorecendo outros –, as formas infranacionais de organização social como o clã, a tribo e etnia – com um grau de coesão decrescente e que se torna mínimo acima do nível nacional –, às quais é indispensável, além dos dados pertinentes da Geografia Humana, o cenário quase imutável onde se desenrola a vida das sociedades, ou seja, a Geografia Física.

Se as *forças profundas* podem ser analisadas do ponto de vista da sua influência no poder e portanto, na política, não parece descabido que a influência da Geografia possa ser objeto dum estudo autónomo que, baseado embora no conhecimento geográfico, tenha como parâmetros principais – entre os da geografia física – a posição, a extensão, o clima, os recursos e a forma; e entre os da geografia humana, a demografia e a distribuição espacial. Assim nasce um enquadramento mais alargado para a Geopolítica que, seguindo o seu método próprio, não pode deixar de articular com os outros ramos do conhecimento que viabilizam uma cabal compreensão das *forças profundas* – entre as quais ela fica, assim, incluída.

Desta articulação – que o autor (Nogueira, 2011) definiu como o método geopolítico alargado – não pode deixar de resultar uma profícua análise da interação entre a geografia

1 A mais conhecida é a *Global Firepower* que compara o Poder Militar dos Estados, entrando com uma grande variedade de fatores, constituindo hoje uma preciosa fonte de consulta, embora deva, é claro, ser encarada com reserva, uma vez que a valoração relativa dos fatores é, inevitavelmente, subjetiva.

e as outras *forças profundas*. Mas não só. Todas elas confluem em outros aspetos que nelas não se incluem necessariamente, como por exemplo, no tipo e grau de Civilização, na Religião, ou até na forma de fazer a Guerra.

Assim se evitará, espera-se, anteriores desvios reducionistas de uma geopolítica hoje em dia pouco adequada ao espírito metodológico de um tempo de complexidade e que, além de quase se restringir às relações de conflito e, como conhecimento próximo do poder, tenderia a produzir hipóteses legitimadoras de determinadas opções daquele, dando uma importância quase exclusiva aos dados da geografia física, deixando quase de lado a geografia humana e era totalmente alheia aos factos não geográficos, ou menos “materiais”.

Mas a geografia tem que ser mantida dentro das baías em que opera de maneira eficaz. De facto, parece hoje claro que a geografia física atua, basicamente, como “incitamento” e “limite” à atividade humana. Incitamento, na medida em que certas posições propiciam atividades e comportamentos que doutra forma não estariam no leque do possível. Limite, na medida em que as leis da natureza não podem ser ultrapassadas e que certas posições, se não superadas, limitam as opções das sociedades – um Estado encravado não pode esperar ter um poder marítimo significativo. Esta dicotomia tende a impor escolhas na medida em que, por exemplo, os homens preferem estabelecer-se em locais que lhes sejam favoráveis, limitando assim, de alguma forma, a liberdade que de outro modo teriam. Resulta claro, também, que esta limitação vai recuando à medida que o progresso técnico vai permitindo ao Homem um melhor domínio sobre a natureza, alterando, por vezes substancialmente, o melhor equilíbrio entre a sociedade e o meio, cujo centro de gravidade, desta forma, se vai deslocando no espaço².

É claro que a estes fatores “estruturais” e estruturantes é preciso juntar os fatores “conjunturais” que embora moldados e condicionados pela estrutura, contribuem igualmente para a modular. Os recursos disponíveis, a capacidade para deles tirar partido, a adequação das infraestruturas, a qualidade das instituições, a qualidade do governo e da administração, a capacidade para assegurar o poder do Estado e a ordem interna, bem como a capacidade relativa das suas forças militares e o grau de liberdade de ação externa, juntamente com o tipo de relações mantidas com poderes vizinhos ou apenas competidores, são exemplo de alguns fatores conjunturais que sopesados na devida proporção – e aqui reside talvez a maior dificuldade – contribuem para uma visão mais aprofundada daquilo que sempre procuramos saber, até sobre nós próprios: de onde vem esta gente, quem é ela, para onde vai?

Levantado o pano e esboçado o método, é tempo de nos debruçarmos sobre a América do Sul, um dos continentes do Sul do planeta que têm sido, no seu conjunto e nos últimos dois séculos, largamente irrelevantes para os grandes jogos da política internacional.

Mesmo quando assim não foi, tal não resultou tanto de características geopolíticas próprias como do grau em que o domínio dos seus recursos pelas potências do Norte contribuíram para o potencial económico e estratégico destes poderes. Isto resulta, pelo

2 Adaptação de texto incluído na obra do autor de 2011.

menos em parte, da posição geograficamente excêntrica que ocupam relativamente aos grandes poderes do mundo que, desde que os continentes deixaram de estar isolados por grandes massas de água e de desertos, se situam no hemisfério Norte e que, mercê de modificações que foram capazes de introduzir na própria geografia – com a construção dos canais do Suez e do Panamá –, mantiveram os continentes do Sul à margem dos grandes fluxos económicos mundiais e das suas lutas pelo poder.

Habitados por apenas uma pequena parte da população do mundo, dominados, política e economicamente por potências exteriores, com processos muitas vezes caóticos de autonomia e de ajustamento fronteiriço, não é de estranhar que em especial a América do Sul tenha sido praticamente ignorada primeiro por Mackinder³, depois incluída na esfera de domínio norte-americano pelo alemão Karl Haushofer⁴, e ainda desprezada por Nicholas Spykman (1943: 46)⁵ como uma América diferente e inferior que deveria fazer parte da cintura de segurança dos EUA, mais uma vez negligenciada por Brzinski e Kissinger – que centram as suas preocupações geopolíticas no domínio da Eurásia – e mesmo há dez anos incluída, juntamente com a África, por Saul Cohen (2003: 359-395) naquilo que este autor designou de *The Quarter-Sphere of Marginality*. Temporariamente trazida ao palco pela luta pela hegemonia mundial na segunda metade do século XX polarizou-se em campos opostos e, mais de vinte anos depois de terminada a Guerra-Fria, algumas dessas sequelas tardam em desaparecer, justificadas por diferenças que radicam em realidades geográficas, étnicas, culturais e históricas.

O subcontinente Sul-Americano foi o último a entrar no “sistema-mundo” – no sentido geral que lhe deu Immanuel Wallerstein (1974). Geológica e humanamente jovem, foi no entanto, o primeiro a sacudir o domínio político europeu e tentar uma via inequivocamente original, pese embora as fortes diferenças regionais. Como os seus poderosos vizinhos do Norte um produto obviamente adaptado da civilização europeia, embora de diferentes matrizes – Samuel Huntington (1999: 51) considerou mesmo a existência de uma “civilização” sul-americana – os sul-americanos tateiam há cerca de 200 anos em busca de caminhos que lhes abram definitivamente as portas do progresso. O que os tem constringido até agora e quais são as suas probabilidades de sucesso é aquilo a que este breve ensaio procura encontrar em algumas respostas.

- 3 Sir Halford Mackinder (1861-1947) geógrafo britânico, elaborou a primeira visão geopolítica – sem nunca usar a palavra – global em 1904, a qual, baseada no antagonismo histórico entre o poder terrestre e o poder marítimo, considerava uma série de faixas em torno da Eurásia e do seu centro – a área *pivot*, mais tarde *heartland* – que, constituindo sedes de poder de natureza diferente, continham a “chave” da hegemonia mundial.
- 4 Karl Haushofer (1869-1946) militar alemão que, tendo-se reformado como general em 1918, mercê do seu doutoramento em Geografia (1913) se tornou professor convidado de Geografia e História Militar na Universidade de Munique. Foi fundador e diretor da revista *Zeitschrift für Geopolitik* – onde defendeu a teoria dos grandes espaços autárquicos, as célebres pan-regiões na qual todo o continente americano seria incluído na chamada Pan-América sob direção dos EUA – e a figura de proa da geopolítica alemã entre guerras. Conotado – ao que parece injustamente – com o partido nazi, acabou por se suicidar em 1946.
- 5 Nicholas J. Spykman (1893-1943) partia de uma separação radical entre a América anglo-saxónica e a América dos latinos. Nas suas palavras as terras situadas ao sul do Rio Grande constituem um mundo diferente do Canadá e dos Estados Unidos. E é uma pena que as partes de fala inglesa e latina do continente tenham que ser chamadas igualmente de América, evocando uma similitude entre as duas que de facto não existe.

Porque dela não faz parte e também por razões metodológicas, os países da América Central, que inclui em especial o México que hoje se encontra mais perto do Norte do que do Sul, bem como os que pertencem ao “Mediterrâneo Americano” – as Caraíbas – e que têm fortes afinidades com os que aqui serão abordados, não serão referidos a não ser de uma forma indireta. Culturalmente muito diferentes e, de um modo geral, pouco relevantes para o xadrez sul-americano, as antigas Guianas merecerão apenas uma menção marginal.

Naturalmente, ao Brasil, por razões de afinidade linguística e cultural com o autor, mas também porque representa, “grosso modo”, metade da área e da população do sub-continente, será dado um relevo especial.

CAPÍTULO I

Os Fatores Estruturais

1. A Moldura Geográfica

a. Posição, Extensão, Morfologia

A primeira coisa que ocorre a quem consulta o mapa do Atlântico Sul é o quase perfeito entrosamento visual entre as duas margens atlânticas dos dois continentes austrais. De facto, uma teoria apresentada pelo alemão Alfred Wegener (1880-1930) em 1912 – baseada também em similitudes geológicas e de alguma fauna fóssil em ambas as margens – sustentava que ambos os continentes se teriam começado a apartar há pelo menos 250 milhões de anos. Refutado durante muito tempo, a moderna teoria acabou por lhe dar razão. As fortes semelhanças não são, portanto, apenas fruto do acaso.

Outro aspeto que chama a atenção no continente sul-americano é a sua forma relativamente compacta, formando como que um gigantesco triângulo com lados de cerca de 6.000 km, em que um dos vértices aponta para o Pólo Sul, outro para a África e outro para a América do Norte. Nada de costas profundamente recortadas, nada de grandes sistemas insulares adjacentes, a vida marítima não parece ser o seu destino.

Três outros grandes aspetos dominam igualmente a moldura física do continente e resultam da sua formação geológica. De facto, quando, há cerca de 65 milhões de anos, a deriva do continente para oeste o fez embater na placa do Pacífico, um imenso enrugamento geológico se terá produzido, dando origem à gigantesca cordilheira dos Andes – cuja formação recente impressionou o jovem Darwin – e que ocupa toda a fachada do Pacífico. Desta orogenia por subducção resultou que minerais de grande peso atómico, que normalmente se encontram a grande profundidade, tenham sido empurrados para a superfície. É o caso do cobre que se encontra no deserto de Atacama (hoje na posse do Chile) e que foi palco de várias disputas.

Este aspeto particular da América do Sul teve ainda outra consequência: os grandes rios do continente – com exceção do Paraguai, do Paraná e do São Francisco – nela nascem e dela se dirigem para o oceano Atlântico formando imensas bacias hidrográficas. A mais notável de entre elas é a também gigantesca bacia do Amazonas – a maior do mundo, com quase 7 milhões de km² que debita no oceano um quinto de toda a água doce do planeta – e que ocupa quase um terço de toda a superfície da América do Sul; em contraste, do outro lado dos Andes, os pequenos rios que descem para o Pacífico são praticamente irrelevantes numa costa que é de um modo geral abrupta a ponto de não existir sequer uma plataforma continental. Resultado: na costa do Pacífico não existem nem grandes estuários nem grandes portos. Uma das muitas injustiças da natureza, já que é igualmente a leste dos Andes que se situa o terreno mais abençoado de todo o continente: a extensa, fértil e irrigada zona de planície no Cone Sul servida pela Bacia do Rio da Prata que desemboca num extenso estuário de fácil acesso ao Atlântico, ao contrário de outras zonas mais a norte em que uma geografia madrastra coloca grandes dificuldades à comunicação do interior com o mar. De facto, a “Grande Escarpa” do Brasil que se

estende desde a Serra do Mar no Sudoeste até ao atual Estado de Minas Gerais, isola as zonas costeiras – cujo acesso marítimo é aliás apenas possível nos locais em que as fraturas ou erosões daquela tiveram lugar – do interior, fazendo igualmente, com que muitos rios corram para ocidente.

Figura 1 - Geografia Física da América do Sul



Fonte: Mapa América do Sul Físico, Ed. Bia 2 x 23. Retirado de Rocksul Livros [online]. Disponível em <http://www.rocksullivros.com.br/catalog/product/gallery/id/69/image/71/>

Valerá a pena mencionar ainda uma característica da morfologia da cadeia andina e dos planaltos de grande altitude que nela encaixam. No Norte, a cadeia divide-se em três, no Centro em duas e apenas no Sul se encontra uma única linha de crista. Como resul-

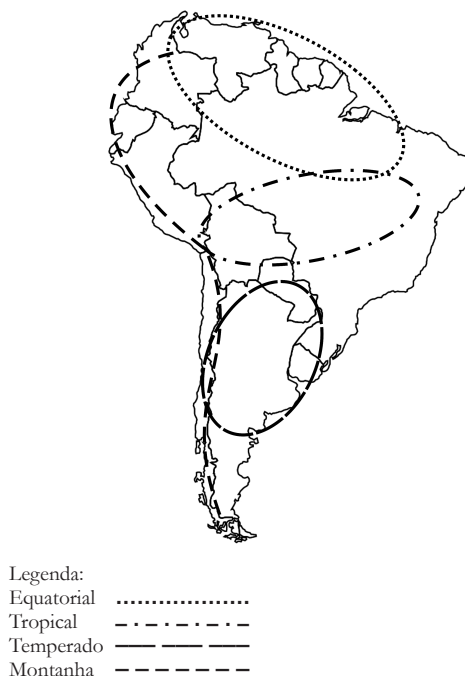
tado, nesta zona Norte, os dois planaltos setentrionais e o planalto mais a sul são habitáveis e constituem zonas de unidade. Apenas no sul da cadeia, onde não existem planaltos, a cadeia é suficientemente alta, estreita e repulsiva do povoamento para constituir uma barreira (Cohen, 2003: 363).

Embora se estenda por mais de 7.000 km no sentido norte-sul e por cerca de 5.000 km no sentido este-oeste, a América do Sul ocupa apenas 18% do total das terras emersas do planeta, cerca de metade da área do continente africano.

b. O Clima

Com tal extensão no sentido dos meridianos – aproximadamente dos 10° de latitude norte aos 56° de latitude sul – a América do Sul apresenta uma enorme variedade climática. Do tropical húmido mais extremo, ao desértico até ao clima glacial, tudo ali se encontra. A sua posição e forma fazem com que 4/5 da sua superfície estejam abaixo da linha do Equador, o que confere características tropicais a cerca de 2/3 da sua zona Norte. Em toda essa zona os solos são pobres e o excesso de humidade frequentemente impede as sementes de amadurecer. As doenças são difíceis de dominar e a atividade humana ressent-se de tudo isto. As águas abundantes, quentes e ácidas, dissociam os minerais e empobrecem o solo, tornando-o muito frágil e dependente da floresta que o cobre. Se esta for destruída, a erosão não tardará a tornar o solo rochoso.

Figura 2 - O Clima na América do Sul (simplificado)



Pelo contrário, nas regiões tropicais onde alternam uma estação seca e uma estação húmida, caracterizam-se pelas florestas mais ou menos abertas e por uma forte amplitude térmica. Os solos, em geral medianamente profundos, expostos à bigorna do sol durante a estação seca tendem, quando descobertos pela erosão da estação húmida, a constituir uma couraça estéril vulgarmente conhecida por laterite, a que no Brasil se dá o nome de “canga” (Daveau, 2005: 48-50). Apenas a altitude ou a proximidade do mar são suscetíveis de moderar estas condições tão características das zonas tropicais. É o que acontece nas zonas tropicais dos Andes e, em menor grau, na fachada atlântica.

Na parte central da Costa Oeste, os ventos marítimos húmidos derramam grande parte da sua chuva nas encostas ocidentais da cordilheira andina, fazendo com que ela praticamente não chegue aos planaltos do interior contribuindo, deste modo, para a sua aridez. É o caso, por exemplo, do Deserto de Atacama que pelos seus recursos minerais foi, e é, alvo de frequentes disputas.

Climas especiais e localizados marcam presença. É o caso da Planície do Grande Chaco – partilhado atualmente entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e a Bolívia – onde a temperatura oscila entre os -7°C no inverno e os 47°C no verão.

No chamado Cone Sul – com limites mal definidos mas, geralmente, considerado como o território abaixo do Trópico de Capricórnio – e antes que a proximidade do círculo polar antártico faça sentir a sua influência através da predominância de uma tundra semigelada, o clima adoça-se e a região goza de um clima temperado com quatro estações bem definidas. Não é assim de admirar que, quando terminaram as restrições à imigração impostas pelos antigos colonizadores, a região – fruto também das inúmeras crises na Europa – tenha sido literalmente inundada com emigração proveniente de zonas em que o clima similar era predominante, isto apesar da maior distância da Europa. À semelhança, aliás, do que aconteceu no Sul da África por razões análogas.

c. A Vegetação

A cobertura vegetal é tributária dos restantes parâmetros da geografia física e é natural que, com tal variedade, ela apresente características de complexidade equivalente. De facto, a percentagem relativa de área florestal na América do Sul é a mais elevada do mundo, representando 51% da sua superfície – em comparação com os 26% de África, na mesma latitude e em condições climáticas semelhantes. Os restantes 49% distribuem-se entre as savanas (26%), terras cultivadas (7%) e incultas (16%) (Almeida, 1994: 167-203).

Figura 3 - Vegetação da América do Sul



Fonte: South America: Vegetation Zones [Map/Still]. Britannica Online for Kids.

Retirado em 18 novembro de 2015. Disponível em <http://kids.britannica.com/comptons/art-160671>.

As florestas tropicais de folha caduca encontram-se ao longo da linha de separação de águas no Equador, na Venezuela e na costa do Brasil a cerca de 7° a sul do Trópico de Capricórnio. Florestas caducifólias ou temperadas de latitude intermédia encontram-se nos maciços costeiros de pequena altitude do Sul do Brasil, Chile e Argentina. No extremo Sul do continente e nas ilhas da Terra do Fogo, encontram-se as florestas austrais. Entre estas regiões mais secas e a floresta equatorial, encontram-se extensas planícies com ervas altas (as savanas ou campos) e vegetações arbustivas (campos cerrados). O Sul do Brasil e as encostas dos Andes estão cobertos de florestas caducifólias, que se tornam mais para sul em planícies com pequenos vales e com bosques nas colinas.

O Grande Chaco caracteriza-se por planícies de matagal disperso. As pampas planas do Centro da Argentina constituem a maior planície de gramíneas da América do Sul.

No Sul, uma zona de mata espessa (monte) delimita a transição para os matos baixos e os tufos de erva que cobrem a região mais seca e mais fria da Patagônia.

Ao longo da costa do Pacífico, a vegetação, à medida que se caminha para norte, passa das extensões cobertas de bosques, aos arbustos e ervas no Centro do Chile e depois ao mato e às plantas de deserto que predominam no Norte do Peru e nos flancos das montanhas.

Uma variedade com profundas influências económicas, sociais e políticas quando populações humanas nelas se instalaram.

d. O Efeito Combinado dos Acidentes Geográficos, do Clima e da Vegetação

Desde muito cedo que os primeiros teóricos da geopolítica caíram na tentação de estabelecer um nexo direto de causalidade entre o meio geográfico e o comportamento humano, logo entre aquele e as suas instituições e comportamentos políticos. O mais conhecido dos teóricos dessa corrente não foi, como habitualmente se crê, o alemão Friedrich Ratzel, mas sim o geógrafo norte-americano Ellsworth Huntington (1915) que, de todas as influências que atuam sobre o Homem e a Sociedade, elegeu o clima como o fator central do seu raciocínio geopolítico. Esta visão está hoje ultrapassada como demonstrou recentemente, entre outros, o norte-americano Jared Diamond (1999), mas seria estultícia negar que o clima influencia a vegetação, que também resulta dos acidentes geográficos e que todos estes fatores se combinam para, por um lado, incitar o comportamento humano e por outro, constituir um limite por vezes inultrapassável a esse mesmo comportamento. Arnold Toynbee enunciou, nos anos 30 do século XX, esta relação com meridiana clareza e ela é tanto mais clara quanto menos desenvolvida é a sociedade e quanto mais desfavorável é o meio em que vive. É o caso de grande parte da América do Sul.

De facto, a selva é o bioma onde a atividade económica humana encontra maiores dificuldades de adaptação. A simples desmatção é sempre onerosa, os solos são pobres e as doenças tão agressivas quão luxuriantes é a vegetação. O clima é frequentemente demasiado húmido para permitir que as sementes germinem e mesmo nos locais em que os rios são navegáveis, as margens são demasiado lamacentas para que nelas se possa construir.

A história política e económica de grande parte da América do Sul tem sido fortemente influenciada pelo predomínio do clima e da vegetação tropical. É pelo menos tentador admitir que, situando-se na totalidade na zona tropical, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa, enfrentaram por isso dificuldades na busca de estabilidade política e económica, que continuaram na Venezuela mesmo após a descoberta de jazidas de petróleo. Nestas zonas, a esmagadora maioria da população habita a menos de uma dúzia de quilómetros da costa, mas esta não se configura favoravelmente ao uso do mar, nem por vezes à comunicação com a restante parte da costa, ou mesmo com o interior. Faltam os portos de águas profundas e os poucos existentes estão muito afastados entre si.

Neste aspeto, o caso do Brasil é paradigmático. Com grande parte do seu interior constituída por um planalto, na região sudeste do Brasil – ainda hoje a parte mais desenvolvida do país –, surgiram cidades costeiras importantes, como é o caso do Rio de Janeiro, de Vitória, de Santos, de São Paulo e de Porto Alegre, cujas características físicas são bem diversas. Aqui, a orografia da região costeira termina numa espécie de barreira montanhosa – a mais notável, pela sua proximidade do mar, tem mesmo o nome de Serra do Mar – a qual cerca toda a costa sudeste do Brasil. Como tal, muitas das cidades mais importantes do país têm o acesso ao interior naturalmente barrado por esta cadeia montanhosa, resultando daí que o seu desenvolvimento se fez em pequenas e isoladas bolsas de terreno plano que se formam sempre que as escarpas destes acidentes topográficos terminam um pouco antes dos limites da costa atlântica (Friedman, 2012).

Ora, um dos princípios óbicos ao desenvolvimento de uma cidade com um condicionismo geográfico deste género, é o não permitir criar economias de escala, já que este passa pelo seu crescimento físico e económico, apoiado regra geral num eixo de transporte (muitas vezes um rio), o que por vezes conduz a que cidades próximas se fundam em uma única, como aconteceu com Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Paris, Tóquio, Buenos Aires, Istambul ou Xangai.

Mas é precisamente a falta de áreas para uma expansão economicamente viável o principal obstáculo ao desenvolvimento das cidades da costa sudeste do Brasil. Todas estas cidades, pelas circunstâncias da orografia que as rodeia, encontram-se transformadas numa espécie de enclaves marítimos, portanto fisicamente isoladas umas das outras e de toda a região do interior sul do Brasil.

Mas além das dificuldades colocadas pela orografia das zonas costeiras e pelo opressivo clima tropical, a América do Sul conta com dois marcos geográficos que quebram todo este padrão. O primeiro é a gigantesca cadeia dos Andes onde nasceram algumas culturas de montanha e de escasso litoral, fisicamente separadas do resto do continente e, logo, livres para seguir um caminho próprio até à chegada dos colonizadores. A Colômbia e o Equador cavalgam os trópicos e os Andes com os seus núcleos económicos situados longe da costa, nos planaltos andinos mais secos e frescos, mitigando as dificuldades causadas pelo clima tropical.

Mais a sul, encontram-se os áridos Estados do Peru e da Bolívia, cortados por montanhas. Como, lucidamente, salienta George Friedman (2012), o Peru apenas conseguiu algum desenvolvimento praticamente ignorando o seu interior (exceto para as atividades mineiras) e concentrando o seu escasso capital na região de Lima. Em contraste, a encravada Bolívia atolou-se numa disputa permanente entre os pobres montanheseiros do Altiplano e os habitantes da fértil terra baixa de Medialuna.

A combinação das montanhas e da selva limita fortemente a capacidade dos Estados situados neste arco – da Guiana Francesa à Bolívia – para se integrarem uns com os outros, ou com o mundo exterior. De facto, além das dificuldades de transporte, há a considerar as doenças tropicais e a ausência de bons portos, a que se juntam as grandes necessidades de capital e de mão de obra quando comparadas com regiões de tradicional produção agrícola, para não mencionar o elevado investimento requerido para explorar as riquezas das montanhas (Friedman, 2012).

O resultado é uma pobreza generalizada e nenhum destes países é sequer, uma potência regional, por mais que se ponham em “bicos dos pés”.

A segunda exceção à monotonia tropical encontra-se nas zonas temperadas do Cone Sul, onde as sementes amadurecem e o clima mais frio, ao matar os insetos no inverno, limita a erupção das doenças. Ao contrário da região andina, onde as populações se encontram dispersas e distantes entre si, no Cone Sul, cuja maior porção se encontra na Argentina e que contém partes do Uruguai, Paraguai e do Brasil, a distribuição espacial da população é bem mais uniforme.

Um caso especial é constituído pelo Chile, onde o clima temperado do Cone Sul se mistura com a cordilheira dos Andes. Constituído por um longuíssimo vale entre a abrupta cordilheira andina e uma baixa cordilheira costeira, o Chile é um dos países mais isolados do mundo. Como salienta George Friedman (2012), uma viagem por mar entre Santiago e Buenos Aires é bem mais longa do que entre Londres e Nova Iorque.

De um modo geral, as terras do Cone Sul são as melhores do continente. As suas planícies e o seu clima permitem mais baixos custos de construção e transporte, bem como oferecem excelentes condições para a exploração agro-pastoril. Mas a maior vantagem da zona reside na forma e extensão das suas bacias fluviais. Com efeito, os rios Paraná, Paraguai e Uruguai, combinados com o rio da Prata – um enorme estuário que desagua entre Buenos Aires e Montevideu – são navegáveis na maior parte do seu percurso. Uma enorme riqueza potencial, fonte aliás, de disputas históricas por vezes épicas na sua escala.

2. As Raízes do Presente

Parece suficientemente provado pela arqueologia que, por volta de 30.000 a.C., povos asiáticos atravessaram o Estreito de Bering em direção a sul. Por volta de 9.000 a.C., já se encontrariam na cadeia andina como caçadores coletores os quais, por altura do terceiro milénio antes da nossa era, teriam evoluído para agricultores incipientes.

A ocupação humana foi desde o início influenciada por condicionamentos geográficos que ainda hoje estão presentes, já que ela se fez regra geral abaixo dos 3.000 metros (há exceções), nos vales fundos e isolados de cordilheiras que têm uma altitude média de 4.000 metros – com um ponto mais alto a 7.000 metros de altitude. Igualmente, não houve fixação humana na costa do Pacífico⁶, e nas encostas orientais da cordilheira andina esta fixação foi muito limitada pela estreiteza da faixa entre as montanhas e a planície alagada. Nesta última, estabeleceram-se apenas alguns núcleos humanos dispersos e sem comunicação entre si, que, aliás, nunca ultrapassaram a fase de subsistência.

Nos altiplanos dos Andes a adaptação do homem ao ambiente modificou mesmo a estrutura física dos habitantes, numa demonstração soberba da enorme força do meio geográfico e provavelmente também da “seleção natural”. Com efeito o “Homem Andino” possui maiores pulmões e maior quantidade de oxigénio na hemoglobina bem como uma batida cardíaca mais lenta⁷ que os seus semelhantes vivendo em altitudes

6 À mingua de recursos e com um mar onde a ausência de plataforma continental nunca permitiu a pesca.

7 Note-se que existem outras adaptações à altitude, nomeadamente no Tibete e na Etiópia.

mais moderadas, motivando mesmo a sua inadaptação física a um meio mais rico em oxigénio (Beall, 2007).

Assim, nasceu uma civilização andina que se cristalizou em particular no império Inca, único poder estruturado que os espanhóis encontraram à sua chegada à América do Sul. A sua destruição rápida e brutal – os índios ainda hoje falam a mesma língua mas ainda hoje não sabemos ler os seus hieróglifos – é por demais conhecida para ser aqui novamente referida.

A leste, na costa atlântica, os portugueses encontraram fraca resistência, já que, inicialmente se estabeleceram apenas no litoral então escassamente povoado por tribos de pequenas dimensões e de baixo desenvolvimento.

Ambas as colonizações, se têm pontos comuns, acabaram por divergir largamente.

a. A Organização do Espaço

Para a colonização do Brasil, os portugueses adotaram um método que já tinham utilizado no Sul de Portugal conquistado aos mouros, doando terras aos nobres, sistema também aplicado para a colonização das ilhas atlânticas. Assim nasceram as Capitanias hereditárias do Brasil, durante algum tempo apenas subordinadas à Coroa. De facto, o primeiro Governador do Brasil apenas foi nomeado em 1548 (Saraiva, 1993: 168).

A indústria açucareira – já iniciada na ilha da Madeira com escravos negros para aí trazidos de África – desenvolveu-se rapidamente no território dominado pelos portugueses. Enfrentando condições climáticas que lhes tornavam proibitivo o esforço físico prolongado, com os animais trazidos de fora sucumbindo em massa por força das doenças tropicais, tanto o português como o espanhol recorreram à “besta” humana com capacidade natural de resistência às condições tropicais e equatoriais.

Tal foi feito à custa da importação em massa de escravos negro-africanos, em grande parte devido à defesa que a Igreja Católica fez dos indígenas bem como à sua alegada incapacidade física para suportar a violência do trabalho que lhes era exigido, em especial na região das Caraíbas e do Brasil. Até porque, na costa ocidental todas as tentativas dos espanhóis para aí estabelecer os indígenas se saldaram por um fracasso. Incapazes de sobreviver nas condições tropicais do noroeste do continente, os índios morriam em massa de doenças tropicais ou na fuga desesperada das condições de trabalho que lhes eram impostas (Cohen, 2003: 364-365). Ficou célebre a defesa levada a cabo por Bartolomeu de Las Casas o qual, escreve David Landes (2000: 127-128): “fez distinção entre Índios e Africanos a esse respeito. Ele quis encorajar a imigração, enquanto protegia os nativos que morriam em grande número (...) queria salvar-lhe a alma, porque eles tinham alma. É evidente que Las Casas não estava muito seguro de que os Negros também a tivessem. Propôs que a cada colono fosse permitido trazer uma dúzia de escravos negros, para que os índios pudessem ser poupados”.

Com argumentos semelhantes, a defesa dos índios do Brasil foi feita por um cristão-novo, Padre António Vieira, que teve igualmente não poucos problemas com o Santo Ofício. Como bom jesuíta, argumentava, apesar de tudo, que os sofrimentos impostos era uma vocação que os “iluminara” e pela qual receberiam a “herança eterna como recompensa” (Padgen, 2003: 115). O resultado foi uma profunda alteração na geografia humana da América do Sul e de todo o Novo Mundo.

A cobiça que o Brasil despertou entre as emergentes potências marítimas europeias, levou a que a política de povoamento aí seguida pela coroa portuguesa favorecesse mais claramente o estabelecimento de população europeia do que em outros locais onde os portugueses se estabeleceram. Fatores económicos foram talvez os mais decisivos, na medida em que, primeiro a exploração do pau-brasil e depois, o engenho do açúcar, terão fixado definitivamente o português à nova terra. O sonho de uma estadia breve para regressar rico, não foi o paradigma que prevaleceu no Brasil (Saraiva, 1993: 170). Foi essa política, aliás, que, juntamente com a nomeação de governadores-gerais com autoridade sobre as capitanias, preservou a soberania portuguesa no Brasil perante as investidas de franceses e holandeses.

Figura 4 - Mapa de Vice-Reinos e Capitanias da América do Sul



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de Prado e Soares (2014: 23)

A Coroa espanhola seguiu outro caminho. Excelente soldado, sofrível marinheiro, o espanhol estabeleceu-se no Novo Mundo com se estivesse em Espanha (Landes, 2000: 123-125). Com os seus vice-reinados e governos menores estabelecidos no *hinterland* mesmo quando existiam boas condições portuárias, o espanhol tratou de construir uma “Outra Espanha”, estabelecendo um sistema que replicava de alguma forma as grandes divisões administrativas da metrópole: Vice-Reino de Nova Espanha com capital na cidade do México, Vice-Reino de Nova Granada com capital em Bogotá, Vice-Reino do Peru com capital em Lima e no século XVIII o Vice-Reino do Rio da Prata com capital

em Buenos Aires. Para a administração de zonas mais excêntricas, e de difícil acesso foram igualmente criadas algumas capitânias: Capitania Geral da Venezuela, Capitania Geral de Quito e Capitania Geral do Chile. De modo similar, na América Central existiam as Capitânias Gerais de Cuba e da Guatemala.

Os grandes espaços e as enormes dificuldades de comunicação criaram uma espécie de sociedades “insulares” em que o poder era essencialmente fundiário baseado na posse quase feudal de *haciendas* e nos extensos domínios da Igreja. Não muito diferente daquele que vigorava em Espanha.

b. Os Imperialismos Concorrentes: Portugal e Espanha

A América do Sul, à semelhança do que aconteceu durante séculos na Europa, foi campo fértil para a hostilidade entre portugueses e espanhóis, já que, em grandes linhas, o continente foi dividido entre ambos. O limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas não foi contestado durante bastante tempo devido à enorme distância de terra ignota que separava os estabelecimentos espanhóis da costa do Pacífico das possessões portuguesas na costa do Atlântico.

Mas em todo o continente, os colonizadores viveram durante muito tempo fascinados pelo mito das imensas riquezas que, supostamente, se encontravam escondidos atrás das cordilheiras e das imensas florestas. Era a fantasia do Eldorado em parte confirmada pela imensa riqueza mineira que os espanhóis encontraram. Talvez por isso, até ao século XVIII, esses mesmos espanhóis não tenham feito quaisquer esforços significativos para descer para Leste em direção à fronteira estabelecida em 1494.

Essas riquezas tiveram eco no Brasil encorajando os colonos a marchar para o interior em busca de similares proventos. À custa de enormes sacrifícios, esses esforços foram coroados de êxito pelos fins do século XVII quando, na região que se viria a denominar Minas Gerais, se encontraram ricos depósitos e até filões auríferos aluviais. Em 1729 houve também notícia da descoberta de diamantes na mesma região, assistindo-se a um afluxo de milhares de pessoas vindas quer da costa brasileira quer de Portugal, atraídas pelo “cheiro” do ouro e dos diamantes. Foi então que começaram a aparecer as primeiras cidades no interior (Garcia, 1991: 207-208).

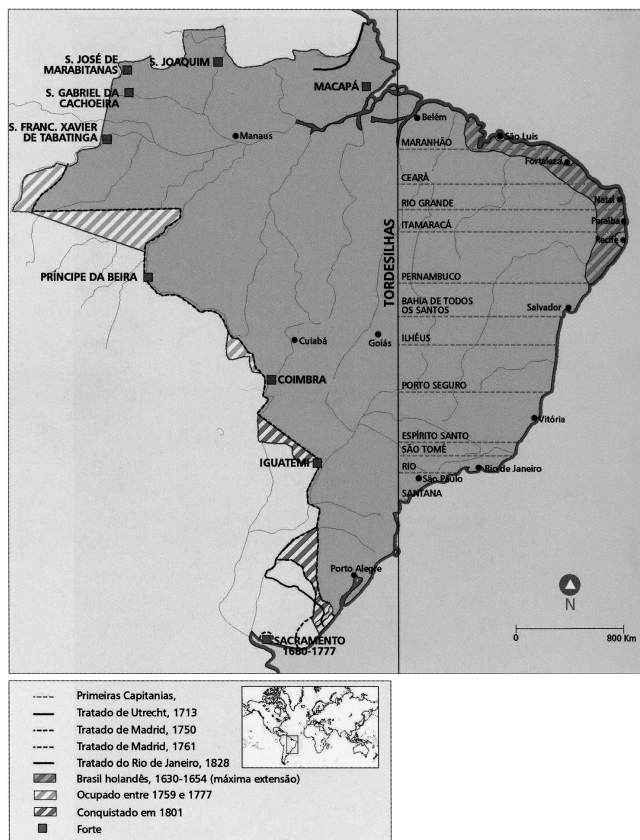
No nordeste, a penetração dera-se ainda durante o domínio filipino. Pedro Teixeira subiu o Amazonas até ao Peru e à Colômbia entre 1637 e 1639, lavrando auto de posse para o rei Filipe, mas como rei de Portugal, ultrapassando assim largamente os limites de Tordesilhas sem que houvesse objeções por parte de Espanha. Uma colónia basicamente costeira transformava-se e via de por passos inicialmente avulsos, num verdadeiro império colonial.

Quando as duas coroas se separaram, os portugueses controlavam de facto um território que se estendia mais de 1.500 km para oeste da linha de Tordesilhas. Uma situação potencialmente explosiva que, face também aos condicionamentos da política europeia de ambos os países acabou por reconhecer, regra geral, a posse efetiva dos territórios completada com concessões mútuas em especial na região do Uruguai. Tal foi a letra e o espírito do tratado de Madrid, assinado por ambos os governos em 1750.

A partir daí, os portugueses – também para controlar as tribos indígenas que passavam ao seu domínio direto, pelo menos *de jure* – construíram uma impressionante rede de fortalezas na fronteira ocidental do Brasil entre 1760 e 1780 (Macedo, 2006).

A coroa portuguesa desistiu então, formalmente, das suas pretensões no sul, onde desde 1680, os portugueses se tinham estabelecido na colônia de Sacramento como plataforma necessária para o controlo da margem esquerda do rio da Prata até à fronteira sul do Brasil (Garcia, 1991: 209).

Figura 5 - A Organização do Território: A Solução Portuguesa



Fonte: Jorge Borges de Macedo (2006), “Mapas: História Diplomática Portuguesa”, p. XVI.

Mas, com o fim da guerra na Europa em 1815, a corte portuguesa no Brasil começou a assumir uma política externa própria na América do Sul, distanciando-se do seu “tutor” britânico. A pretexto de auxiliar o rei de Espanha Fernando VII a dominar as revoltas na região, as ambições portuguesas sobre a margem esquerda do rio da Prata (Labourdette, 2001: 487), não tardaram a manifestar-se novamente. Em 1816, com urgência acelerada

pelos ataques de grupos rebeldes ao Rio Grande do Sul, o rei João VI mandou vir da Europa um contingente militar constituído por veteranos das Guerras Peninsulares (Selvagem, 1991: 531). Embora quantitativamente pequeno em termos europeus, o contingente era enorme para a América do Sul e qualitativamente superior a qualquer adversário. Da campanha de 1816-1817 resultou a conquista de Montevideu e a criação da província Cisplatina – o atual Uruguai – que o Brasil conseguiu posteriormente manter na sua posse até 1828. Aí brilhou a famosa Colônia de Sacramento, que tanto apelo teve e resguardo ofereceu para cristãos novos peninsulares.

c. Os Outros Imperialismos Concorrentes: Franceses, Ingleses e Holandeses

Desde cedo que tanto o domínio espanhol como o português foram contestados pelas potências europeias emergentes. A Inglaterra foi especialmente ativa contra a Espanha logo desde o século XVI, na esteira do conflito que então opunha os dois Estados. Mesmo antes da derrota da “Invencível Armada” os ingleses levaram a guerra de corso à América espanhola. Em 1579, o célebre Francis Drake aproveitou a sua volta ao mundo para pilhar a costa do Chile e do Peru cujas populações, incapazes de enfrentar um ataque vindo do mar, entregaram sem resistência as suas riquezas aos aventureiros ingleses que levaram a sua expedição até à costa da Califórnia (Grimberg, 1964, vol 7: 93-94).

A hostilidade recrudescceu com as Guerras da Revolução Francesa e do Império, tendo a Grã-Bretanha aproveitado o alinhamento espanhol com a França para atacar por duas vezes a região do Rio da Prata – Montevideu foi tomada em 1807 e Buenos Aires escapou por pouco em 1806 e 1807 –, cuja posse oferecia enorme interesse estratégico, bem demonstrado com o estabelecimento britânico nas Falkland-Malvinas em 1833. Mesmo depois das independências, a Grã-Bretanha – então a primeira potência industrial do mundo, sequiosa de mercados e de matérias-primas – não cessou de intervir em defesa dos seus interesses na zona, nomeadamente com o seu apoio aos inimigos do Paraguai na Guerra de 1864-1870. No norte, a Grã-Bretanha estabeleceu-se solidamente em algumas ilhas das Caraíbas e na Guiana que fez parte dos seus domínios até 1966.

No continente, os franceses e holandeses hostilizaram sobretudo os portugueses. Não reconhecendo a exclusividade pretendida pela coroa de Lisboa, poucos anos após o “achamento” já grupos de franceses se dedicavam ao comércio do chamado pau-brasil⁸, situação combatida na década de vinte por sucessivas armadas enviadas de Portugal (Garcia, 1991: 203). Talvez mais eficaz neste combate tenha sido o estabelecimento de um governo centralizado – com a capital em S. Salvador a qual, em virtude do regime de ventos e da navegação à vela, tornava Lisboa mais fácil e rápida de atingir que o Rio de Janeiro (Fonseca, 2013) – que se fez acompanhar de grande número de colonos⁹. O certo é que as incursões diminuíram drasticamente. Mas, pelo fim do século, os holandeses em

8 Onde, aliás, derivou o nome do novo território.

9 Na verdade, só quando os franceses ocuparam Lisboa em 1807 a rota São Salvador-Lisboa se tornou irrelevante, permitindo que a Corte se instalasse no Rio de Janeiro.

guerra com a Espanha e considerando que Portugal estava então nela incorporado, conquistaram a Baía e, mais tarde, estabeleceram-se com alguma permanência no nordeste Brasileiro. Com auxílio vindo da metrópole, os colonos derrotaram por duas vezes os holandeses – batalhas de Guararapes em 1648 e 1649 – tendo posto termo à presença holandesa no Brasil em 1654 (Fonseca: 206-207).

Da permanência de ingleses, franceses e holandeses no Nordeste do continente acabaram por resultar três colônias genericamente conhecidas por Guianas, bem como várias possessões no mar das Caraíbas. Algumas ainda hoje mantêm o seu vínculo com as metrópoles, pelo menos cultural e linguisticamente, mesmo as conjunturalmente mais arredias Cuba, Nicarágua, ou Venezuela, para só dar três exemplos.

d. O Fim dos Impérios e as Independências

A implosão do império espanhol na América, a partir de 1808, apresenta porventura um dos casos mais interessantes para a análise geopolítica. Entregues a si próprios quando a cabeça do império foi ocupada e dominada por Napoleão e inspirados pelo exemplo explícito dos Estados Unidos da América, os povos da América do Sul espanhola não tardaram a caminhar para a autonomia política num processo que excitou o romantismo revolucionário que era então uma moda intelectual na Europa. Entre outros, o célebre Garibaldi (1807-1882), que se viria a notabilizar como herói da unificação italiana, combateu durante 12 anos contra a “tirania” em vários países da América do Sul – foi general na Venezuela.

As independências materializaram-se, inicialmente, ao longo das linhas administrativas dos quatro vice-reinados que a Espanha tinha estabelecido para o governo do continente. Mas a geografia física e humana não tardaram a impor-se dadas novas circunscrições políticas e territoriais que a separação *de facto* de umas relativamente às outras gerou: as regiões que eram mais difíceis de controlar pelos novos poderes centrais – a ausência de comunicações dificultava a ligação entre os dispersos grupos humanos – autonomizaram-se em cascata, conduzindo a uma “balcanização” do espaço hispano-americano que caracteriza, ainda hoje, a geografia política da região.

Assim, o antigo vice-reino de Nova Granada dirigido por Simão Bolívar e que passara a constituir a República da Grande Colômbia não tardou a sofrer a secessão da Venezuela e do Equador em 1830 e em 1863. Nasceram os Estados Unidos da Colômbia, único Estado bi-oceânico da América do Sul. Além da separação imposta pela geografia, as diferenças étnico-sociais tiveram papel relevante: a uma Colômbia “mestiça”, opunha-se uma Venezuela “mulata” e um Equador “índio”. O processo não foi indolor e durante os séculos XIX e XX, a região foi palco de confrontos armados (Thual, 1996: 12-14). Ainda hoje existem rivalidades resultantes dos “ganhos e perdas” dos ajustamentos fronteiriços que tiveram lugar desde a independência.

O vice-reino do Peru – Peru, Bolívia e o norte do atual Chile – foi reorganizado em meados do século XVIII, tendo-lhe sido retirado uma parte da Bolívia que, em virtude das suas riquezas mineiras, foi anexada ao novo vice-reino do rio da Prata. Foi assim que, depois das independências, a Bolívia – que historicamente fazia parte do conjunto – foi objeto do apetite territorial dos seus vizinhos. As várias guerras na região acabaram por

correr mal para a Bolívia que veio a converter-se no primeiro Estado encravado da América do Sul. Por essa ocasião, o Chile logrou também retirar ao controle peruano um segmento de território muitíssimo rico em cobre.

A oeste, na costa atlântica ou perto dela, criado no século XVIII, o vice-reino do rio da Prata compreendia o Norte da atual Argentina, uma parte do Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. O acesso à independência foi um processo tumultuoso, onde teve papel semelhante ao que Bolívar desempenhava no norte, o general San Martín que foi vencendo os espanhóis e possibilitando que os vários Estados fossem declarando a sua própria autodeterminação.

O caso argentino foi o mais complexo. A sua dimensão – é o segundo maior Estado territorial do subcontinente – e riqueza ocasionaram uma longa guerra civil entre os partidários de um Estado unitário e os “caudilhos” provinciais que, com exércitos próprios, manejavam os seus redutos. Foi um mal que perdurou na Argentina. Mas também aí a geografia ditou o seu destino: espartilhada a ocidente pelos Andes, a cavaleiro de um dos maiores e mais férteis estuários do mundo, a Argentina cedo desenvolveu as mais importantes rivalidades regionais de uma América do Sul cada vez mais fragmentada: com o Chile de quem tentou obter acesso ao Pacífico, e tentando obter e manter o controle da margem oriental do rio da Prata veio a chocar inevitavelmente, primeiro com Portugal e depois com o Brasil.

Figura 6 - As Independências na América do Sul



François Thual (1996: 40-41) salienta que ao invés de 22 Estados, a América Latina bem poderia ter-se fragmentado em 40 ou mais. De facto, o subcontinente era, no início do século XIX, um enorme vazio. A escassa população, estimada em 7-8 milhões de habitantes (Thual: 93), concentrava-se em pequenos aglomerados que, na sua maioria se localizavam junto à costa. Por outro lado, a pirâmide social concentrava no seu estreito topo os latifundiários herdados do período colonial que controlavam o território e exaltavam os particularismos regionais. Esta oligarquia semifeudal convivia mal com uma nascente burguesia urbana que, iluminada pelo “espírito do tempo” pugnava pela centralização. Desta dialética resultaram não só vários golpes de Estado e guerras civis mas também os equilíbrios (por vezes precários) que acabaram por ser conseguidos.

Por outro lado, se dos grandes vice-reinos resultaram também óbvias similitudes regionais, estas raramente corresponderam a uma convergência de interesses. Pelo contrário, as analogias têm suscitado, a mais das vezes, sonhos hegemónicos que têm procurado de alguma forma reconstituir, pelo menos parcialmente, os grandes conjuntos originais.

Como salientam muitos autores, em particular o trabalho recente do professor de História na Universidade Johns Hopkins (EUA), Gabriel Paquette (2013), o Brasil é um caso completamente distinto da restante América do Sul. Tal é decerto imputável, de novo, a uma perene transposição para o Novo Mundo de modelos político-administrativos oriundos nas metrópoles do Velho Mundo. Dirigido desde o século XVI por um governo centralizado e apenas temporariamente dividido em duas entidades – o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil – em 1621, refletiu bem a centralização do poder típica da administração portuguesa. O aparecimento de ouro nos fins do século XVII confirmou o seu papel central da colónia na política portuguesa. O primitivo império comercial e marítimo transformou-se então num império colonial do qual, o reino de Portugal – cuja cabeça europeia continuou estruturalmente pobre e pouco desenvolvida – passou, umbilicalmente, a depender.

A dependência foi mesmo mais longe e justificou os sonhos mais insensatos. Perante as constantes ameaças de reabsorção com que Portugal foi ciclicamente ameaçado, várias vezes se equacionou a mudança da capital para o Brasil, argumentação que ganhou força durante o século XVII e XVIII. O diplomata Luís da Cunha escreveu mesmo um memorando secreto ao rei João V em que, analisando lucidamente as fraquezas do reino, concluiu que o caminho passava por inverter toda a lógica que o guiava, num plano mais macro, descentrando o poder político para fora da Europa, aconselhando o rei a, no Brasil tornar-se no Imperador do Ocidente. Para o diplomata, o continente português não passava de uma “nesga de terra” (Wilcken, 2005: 95-96).

Em 1807, forçada é certo pelas circunstâncias, surgiu a oportunidade. A “nesga de terra”, indefensável contra o poder napoleónico, foi abandonada pela corte que se estabeleceu no território português das Américas. Perante o sudário de miséria que se perspectivava, os sonhos de grandeza reviviam na América do Sul. De facto, pouco depois da saída da corte estas ideias foram divulgadas por um panfleto anónimo publicado em Lisboa. “Nele, o autor descreve a criação de um império futurista no Novo Mundo. Uma

cidade, chamada ‘Nova Lisboa’ seria construída na selva, algures no centro do Brasil; uma rede viária, por entre a densa folhagem, ligaria as cidades costeiras da colônia à nova capital. Tudo começaria de novo (...). ‘E não seriam apenas os nomes dos meses que mudariam’, prossegue o anónimo panfletário. ‘Os nomes das cidades e rios do Reino de Portugal substituiriam os nomes dos rios, cidades e províncias do Grande Império. O rio mais próximo de ‘Nova Lisboa’ será chamado ‘Novo Tejo’” (Wilcken: 101). Uma extraordinária mistura de sebastianismo e visão do futuro, numa típica mescla messiânica, tinha chegado e ganhara foros de cidade.

À sua chegada ao Novo Mundo o príncipe-regente teve que tomar medidas que conferiram ao Brasil as estruturas imprescindíveis para uma futura independência. A primeira foi a abertura dos portos ao comércio internacional (inglês é claro) e mais tarde a criação do banco do Brasil, medidas que materializavam uma independência de facto. Em 1815, na tentativa de manter a unidade, o Brasil foi elevado à categoria de reino e foi criada uma nova entidade política: o Reino Unido de Portugal e do Brasil.

Reprimindo com mão pesada as tentativas de sedição, mantendo a unidade do território e até promovendo o seu alargamento, o governo de Portugal instalado no Brasil foi realmente o centro idealizado pelos sonhadores de recuperação da grandeza perdida. Mas, o “espírito do tempo” e o exemplo das independências em cascata das antigas possessões espanholas, não poderia deixar de aprofundar um sentimento de autonomia. Quando a corte regressou a Lisboa, o príncipe herdeiro, deixado pelo pai no governo do Brasil, com a anuência ativa dos britânicos, não tardou a cavalgar a onda e a proclamar a independência, garantindo apesar de tudo uma legitimidade monárquica que tranquilizava as potências europeias e satisfazia em especial a Grã-Bretanha particularmente interessada no livre comércio sem a intermediação portuguesa. O Brasil tornou-se ele próprio um império.

e. Os Estados antes das Nações

Obtida a independência, as elites dos vários países – com a óbvia exceção do Brasil – enfrentaram um problema semelhante: como fabricar nações a partir de populações que tinham em comum uma colonização, a lógica político-administrativa que dela era lastro, uma língua e uma religião?

A resposta foi mais ou menos homogênea e revestiu-se de um surpreendente êxito. Segundo Thual (1996: 54-56) – e não parece haver motivos para não aceitar o seu ponto de vista – a principal motivação das elites crioulas dominantes (os oligarcas rurais) terá sido a manutenção do seu estatuto económico, ele mesmo dependente de um particularismo local e de uma lógica administrativo-territorial concomitante que, obviamente, se inscrevia nas consideráveis diferenças geográficas e na escassez de meios de comunicação. A forma encontrada, um pouco por toda a parte, foi a utilização da geopolítica externa para condicionar uma geopolítica interna favorável aos seus interesses. Opondo-se uns aos outros, os Estados sul-americanos “fabricaram” sentimentos nacionais que, juntamente com diferenças geográficas e étnicas, acabaram por se traduzir sentimentos de pertença local que não existiam antes das independências. Verdade seja dita que desse

jogo, em que inevitavelmente houve e há ganhadores e perdedores, resultaram rancores que são ainda hoje visíveis por todo o continente.

Um papel muito importante mas por vezes mal compreendido foi desempenhado pelos militares. De facto, os exércitos da América do Sul formaram-se a partir das milícias que foram organizadas para expulsar os espanhóis, o que lhes conferiu uma legitimidade que, noutras partes do mundo se esfumou muito antes. Por outro lado, em sociedades incipientemente estruturadas como eram as sul-americanas à altura das independências, o duplo papel dos exércitos na manutenção da ordem interna e na defesa das fronteiras, garantindo assim a unidade do Estado, conferiu-lhes uma preponderância política e social que se não encontra facilmente noutros pontos do globo.

O caso brasileiro é bastante diferente. Não sendo talvez ainda uma nação aquando da independência, a longa tradição de domínio unitário por Portugal e, muito especialmente, tendo sido, de facto, a capital de Portugal entre 1808 e 1821, o novo Estado possuía viabilidade económica, relações comerciais independentes, quadros para a administração pública, legitimidade monárquica e, em vez de milícias, um verdadeiro exército que, sendo uma força luso-brasileira, em grande parte se tornou apenas brasileira, já que um número significativo dos seus membros abraçou a causa do novo país¹⁰. Também e ao invés de todos os outros países, o Brasil herdou igualmente ainda uma Marinha importante – estruturas fundamentais tinham sido transferidas de Lisboa com a corte e refundadas na América – que, com uma vintena de navios, permitiu a movimentação de forças ao longo da extensa costa, dominando as resistências portuguesas no norte e no sul, bem como opondo-se às suas tentativas de bloqueio.

f. Os Conflitos Interestatais

Já foi afluída a importância do papel desempenhado, um pouco por toda a América do Sul, pelas lutas pelo “acerto” de fronteiras que se seguiram às independências. De facto, esses conflitos ajudaram a construir as identidades nacionais, a afirmar as suas elites e conferir um papel de primeiro plano aos exércitos nacionais. Essas lutas começaram imediatamente a seguir às independências e tiveram como finalidade redistribuir o poder dentro de cada um dos grandes conjuntos constituídos pelos anteriores vice-reinos, impondo o poder de novos centros às antigas periferias. À escala regional, desenhou-se um conflito que se iria repetir à escala nacional e opunha os “federalistas” – representando, basicamente, o interesse dos oligarcas – aos “unitaristas” – associados aos pontos de vista das pequenas burguesias urbanas.

No Norte, da República da Grande Colômbia proclamada por Bolívar separaram-se, poucos anos volvidos (em 1831), o Equador e a Venezuela. Com este último país, viveram-se vários períodos de tensão com rotura de relações diplomáticas e incidentes fronteiriços sem, no entanto, se ter chegado à guerra aberta.

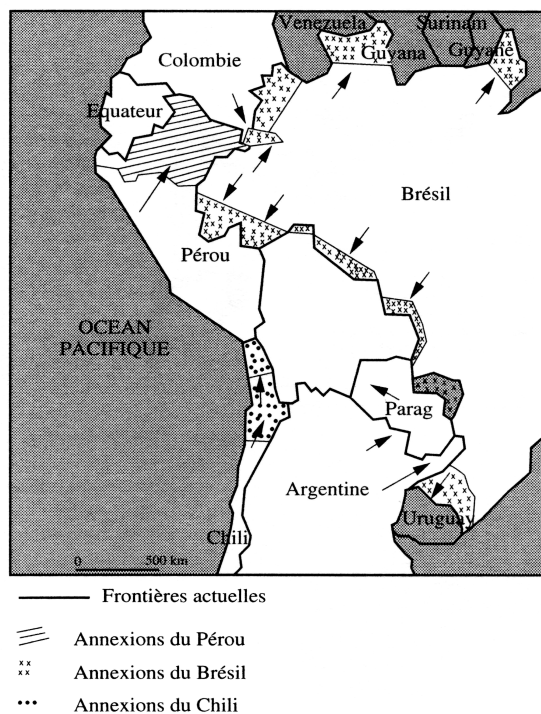
10 De que é um bom exemplo o general português Francisco Lecomte, oficial com uma longa experiência das Guerras Peninsulares, conquistador de Montevideo em 1816 e que morreu marechal do exército brasileiro ao serviço do imperador Pedro II.

Não foi o caso das disputas entre a Colômbia e o Peru, de que resultaram duas guerras no século XIX, uma ainda antes da separação (1828-1829) e outra pouco depois de esta ocorrer (1832-1833). Cem anos depois, em 1932-1933, nova guerra – resolvida pela Sociedade das Nações também conhecida por Liga das Nações – eclodiu entre ambos os Estados.

Em 1863, a Colômbia apoderou-se de 180.000 km² de território do Equador a fim de consolidar a sua presença na bacia amazônica (Thual, 1996: 12-13).

Sem dúvida o conflito mais persistente é o que tem vindo a opor o Peru ao Equador. Conhecido como o mais antigo conflito não resolvido do hemisfério ocidental, tem a sua origem na indefinição das fronteiras entre ambos, herdada do período colonial. Assim, em pleno século XX (1941-1942) estalou uma guerra entre ambos os países, com réplicas em 1980, princípios da década de 90 e ainda outra vez em 1995, tendo sido estabelecido um acordo apenas em 1999 (Cohen, 2003: 367). À data da independência, o Equador tinha uma superfície de 700.000 km², hoje tem apenas 270.000 km².

Figura 7 - Principais Alterações de Fronteiras



Fonte: François Thual (1996: 95).

Mas o período mais rico de consequências talvez seja o que opôs o Chile à Bolívia e ao Peru e que, em 1836 pôs fim à federação destes últimos. De novo em 1883 (a Guerra do Pacífico) e 1929, a poderosa máquina militar de modelo alemão do Chile impôs duas

derrotas que custaram à Bolívia o deserto de Atacama, única saída que esse Estado tinha para o mar. A Bolívia tornou-se, desde então, um Estado encravado.

No entanto, foi mais a sul que se travou o mais violento de todos os conflitos do continente. O Paraguai tinha desde sempre a ambição de se desencravar através dos rios, pretensão em que era contrariado pela Argentina¹¹ e pelo Brasil que tinham, aliás, lutado entre si em 1851-1852 pela hegemonia na região do rio da Prata. Em 1863, o Paraguai, convencido que o Brasil se preparava para o asfixiar bloqueando o rio Paraná, aliou-se aos liberais do Uruguai contra a Argentina, o Brasil e os conservadores uruguaios, a Tríplice Aliança. Depois de uma guerra que durou até 1870 com grande número de baixas, o Paraguai foi esmagado e perdeu 40% do seu território para o Brasil e a Argentina, tendo sido militarmente ocupado durante 10 anos. Mas foi o balanço humano da guerra que reduziu o Paraguai a um dos Estados mais frágeis do continente: segundo várias fontes, a guerra teria causado 1.200.000 mortos paraguaios, restando no fim cerca 220.000 habitantes – 100.000 mulheres, 30.000 homens, 90.000 crianças (Encyclopaedia Britannica, 2014)¹².

O último grande conflito opôs, em 1982, a Argentina à Grã-Bretanha a propósito das ilhas Malvinas (para uns) ou Falklands (para outros) quando o governo militar que dirigia a Argentina – muito dominado por pensadores geopolíticos que defendiam um alargamento do espaço argentino – acreditou que a (re)tomada das ilhas – foram ocupadas pelo Reino Unido em 1833 – lhes granjearia apoio interno, perante um cenário de aquiescência britânico e a presumível neutralidade dos EUA. Foi um trágico erro de avaliação que custou caro à Argentina e que mostrou a clara desunião entre os diversos Estados da América do Sul, com uns apoiando a Argentina, outros os britânicos, outros ainda tomando uma atitude de não compromisso.

g. Os Conflitos Intraestatais

É proverbial a visão da América do Sul como palco de guerras civis, revoluções e golpes de Estado. Não pode deixar de se fazer aqui um pequeno parêntesis para comparar esta efervescência com a que caracterizou praticamente todo o século XIX em Espanha, matriz cultural da América Hispânica. Aí, o *pronunciamiento* era a forma corrente para a mudança do governo, como salienta Hugh Thomas (1969, vol 1: 8-10) na sua conhecida obra *A Guerra Civil de Espanha*. O mesmo autor salienta que aí, só entre 1814 e 1823, terão ocorrido 43 *pronunciamientos* militares (Thomas: vol 2: 43-44). A tradição prolongou-se por todo o século XIX e assumiu nova intensidade no período que antecedeu a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Em Portugal – a matriz cultural da outra metade –, depois do fim da Guerra Civil em 1834 os pronunciamientos e as revoltas, embora em número inferior, também se fizeram sentir, já que até 1870 se contam pelo menos dez (Bonifácio, 2010: 182-183). Depois de

11 Na altura, a Confederação Argentina com duas províncias rebeldes – Entre Rios e Corrientes – aliadas do Brasil e Uruguai.

12 Outras fontes indicam números muito mais baixos, mas a percentagem total das baixas coincide.

um período de acalmia até ao princípio do século XX, a república trouxe consigo uma nova série de pronunciamentos, cujo último em 1926 acabou por dar origem ao Estado Novo que, sintomaticamente, teve também o seu termo ditado por um pronunciamento militar em 1974.

O número sul-americano (até porque de vários países se trata) é muito superior, tornando a lista demasiado longa para aqui ser referida, sendo, no entanto tentador – e também para evitar generalizações abusivas – estabelecer algumas correlações temporais e regionais, baseados no número de presidentes, já que, tendo todos os Estados copiado basicamente o modelo norte-americano, são eles os reais detentores do poder¹³.

A epidemia de pronunciamentos e de governos militares parece especialmente virulenta nos países andinos: a Bolívia conheceu, desde a independência, 80 presidentes, numa rotação média de 2 anos, número que, na realidade, esconde muitos governos efêmeros e de muito menor duração. Destes, apenas uma parte foram governos constitucionais e mesmo de entre eles, um grande número foi chefiado por personalidades militares. Uma notória acalmia, apenas nos últimos 30 anos do século XIX.

No Peru, o ritmo de rotação é ainda superior, com um total de 94 presidentes – média de permanência no cargo inferior a 2 anos –, e em várias ocasiões, diferentes líderes pretenderam simultaneamente ocupar a chefia do Estado. Uma análise ainda que superficial da lista, apenas revela uma acalmia a partir dos anos 80 do século XX.

Quanto ao Equador, o número de presidentes é bem inferior, com apenas 43. No entanto, este número esconde pelo menos 18 presidentes rebeldes que, com títulos diversos – *Jefe Supremo* é o mais comum – governaram em dissidência. Por exemplo, entre 1859 e 1860, cinco presidentes reclamavam simultaneamente o poder.

Afigura-se que à medida que nos afastamos da cordilheira andina, a cadência das mudanças nos chefes de Estado diminui. Na Colômbia, com as várias formações constitucionais que tomou desde 1819, contam-se 61 presidentes – média superior a 3 anos –, com o facto notável de apenas existirem dois períodos de governo militar, respetivamente em 1854 e entre 1953 e 1957.

Já na Venezuela, se o número de presidentes é comparativamente baixo – 62 desde 1835, descontando alguns chefes de Estado anteriores à forma constitucional atual –, o número de militares nesse cargo não tem paralelo em toda a América do Sul. De facto, quase 70% dos chefes de Estados foram militares, registando-se apenas um comparativamente longo intervalo de 36 anos com presidentes civis entre 1958 e 1994, altura em que mais um militar, Hugo Chávez, foi eleito para a presidência.

Descendo para sul, encontra-se outro caso peculiar, este pelo seu pendor civilista, já que no pequeno Uruguai, entre 1830 e 2015 se contam 81 presidentes, quase na totalidade civis oriundos de dois partidos – Colorado e Nacional – tendo o primeiro destes governado ininterruptamente durante quase um século de 1855 a 1959. Os governos de

13 É importante referir que o cenário na América Central e Caraíbas é ainda bastante pior. A raiz cultural – com exceção do Haiti, onde apesar da raiz francesa, o cenário não foi melhor – é a mesma e as circunstâncias de independências, são também, muito similares.

ditadura militar seguiram-se a um período de instabilidade entre 1959 e 1967 – houve 8 presidentes na época – e duraram apenas 9 anos (1972-1981).

O Paraguai tem algumas semelhanças com o Uruguai pelo seu rotativismo entre o partido Colorado e o Liberal que asseguraram grande parte das chefias do Estado. Após um período de turbulência inicial com uma Junta Governativa Suprema (1811-1813), um Consulado (1813-1814) e o Ditador Supremo Rodriguez Francia que exerceu o poder entre 1814 e 1840 e da Junta Governativa que lhe sucedeu, o país contou com 56 presidentes a partir de 1844, o que representaria a razoável média 3 anos por mandato, se não se considerasse o período de 25 anos em que os dois López, pai e filho, ocuparam o poder¹⁴ e também com o governo pessoal mais longo da história do subcontinente, o do general Alfredo Stroessner¹⁵ que, cumprindo sete mandatos presidenciais, ocupou o poder durante 35 anos.

Neste aspeto, o Chile, conjuntamente com o Uruguai o mais demograficamente ocidental do subcontinente oferece uma realidade completamente distinta. Efetivamente e descontando o período confuso da Guerra da Independência entre 1810 e 1826, desde essa data o país conta com 37 chefes de Estado, dos quais, apenas um, Augusto Pinochet, governou em ditadura militar. Outro mundo.

A Argentina conduz-nos de volta a uma muito maior turbulência política e a lutas internas. Desde 1811, aquilo que é hoje a Argentina enfrentou várias dissidências e vários tipos de governo, por vezes em simultâneo. Governo de Junta, dois Triunviratos, Supremos Directores, tudo desembocou, finalmente num governo presidencial a partir de 1854. Desde então, contam-se 50 presidentes na maioria civil – Perón governou como civil – e uma série de governos militares que, intermitentemente e a partir da década de 1930, ocuparam o poder. De facto, a Argentina foi governada por ditaduras militares entre 1930 e 1932, 1943 e 1946, 1955 e 1958, 1970 e 1973 e finalmente entre 1976 e 1983.

Resta o Brasil que reclama uma análise diferente até porque até 1889 contou com apenas dois chefes de Estado: o efémero imperador Pedro I e o seu filho Pedro II que ocupou o cargo durante 53 anos – até 1840 presidiu também ao governo, sendo a partir daí servido por 37 primeiros-ministros – até à proclamação da república. Depois da implantação deste novo regime o país teve várias designações “Estados Unidos do Brasil” e “República Federativa do Brasil”, mas na grande tradição americana, o presidente foi, normalmente, chefe do Estado e do Executivo.

Da lista constam 36 presidentes desde 1890, uma média notável em termos sul-americanos mesmo contando que cobrem apenas 125 anos. De todos eles, os dois primeiros são militares a quem sucederam até 1930, 12 presidentes civis. Então, um golpe de Estado conduziu Getúlio Vargas ao poder até 1945, durante o período que se chamou

14 Tudo o que se passou no Paraguai tem que ser visto também à luz da Guerra da Tríplice Aliança, centrada no acesso ao rio da Prata, um verdadeiro Mississipi do Sul que os equilíbrios regionais ditaram não poder ficar na posse de um único Estado.

15 Alfredo Stroessner (1912-2006), filho de emigrantes alemães, foi general do exército e presidente pelo partido Colorado. Entre outras razões, ficou célebre pela guarida que proporcionou a vários criminosos de guerra nazis.

de Estado Novo. Seguem-se 8 presidentes até ao Regime Militar (em 1964) que durou 21 anos, durante o qual ocuparam o cargo 7 presidentes. Desde a normalização constitucional (em 1985) ocuparam o cargo 6 presidentes, todos civis.

Passados brevemente em revista os principais sinais exteriores de instabilidade no subcontinente que, recorde-se, nem sempre degeneraram em violência física – é tentador estabelecer aqui um paralelo com a análise do antropólogo britânico Edward Leach (1970)¹⁶ sobre a oscilação do poder na Birmânia dos Kachin, onde esta era ritualizada em rendições e expulsões, resultando em frequentes exílios –, é chegado o momento de concentrar a atenção nas causas que a motivaram, sem todavia deixar de mencionar, ainda que de forma abreviada, os mais significativos acontecimentos.

A quase permanente turbulência política, que atravessou todo o século XIX e quase todo o XX, radica diretamente nos primeiros conflitos regionais que eclodiram após as independências e que se saldaram, como já foi referido, pela vitória das fações “federalistas”, que o mesmo é dizer, pelo triunfo das oligarquias locais. Estabeleceram-se, portanto, governos de cariz fortemente conservador que, com o beneplácito da Igreja Católica – ela própria detentora de um enorme poder fundiário que conseguiu, aliás, manter – substituíram o domínio espanhol por um tipo de poder semelhante e, frequentemente, mais despótico.

De facto, dada a falta de legitimidade dos primeiros poderes estabelecidos – ela foi, justamente, construída às expensas da luta contra o colonizador e contra os vizinhos – e as enormes assimetrias das sociedades deixadas pelos espanhóis e a falta da mais elementar tradição democrática, essa luta foi a mais das vezes brutal e extremou-se em posições inconciliáveis. Afinal, uma luta entre conservadorismo e modernidade que rapidamente se converteu na luta política entre conservadores e liberais e também da igreja católica contra a burguesia republicana, positivista, progressista e frequentemente anticlerical que passou também a disputar o poder numa luta política que entrou pelo século XX (Thual, 1996: 42), antes de se alargar ao campesinato e a um operariado nascente – caso do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai –, frequentemente enquadrados pelos partidos marxistas.

De tudo isto resultam quase dois séculos de violência que, para muitos, conjuntamente com os conflitos entre Estados, não são mais do que um dos preços a pagar pelo nascimento das nações.

Qualquer que seja o caso, particularmente significativas foram as guerras civis que grassaram na Colômbia entre 1848 e 1858 (*La Violencia*), as guerras civis no Chile em 1829 e 1891, no Brasil a Guerra dos Canudos entre 1896 e 1897, bem como a Guerra do Contestado entre 1912 e 1916, não deixando de referir a Guerra Federal na Venezuela (1859-1863), a Guerra Civil no Uruguai (1839-1851), às quais se poderiam juntar vários conflitos menores.

À beira da guerra civil estiveram as tomadas de poder que, a partir dos anos 20 do século XX – contrabalançando a expansão dos partidos comunistas – conduziram ao

16 Não pode deixar de referir-se as geniais caricaturas do cartoonista belga Hergé sobre a fictícia República de San Teodoro, e dos seus dois líderes alternantes, os generais Tapioca e Alcazar.

poder alguns partidos simultaneamente autoritários e populistas. O fenômeno, que foi particularmente sentido no Brasil e mais tarde na Argentina, talvez pelo grande número de imigrantes europeus que nesses países desembarcavam e que de algum modo transportavam consigo as tensões que dilaceravam os seus países de origem, seguia uma moda intelectual e política com origem na Europa Central e de Leste que declarava a democracia pluralista como um sistema ultrapassado.

Um triunfo claro desta tendência foi o “Estado Novo”¹⁷, implantado no Brasil após o golpe de Estado de 1937 e que, dirigido por Getúlio Vargas¹⁸, encerrou o Congresso, aboliu os partidos políticos, estabeleceu a censura e governou em ditadura até 1945, data em que os “ventos da História” soprados pela derrota das potências do Eixo apressaram o seu derrube através de um movimento militar.

Algo semelhante ocorreu na Argentina a partir de 1946 quando Juan Perón¹⁹ foi eleito presidente. À semelhança de Getúlio Vargas no Brasil, o chamado “Peronismo” favoreceu fortemente o operariado e o campesinato, fomentou a economia, o sistema de saúde e seguiu uma política de obras públicas. Com alguma política de opereta à mistura, o “Peronismo” – uma forma de corporativismo populista – sobreviveu à morte do seu fundador e ainda hoje é a corrente política majoritária no país, o que permite, pelo menos, duvidar da sua aparentemente umbilical ligação às potências do Eixo.

Também pelo resto da América do Sul proliferaram correntes populistas e autoritárias embora com variantes locais, como foi o caso do “Aprismo”²⁰ no Peru (Thual, 1996: 77). Foi neste ambiente que a Guerra-Fria veio polarizar os conflitos internos e transformá-los em arenas da luta entre o campo ocidental e o campo socialista. À penetração ideológica soviética e ao apoio logístico à subversão, em parte tornado possível pelo crescimento da Marinha da URSS que dava a esta um protagonismo mundial até aí desconhecido, respondeu uma contra penetração norte-americana que usou todos meios para barrar o caminho aos seus adversários. Educados pelos seus congêneres norte-americanos – a célebre Escola das Américas localizada no Panamá –, muitos dos militares sul-americanos passaram a ver as suas sociedades como um campo de batalha da guerra contra o comunismo.

À brutalidade respondeu a brutalidade e a lista de “crimes contra a Humanidade” – se alguma vez for elaborada por entidade independente – seria, obviamente, muito longa. Sucederam-se os golpes de Estado com a implantação de regimes militares fortemente anticomunistas com o beneplácito ou mesmo colaboração ativa de Washington. São muito conhecidos os casos do Brasil entre 1964 e 1985, da Argentina entre 1966 e 1973 e de novo entre 1976 e 1983, do Peru entre 1968 e 1980, do Equador entre 1963 e 1966 e ainda entre

17 Designação inspirada pelo regime de igual tendência que vigorou entre 1933 e 1974 em Portugal.

18 Getúlio Vargas (1882-1954) foi presidente da República entre 1930 e 1943 e entre 1951 e 1954, posição que ocupava quando se suicidou. O seu legado continua, designadamente, no Partido Trabalhista e na Fundação Getúlio Vargas.

19 Juan Domingo Perón (1895-1974) militar e político argentino, eleito três vezes presidente, em 1946, 1951 – derrubado por golpe militar e exilado durante 18 anos – e 1973, fundou o Movimento Justicialista que hoje é o Partido Justicialista.

20 Da sigla Alianza Popular Revolucionaria Americana.

1972 e 1978, do Uruguai entre 1973 e 1985 e, finalmente do Chile entre 1973 e 1990, fatos que, numa visão mais alargada, é importante enquadrar no segundo período da Guerra-Fria e separar do tradicional “caudilhismo” sul-americano (Loveman, 1994).

De facto, apenas escaparam a esta “onda” de governos militares focados na segurança interna, a Colômbia, a Venezuela e o Paraguai – este último de forma apenas indireta, já que Stroessner ocupou o poder logo na década de 50 e dele foi apeado quando lhe falhou o apoio norte-americano.

Por seu lado, a União Soviética e os seus aliados de então, explorando as enormes contradições das sociedades sul-americanas, jogou forte na América Latina, embora com a consciência de que se tratava de um teatro geoestratégico secundário. Além da muito conhecida intervenção e surpreendente implantação em Cuba, o bloco soviético tentou criar as maiores dificuldades aos EUA naquilo que bem poderia ser o seu “ventre mole”. Um pouco por todo o continente, os partidos revolucionários foram apoiados por vezes através de movimentos armados: na América Central em El Salvador e na Guatemala, nas Caraíbas em Granada e na Jamaica, na América do Sul nas Guianas holandesa e britânica, na Colômbia, no Peru e na Bolívia – onde morreu o célebre Che Guevara, um argentino a operar em Cuba e na África em nome dos ideais soviéticos traduzidos numa versão paralela à de Fidel Castro.

Foi também por esta época que uma parte do clero da Igreja Católica assumiu um papel muito diferente daquele que até aí tinha sido por si desempenhado na América do Sul. Com os progressos feitos pelos partidos marxistas, muitos clérigos passaram a reclamar uma interpretação mais perto das bases da mensagem original do cristianismo, interpretando as Escrituras através do sofrimento dos pobres. A chamada Teologia da Libertação, na qual pontificaram figuras carismáticas como a de Leonardo Boff e, muito antes, na Colômbia, o padre Camilo Torres, que foi mesmo endossado por uma parte da hierarquia quando em 1968 se reuniu a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano²¹, em Medellín. A ideia era estudar a Bíblia e lutar por justiça social nas comunidades cristãs, já que os partidos políticos que mais ativamente reclamavam a redistribuição da riqueza eram de matriz marxista. Porém essa proximidade entre a “Teologia” e o marxismo contribuiu para o seu desprestígio e à condenação oficial por Roma. Isolados, sofrendo as consequências de um evidente declínio do Bloco Soviético, todos os movimentos de guerrilha marxista foram derrotados mesmo antes do fim da URSS e os que sobrevivem – à míngua de apoio externo – fazem-no através de uma mistura inquinada entre a luta política, o puro banditismo e o narcotráfico.

h. O “Amigo” Norte-Americano

Os EUA, que começaram por ser um país fraco face aos grandes poderes da época, apenas se preocuparam inicialmente com a América Latina como um flanco exposto às

21 Sobre este tema consultar Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara, CEFEP (s.d.). *Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina, à Luz do Concílio Vaticano II. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968.*

possíveis incursões europeias. Foi esse o sentido básico da “Doutrina Monroe” demonstrado pelo afastamento e desinteresse que a América Latina – com exceção do México – suscitou nos Estados Unidos até fins do século XIX.

Por essa altura muitas coisas começaram a mudar: os EUA transformaram-se na maior potência industrial do mundo, ultrapassando a Inglaterra, e os norte-americanos não tardaram a ser seduzidos pelo aparato do poder (Kissinger, 1996: 28). Como qualquer grande potência do Velho Mundo, passaram a usar a persuasão dos canhões para atingir os seus fins. Um “amadurecimento” surpreendentemente rápido.

Em particular, o futuro almirante Mahan (1840-1914), docente e colega de Roosevelt, num primeiro esboço da academia de Anápolis, tentou demonstrar que, se o comércio era um objetivo central da nação – efetivamente que outro objetivo para um gigante industrial? – a edificação de um poder marítimo era um passo essencial nessa direção. Propunha a construção de uma grande esquadra que, através da construção de um canal no Panamá, se pudesse movimentar livremente entre o Atlântico e o Pacífico a fim de controlar as respetivas rotas de navegação e ligar as duas costas norte-americanas sem ter de descer à Passagem de Drake muitíssimo mais a sul na ponta do cone e poupando, assim, uma viagem de 12 mil milhas reduzindo-a a 5 mil milhas. Daí derivava o controlo do mar das Caraíbas como uma necessidade evidente, a qual veio a materializar-se com a vitória na Guerra Hispano-Americana de 1898 que lhes deu o controlo sobre Cuba e Porto Rico. Faltava ligar os dois oceanos.

Logo em 1904, o presidente Theodore Roosevelt levou os EUA a separarem o Panamá da Colômbia, garantindo a posse do canal a ser construído pelos norte-americanos²². Em mensagem ao Congresso, Roosevelt expandia a Doutrina de Monroe ao afirmar que os EUA, como país mais civilizado do hemisfério, teriam o “direito” e o “dever” exclusivo de intervir para exercer uma função de polícia internacional no continente americano no caso de flagrantes delitos ou impotência. Tal política, que ficou conhecida como o “Corolário da Doutrina Monroe”, tinha como objetivo – na linha de Monroe – impedir que Estados europeus, nomeadamente a Grã-Bretanha e a Alemanha, interviessem no hemisfério a pretexto de dívidas não pagas (Kissinger, 1996: 29). A desconfiança dos países da América Latina subiu em flecha.

Os sonhos de Mahan tiveram rápida materialização. Entre 1907 e 1909 uma esquadra de 16 navios de linha norte-americanos – com os cascos pintados de branco, donde derivou o seu sugestivo nome de *Great White Fleet* – fez uma viagem de circunavegação, torneando também a América do Sul, como demonstração de que o novo poderio naval norte-americano era um fator de poder a ter em conta no mundo²³.

A entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial e a sua decisiva influência no seu desfecho vieram desequilibrar, até hoje, a balança dos poderes mundiais. Doravante

22 O canal, em cuja construção se empenhara, sem sucesso, Ferdinand de Lesseps, o engenheiro francês que construiu o do Suez, ficou efetivamente construído em 1914.

23 A *Great White Fleet* mostrou-se ostensivamente por todo o mundo, incluindo ao Japão – numa demonstração de capacidade de defender as Filipinas – e estacionou também navios no Mediterrâneo.

potência estratégica mundial e o maior Estado industrial do planeta, os Estados Unidos da América hesitaram ainda entre o seu tradicional isolacionismo e uma política ativa de intervenção mundial (Kissinger, 1996: 21-44). As necessidades do livre comércio e abertura de mercados acabaram por ditar o resultado. Em 1928, o presidente eleito Herbert Hoover, mesmo antes de tomar posse, visitou os países latino-americanos numa viagem de dez semanas com a pretensão de modificar “alguns aspetos importantes da política externa americana” (Tota, 2000: 28), nomeadamente, desfazer as más impressões causadas pelo “Corolário da Doutrina de Monroe”. Apesar dos 25 discursos²⁴ em que anunciou os seus planos para reduzir a interferência política e militar dos EUA na América Latina, Hoover não foi muito bem recebido em alguns países, como a Argentina e o Uruguai, embora tenha sido euforicamente recebido no Brasil – os EUA eram os maiores clientes do café brasileiro.

Mas a subida de popularidade da extrema-direita no Cone Sul levava a temer a formação de um pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) com ligações aos fascismos europeus então em franca ascensão. Algo que fazia todo o sentido nos anos 30 e, como tal, um pesadelo estratégico para os EUA. Franklin Roosevelt sucedeu a Hoover em 1933 e aproveitou os fundamentos lançados pelo anterior presidente para desenvolver a sua “Política de Boa Vizinhança” e manter a América do Sul fora da influência alemã e japonesa. Numa visita ao Brasil, parceiro geoestratégico indispensável, em 1936, Roosevelt exaltou mesmo a figura do então ditador Getúlio Vargas como um dos inventores do *New Deal*²⁵, como era conhecida a política desenvolvimentista que o presidente norte-americano lançara nos EUA. Os receios, embora exagerados, tinham fundamento: em 1937, a política externa nazi almejava juntar em um único bloco anticomunista, a Alemanha, a Itália, o Japão, a Polónia e o Brasil (Korinman, 1990: 287).

Uma enorme campanha de propaganda foi a partir daí lançada pelos EUA na América Latina. Não só propaganda, mas igualmente uma gigantesca ofensiva comercial a que os EUA juntavam, veladamente ou por vezes nem tanto, uma ameaça de intervenção musculada. O certo é que, todos os Estados latino americanos condenaram o ataque japonês de 1941 e os mais suspeitos de simpatias pelas potências do Eixo apressaram-se a demonstrar o seu zelo.

Garantida a segurança do flanco sul e igualmente a segurança do Atlântico Sul por bases no Nordeste do Brasil cuja fidelidade se traduziu na entrada na guerra, os EUA tentaram garantir, no fim desta, o alinhamento definitivo da América Latina com os seus interesses, através, nomeadamente da sua participação no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na Organização dos Estados Americanos (OEA). A deriva peronista na Argentina e a sua óbvia simpatia pelos fascismos recentemente derrotados fez, logicamente, ressaltar o papel do Brasil como aliado preferencial.

24 Sobre os discursos do presidente norte-americano Herbert Hoover consultar The Miller Center (s.d.), *Presidential Speech Archive*, University of Virginia.

25 Consultar Library of Congress (s.d.), *Great Depression and World War II, 1929-1945. President Franklin Delano Roosevelt and The New Deal, 1933-45*.

Porém a Guerra-Fria veio trazer novos desafios. O célebre George Kennan²⁶, conhecido como o “pai da contenção”, visitou a América Latina depois da Segunda Guerra Mundial e, num memorando para o secretário de Estado Dean Acheson, preconizou uma política radicalmente diferente daquela que recomendava para conter a URSS. Considerando que o comportamento humano e as instituições existentes eram demasiado fracas para resistir ao comunismo, recomendava uma política de dureza e domínio, reconhecendo que os métodos a utilizar não seriam compatíveis com os conceitos americanos de democracia. Reconhecia mesmo que a política se deveria basear, não no esclarecimento dos regimes, mas na sua corruptibilidade (Tokatlian, 2015).

Deste modo, com grande pragmatismo – e o cinismo que sempre o acompanhava – os EUA escolheram apoiar qualquer regime que se opusesse ao comunismo, o que transformou em “lutadores pela liberdade” todos os tiranetes da América Latina. Embora os norte-americanos tenham aplicado essa “receita” em todo o mundo, na América do Sul ela traduziu-se no apoio às mais execrandas ditaduras. Compreendendo que essa linha não deixaria de alienar a estima dos povos do sul, o presidente Kennedy tentou, já na década de 60 do século XX, favorecer a via do desenvolvimento económico através da “Aliança para o Progresso”, que acabou por ser cancelado pela Administração Nixon em 1969.

Por essa altura, o enorme desenvolvimento da marinha da URSS deu a esta uma projeção estratégica mundial até aí desconhecida, criando, pela primeira vez, a possibilidade da sobrevivência de regimes apoiados por Moscovo e tão perto do território norte-americano. Numa nova aplicação quer do “Corolário da Doutrina de Monroe” quer da “Defesa Hemisférica”, os norte-americanos que já tinham formado gerações de oficiais na célebre Escuela de las Americas, passaram a intervir ativamente na política interna dos Estados da América Latina apoiando discreta ou ostensivamente golpes de estado que instalaram várias ditaduras militares. O risco da repetição de novas Cubas não foi tolerado.

Foi apenas quando a URSS começou a entrar em declínio e os EUA a decidiram confrontar com uma política ativa de “Direitos Humanos” que a abordagem se começou a alterar. Não era efetivamente possível manter um discurso coerente sem apoiar os direitos humanos também na América do Sul. As ditaduras não tardaram a ser substituídas por regimes democráticos e uma nova página se abriu.

É certo que muito ressentimento ficou e é um fogo que à menor brisa atea. As intervenções do Fundo Monetário Internacional em apoio do chamado “Consenso de Washington” não deixam, com razão ou sem ela, de ser vistas como uma nova face do imperialismo norte-americano e justificam alguma descolagem – por vezes mais retórica

26 George Frost Kennan (1904-2005), diplomata norte-americano, escreveu, a partir da embaixada EUA em Moscovo em 1946 um telegrama de 8.000 palavras, historicamente conhecido por *Long Telegram*, advogando a “contenção” da URSS, ao invés do confronto direto. Um ano depois detalhou o seu pensamento num artigo na revista *Foreign Affairs*, intitulado “The Sources of Soviet Conduct” que assinou simplesmente com um X. Sobre este trabalho consultar George Kennan (1947).

do que prática – de alguns Estados em relação aos EUA. O antiamericanismo continua a ser algo que vende muito bem na América do Sul e na América Latina em geral.

Não sem razão. A gigantesca Amazônia que pertence ao Brasil, à Venezuela, à Colômbia, ao Equador e ao Peru tem, pelo menos desde o século XIX, suscitado diversas ambições internacionais. As “modas” intelectuais da atualidade como a proteção dos indígenas ou do ambiente, têm sido pretexto para as potências exteriores à área reclamárem a sua internacionalização. Foi mesmo o que defendeu o Conselho Mundial das Igrejas na sua reunião de 1981.

Desde aí, alguns dirigentes norte-americanos como Al Gore ou Madeleine Albright bateram na tecla de que “quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras”. O presidente Mitterrand e até Gorbatchov alinharam pelo mesmo diapasão, provocando os maiores sobressaltos nos Estados da região, em especial no Brasil que da Amazônia possui a parte de leão. O professor Darc Costa (2009) defende mesmo que as maiores ameaças ao Brasil provêm não dos concorrentes regionais mas da fragmentação da unidade nacional.

As suspeitas – legítimas ou não – adensaram-se em 2008 quando os EUA reativaram a 4.^a Esquadra – fundada em 1943 para proteger o Atlântico Sul dos submarinos alemães e desativada em 1950 –, sem consultarem os países da América Latina e com as missões explícitas de manutenção de paz, assistência humanitária, apoio a catástrofes, exercícios navais e apoio a operações contra o tráfico de droga nas Caraíbas e América do Sul. Os governos do Brasil, da Argentina e, claro, da Venezuela, foram particularmente áspeiros nas suas reações. O Brasil continua a insistir que tudo não é mais do que uma estratégia concertada da NATO para o domínio do Atlântico Sul. Alguns autores relacionam mesmo toda a manobra com as ambições sobre a Amazônia e consideram as Guianas – francesa, ex-britânica e ex-holandesa – como postos avançados da Aliança Atlântica, à qual o Brasil recusa veementemente pertencer²⁷.

27 Sobre este assunto consultar Armando Marques Guedes (2012).

CAPÍTULO II

Entre o Estrutural e o Conjuntural

1. A Religião e a Língua

Com exceção das Guianas em que se encontra um número apreciável de Hindus (27 a 30%) e de Muçulmanos (7 a 8%), fruto da substituição de mão de obra escrava por indianos e indonésios no século XIX, a América do Sul é um continente Cristão e dentro do cristianismo, predominantemente Católico.

De facto, o catolicismo é a religião de 92% dos Argentinos, sendo este número tão elevado num país que foi alvo de grande emigração europeia justificado, provavelmente, por grande parte desses imigrantes provirem de países tradicionalmente católicos como são a Itália e a Polónia (Vogt, 2001). Já o mesmo se não passa nos outros países do Cone Sul que igualmente receberam vários milhões de emigrantes entre os fins do século XIX e os princípios do século XX. É o caso do Brasil, onde o número de católicos ronda os 73% e o número de protestantes ascende aos 15%. Percentagens muito semelhantes se encontram no Chile, onde os católicos rondam os 70% e os protestantes constituem cerca de 15% da população. Mas é no Uruguai que o número de católicos atinge a percentagem mais baixa do subcontinente, com apenas 47% e 11% de protestantes, confessando a maioria da restante população ou o seu ateísmo ou o seu agnosticismo. Este é certamente o país mais laico da América do Sul e a provável causa reside na reduzida população ameríndia cuja conversão não teve grande peso, pelo que as preferências religiosas dos imigrantes se impuseram maioritariamente.

O número de católicos é igualmente elevado nos países andinos e naqueles em que o número de nativos ameríndios é muito alto, com 95% na Bolívia, 90% no Paraguai e 81% no Peru. Tal predominância católica parece dever-se ao facto de estes países não terem sido destino de emigração de outros europeus além dos espanhóis, o que, conjugado com a “decapitação” da cultura ameríndia a que estes procederam, deixou escassa margem para outros cultos além do católico.

Mas a maior percentagem de católicos na América do Sul encontra-se na Venezuela com uns expressivos 96%, o que pode justificar uma estranha mistura entre o marxismo e o catolicismo que tem vindo a caracterizar a política populista das últimas décadas.

É claro que o catolicismo sul-americano tem os seus cambiantes. Como em todo o lado em que as condições geoclimáticas se revelaram profundamente diferentes das suas zonas de partida e as características da geografia humana também delas se afastaram, a religião foi como que “digerida” e adaptada às características locais tendo surgido uma série de variações locais como o vudu – crença de carácter sincrético que mistura a antiga religião africana dos escravos com símbolos e santos do ritual católico e muito expandida nas Antilhas – ou o candomblé, culto monoteísta muito popular no Brasil que, tendo uma origem similar ao vudu das Antilhas, utiliza grande parte do ritual católico e assimila o seu deus (com vários nomes) ao deus da igreja

católica. Esta “digestão” pela geografia impressionou particularmente Le Barinais, um francês que viajou pelo Brasil em 1718, quando observou o próprio vice-rei – por definição um “grande do reino” de Portugal – diante do altar-mor em honra de S. Gonçalo de Amarante, dançando, e ao fazê-lo abanando-se de forma violenta que, como notou o reprovador viajante, não convinha nem à sua idade nem à sua posição (Gomes, 2009: 94).

Foi também o que aconteceu, mais tarde, quando a corte se transferiu para o Brasil em 1808. Ao velho Portugal católico deparou-se a sua crença, mas transformada pela mistura de raças e pela geografia. Poucos estavam preparados para aquilo que encontraram. “Os emigrados” escreve Patrick Wilcken (2005: 111), “chegavam a uma sociedade intensamente ritualista – como Lisboa, mas com características africanas. Procissões religiosas, comuns no Portugal do início do século XIX, misturavam-se com outras tradições – o trovejar dos tambores africanos do batuque, a dança afro-brasileira; a capoeira, uma arte marcial praticada nas comunidades de escravos, incomodativa sem dúvida para espectadores europeus; bem como ritos mais subversivos, como a queima da efígie de Judas que acabou por ser proibida pelos colonos atemorizados”. Um mundo que ainda se mantém.

A língua é, indubitavelmente o traço de união mais forte da América Latina onde o castelhano é a língua oficial (e simultaneamente a mais falada) de todas as antigas colónias de Espanha, país que desde longa data, aliás, tem jogado forte na comunidade linguística. De facto, depois do “desastre” de 1898 – com a perda de todas as colónias com exceção da Guiné Equatorial – a Espanha procurou compensações no Norte de África, mas a sua autoimagem de grandeza exigia mais. Impedidas as veleidades de regresso físico à América do Sul pela “doutrina de Monroe”, o governo do general Primo de Rivera, a partir de 1923, passou a jogar a carta geopolítica da *Hispanidad*, criando a secção latino-americana do ministério dos estrangeiros, lançando a exposição ibero-americana de Sevilha e, apoiando a posição dos Estados sul-americanos na Sociedade das Nações, conseguindo que o castelhano fosse uma das suas línguas oficiais. Ainda hoje o Instituto Cervantes é um instrumento indispensável da política externa de Madrid.

Este monocromatismo é quebrado pela existência do Brasil, de tal forma que quase metade da população sul-americana fala português. Sabendo-se da dificuldade dos falantes do castelhano em entender o português – o que, regra geral, não é recíproco – uma língua diferente constitui mais um fator, a juntar a tantos outros, para individualizar o Brasil no conjunto da América do Sul. Acresce o facto de essa língua ser falada num só país – ao invés do castelhano, disperso por várias unidades políticas – que confere ao Brasil um peso político reforçado face aos seus, politicamente desunidos, vizinhos.

Figura 8 - Distribuição e Densidade Populacional na América do Sul



Fonte: Mid and South America Population, retirado de roebuckclasses maps, disponível em <http://www.roebuckclasses.com/maps/placemap/camerica/midandsouthampop.JPG>.

Além do inglês, holandês e do francês, falados no nordeste do subcontinente por cerca de um milhão e meio de pessoas, subsistem várias línguas nativas: o quíchua (no Equador, no Peru e na Bolívia), o guarani (no Paraguai) e as aimorés (na Bolívia e no Peru), que são reconhecidas, juntamente com o castelhano, como línguas oficiais.

Em especial no Cone Sul, alguns núcleos descendentes de imigrantes mantêm as suas línguas de origem, particularmente o alemão.

2. A Demografia

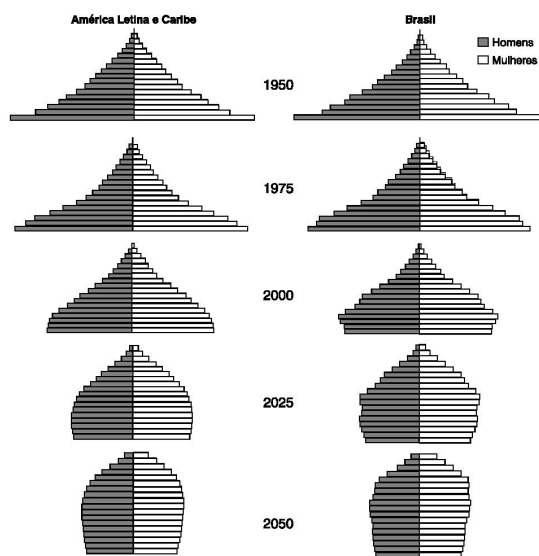
As estimativas sobre a população pré-colombiana na América do Sul ainda variam muito. Um número que obtém algum consenso atribui ao império Inca uma população da ordem dos 12 milhões, aos quais parece razoável juntar cerca de 2 a 3 milhões de populações nômadas, o que elevaria o total para cerca de 15 milhões no conjunto do subcontinente. Considerando que, cerca do ano de 1650, a população total da América Latina atingia os 8 milhões (Duverger, 2007: 30) e, considerando, igualmente, que o peso da população do México se manteve constante (50%), na América do Sul haveria pouco mais do que 4 milhões de pessoas.

Esta redução brutal de 60% a 70% da população, embora esta percentagem seja mais conservadora que os habitualmente citados 90%, tem várias explicações: A mais popular

tem atribuído este enorme despovoamento à brutalidade dos colonizadores, em particular aos espanhóis, com a “limpeza étnica” que teriam efetuado e com as guerras de conquista que empreenderam; estimativas mais recentes têm, no entanto, situado este número na casa dos 10% do total. Mas a verdadeira causa parece ter sido a exposição das populações a uma série de doenças trazidas pelos europeus para as quais não possuíam defesas naturais. A varíola, a peste bubônica e o tifo, entre outras, seriam assim responsáveis pela talvez maior catástrofe humana da História, em especial se a compararmos com o terço da população europeia dizimada entre 1347 e 1351 pela “peste negra”.

Qualquer que seja o caso, cerca do ano 1800, a população do subcontinente voltara aos números pré-coloniais de 17 milhões – Thual (1996) refere apenas 8 milhões, o que revela a enorme variação das estimativas. Este número teria duplicado em 1850, voltando a fazê-lo por volta de 1900. No primeiro quartel do século XX o ritmo de crescimento diminuiu, muito provavelmente pela desorganização das comunicações marítimas durante e na esteira da Primeira Guerra Mundial que terá contribuído para a diminuição do fluxo de imigração. Mesmo assim, o subcontinente contaria com 105 milhões de habitantes em 1930.

Figura 9 – Pirâmide Etária da População por Sexo:
Brasil, América Latina e Caribe 1950-2050



Fonte: Wong e Carvalho (2006: 6).

Nos 30 anos seguintes, e segundo Duverger (2007), a população mais do que duplicou, contando-se 218 milhões de sul-americanos em 1960. Com uma população de 361 milhões em 1980, 400 milhões em 2012 (CIA, 2015), a América do Sul está longe da explosão demográfica dos séculos anteriores, até porque o fluxo tradicional da emigração tem diminuído bastante.

As projeções etárias, refletidas na Figura 9, traduzem uma enorme alteração de padrões e é evidente que, a confirmarem-se, trarão à América do Sul problemas que até hoje pareciam ser típicos de zonas do globo muito mais desenvolvidas. É interessante verificar que as projeções demográficas para o Brasil seguem o padrão dos restantes países sul-americanos, o que indica, claramente, uma tendência de fundo. Parece também poder inferir-se que os números globais da população que virá a povoar o subcontinente não sofrerão uma alteração muito significativa, o que, conjugado com as previsões de crescimento na Ásia e em África, poderá ainda diminuir o peso relativo dos habitantes da América do Sul no conjunto do planeta.

Apesar da mortalidade infantil ter diminuído drasticamente, o subcontinente ainda regista a terceira maior taxa, apenas superada pela África e pela Ásia. Mais uma vez, são os países que se situam na sua quase totalidade no Cone Sul que marcam a exceção: o Chile com 7‰, o Uruguai com 9‰ e a Argentina com 11‰.

Assim, o subcontinente – o 4.º maior do mundo, mas que conta atualmente com apenas 6% da população mundial – continua e aparentemente continuará, a ser um território de imensos vazios, contando-se por milhões os quilómetros quadrados da sua superfície em que a densidade populacional é inferior a um habitante por quilómetro quadrado. Mantém-se assim as características da distribuição populacional prevalentes por ocasião dos processos de independência, apenas os totais variam. Esta característica, quando combinada com a ainda grande ausência de vias de transporte replica, pelo menos em parte, as condições de há dois séculos: concentração no litoral, desenvolvimento fortemente assimétrico, dificuldade de exercício da autoridade do Estado a que muitas vezes se sobrepõem caciques locais – os “coronéis” do Brasil, por exemplo – e abundância de “santuários” dos vários “barões” do narcotráfico ou das guerrilhas.

Por outro lado, na América do Sul, como aliás em quase todo mundo, assiste-se a uma concentração da população nas grandes cidades, com a particularidade de o fenómeno, no subcontinente, se caracterizar pela desmesura. Algumas cidades têm mesmo muito mais população que vários países europeus, como por exemplo São Paulo com 11 milhões, Bogotá com quase 7 milhões, o Rio de Janeiro com 6 milhões, ou Buenos Aires com perto de 4 milhões. O interior, já bastante despovoado, desertifica-se ainda mais em detrimento das megalópoles, onde, mais uma vez, a autoridade do Estado tem dificuldade em exercer-se, como é o caso, aliás muito conhecido, das “favelas” do Brasil.

Todos estes problemas não são, infelizmente, separáveis das etnias. Elas são – como quase tudo no subcontinente – muito variadas justapondo-se os primitivos ameríndios – ao contrário da América do Norte eles são aqui muito abundantes em certas áreas – com os descendentes dos colonizadores chegados predominantemente da Europa e do Médio Oriente. Mas, mesmo os primeiros estão longe de apresentar um quadro homogéneo. Não existe, com efeito, muito em comum – nem étnica, nem socialmente – entre os índios andinos, descendentes de grandes civilizações e os das florestas brasileiras ou da Terra do Fogo. Apenas um traço comum: a marginalização e a exclusão social. De facto, na feliz expressão de François Thual (1996), eles têm sido, basicamente, não-atores.

E no entanto, em certos países andinos eles constituem claramente o maior grupo com 54% na Bolívia, 46% no Peru e 40% no Equador (Thual, 1996: 48). Aqui é importante

acrescentar o elevado grau de miscigenação entre os ameríndios e os descendentes dos colonizadores e imigrantes que atingem os 76% no Paraguai, os 42% no Peru e os 68% na Bolívia (CIA, 2015). São portanto, sociedades fortemente "indianizadas" e algumas das consequências serão salientadas adiante quando se abordarem os valores culturais. Mas daqui, também parece estar a resultar uma reação contra a tradicional passividade, o que parece evidente desde a eleição de Evo Morales (um índio "puro") como presidente da Bolívia em 2006. Para além das suas posições "anti-imperialistas" e antiamericanas do presidente, que são irrelevantes para esta análise, poder-se-á estar a assistir a uma mudança de fundo em algumas sociedades sul-americanas. Um novo começo?

Mas, embora em números variáveis, existe uma terceira categoria de imigrantes na América do Sul: os negro-africanos. Na verdade, todos os colonizadores usaram escravos para os trabalhos mais penosos. Os espanhóis não tendo colónias em África nem facilidade de importação de negros, usaram os índios nas suas minas, em terrenos e altitudes para as quais a compleição física os tornava relativamente aptos e o número de negro-africanos no centro e oeste do subcontinente é bastante baixo.

Não foi o caso das regiões de plantação como era o caso do Brasil e, de um modo geral de todos os Estados nascidos do antigo vice-reino de Nova Granada (Colômbia, Equador, Venezuela), onde se procedeu à "importação", mais ou menos em massa, de escravos vindos de África. O Brasil, como aliás os Estados do sul dos EUA, com uma economia fortemente dependente da mão de obra escrava, manteve a legalidade da escravatura até 1888 – aboliu em 1870 a escravidão para os nascidos após essa data –, o que, evidentemente, justifica uma larga componente de negros na sua população – as estimativas variam entre os 8% (CIA, 2015), os 25% e outras chegam a apontar para 50% (Thual, 1996: 51) – embora o seu número exato seja difícil de determinar, já que, como país de síntese, o Brasil não mencione em qualquer documento a etnia dos seus cidadãos, o que torna também quase impossível a determinação do número de mulatos²⁸.

Mas o que importa e tem profundo significado na geopolítica interna é que esta imensa porção da população, tal como os descendentes dos ameríndios, têm sido até hoje, basicamente não-atores. No Brasil – a população das favelas não é, regra geral, constituída por brancos – onde se contarão entre os 20 e os 100 milhões de negros – a distinção com os chamados mulatos que são pelo menos 40% da população, é, por vezes, muito difícil – a sua presença nas estruturas de governação e decisão é extremamente baixa. De facto, a consulta do portal do governo brasileiro²⁹ permite visualizar as 38 fotografias dos ministros e secretários de Estado. Destes, apenas uma secretária de Estado é de etnia claramente negra. Sem comentários.

Em resumo, não existe, assim, na América do Sul um verdadeiro *Melting Pot* como nos Estados Unidos da América do Norte, onde a população vinda do exterior se fundiu numa cultura comum deixando para trás grande parte das suas raízes – que em muitos casos não

28 Segundo o *Diário de Notícias* (2009), um estudo realizado pela Universidade Católica de Brasília e publicado no *American Journal of Human Biology*, revelou a ascendência europeia de 75% a 80% dos brasileiros.

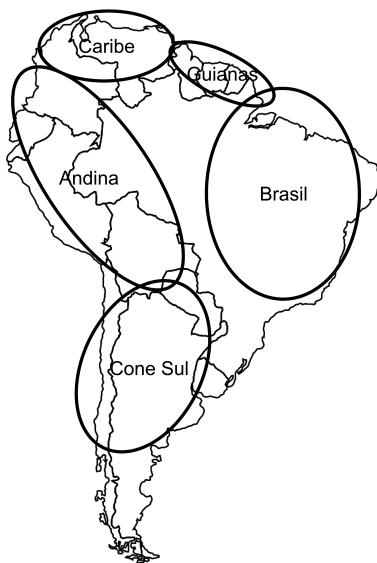
29 Consultar Palácio do Planalto, Presidência da República do Brasil, Ministros. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>.

deixavam saudades –, abraçando uma nova pátria em que todos se sentiam livres e iguais. Essa cultura comum não existe na América do Sul, antes existem, como se referirá a seguir, várias culturas diferenciadas e dispersas, as quais, fruto das diferentes colonizações, dos processos de formação dos Estados e da diversidade geográfica, se foram inscrevendo na geografia. O único país em que se pode considerar a existência de algo similar ao *Melting Pot* é mais uma vez o Brasil, onde convivem gentes das mais variadas origens e onde dificilmente se distinguem as origens culturais – há obviamente exceções, como a dos alemães que vivem em pequenas “alemanhas” no sul do país –, sem embargo de a exclusão e a pobreza terem “cores” bem definidas. É o que se verá a seguir.

3. Os Valores Culturais

Ainda hoje se podem reconhecer os quatro grandes conjuntos iniciais da América hispânica: o México, entidade individualizada que se tem vindo a separar da restante América do Sul; a zona do Caribe, onde se inclui a Venezuela e os países hispânicos das Caraíbas, povoado maioritariamente por uma população negra descendente dos escravos trazidos para as plantações; a América andina (Equador, Peru, Bolívia) povoada por uma mescla de mestiços e de índios; e, finalmente, a América do Cone Sul – Uruguai, Argentina, Chile, Sul do Brasil – uma América do Sul maioritariamente branca, com um certo “cheiro de Europa”, destino da imigração de milhões de italianos, espanhóis, alemães e eslavos que aí vieram a encontrar condições climáticas similares aos seus locais de origem (Thual, 1996: 9-19). A Colômbia apresenta características mistas e o Brasil é, claro, além de não hispânico, um quinto conjunto multiétnico individualizado embora a sua dimensão quase continental cause fortes diferenças entre regiões distantes, com clima e povoamento muito diversos.

Figura 10 - Regiões Étnico-Culturais na América do Sul



Pode considerar-se ainda um sexto conjunto formado pelas quatro Guianas, hoje constituídas por um Estado federal do Brasil, pela Guiana francesa, pelo Suriname (ex-Guiana holandesa) e pela Guiana (ex-britânica). Estes dois últimos Estados independentes, países de plantações, possuem um verdadeiro caleidoscópio populacional, já que aos negro-africanos trazidos como escravos se junta uma população vinda da Índia britânica que substituiu a mão de obra africana quando a escravatura foi abolida, e também uma população indonésia trazida pelos holandeses por razões análogas. Estes últimos fazem com que no Suriname uma porção bastante grande da população tenha religião muçulmana.

A este caldo podem ainda juntar-se as populações ameríndias, os descendentes de escravos negros fugitivos – que se retribalizaram na floresta –, além de fortes comunidades chinesas, resultando em Estados frágeis, tensões internas e campo fértil para as ingerências exteriores como foi o caso de Cuba, Venezuela e Brasil (Thual, 1996: 22-23).

Não é pois de admirar que estas matrizes proporcionem diferentes áreas culturais que se refletem no comportamento e atitudes coletivas dos vários povos, bem como em nítidas afinidades transfronteiriças, reflexo, quase sempre, da arbitrariedade do traçado das fronteiras nacionais que, obviamente, não escutaram a voz dos mais fracos. Não sendo possível efetuar uma análise extensiva das várias culturas opta-se por tecer algumas considerações baseadas nos trabalhos do psicólogo social holandês Geert Hofstede – para quem a cultura é uma “programação coletiva da mente” – e nas suas conhecidas dimensões culturais: “(i) *Individualismo vs. Coletivismo*³⁰; (ii) *Distância ao Poder*³¹; (iii) *Masculinidade vs. Feminilidade*³² e (iv) *Controlo da Incerteza*³³”.

30 O individualismo avalia-se pelo afrouxamento dos laços que se estabelecem entre os membros dum grupo social, onde se aceita como natural que existam ganhadores e perdedores. As pessoas tendem a ser frontais. O coletivismo representa a tendência inversa, caracterizando-se pela existência de laços sociais fortes donde os indivíduos podem esperar uma forte solidariedade e proteção. As pessoas preocupam-se fortemente com o que os outros possam pensar.

31 Nas culturas caracterizadas por uma elevada distância ao poder, a desigualdade social é encarada como um facto natural, em grande parte definido pelo estatuto individual à nascença. Predomina o respeito e o formalismo. Por outro lado, nas sociedades caracterizadas por uma pequena distância ao poder, as hierarquias tendem a não refletir uma diferenciação social e a importância social dos indivíduos tende a coincidir com a sua competência. Os indivíduos são independentes e propensos à iniciativa.

32 Com este parâmetro avalia-se a afirmação do “eu” favorecendo, nas sociedades ditas “masculinas”, os valores da competição e do sucesso, glorificando-se este último e censurando-se o fracasso. Nas sociedades em que predomina a “feminilidade” privilegia-se a afirmação discreta da pessoa, a harmonia e a obtenção de consensos. Evita-se o confronto e a humilhação dos perdedores, cujo insucesso é atribuído a causas exógenas à natureza humana. As sociedades são mais igualitárias e o valor individual não é tão apreciado em favor de uma certa mediania e regularidade.

33 Este parâmetro tenta medir o grau maior ou menor de desconforto de uma sociedade face à imprevisibilidade e ambiguidade da sua vida coletiva. As sociedades com elevada necessidade de controlo da incerteza tentam controlar o imprevisto e limitar os riscos. As pessoas preferem situações em que tudo está formalizado, regulado e previsto. É o meio onde proliferam a burocracia, os comportamentos escritos e detalhados e onde a reação perante normas inadequadas é detalhá-las e aprofundá-las ainda mais. Com tal abundância de normas, pode gerar-se um certo laxismo e relativismo, já que de todas as regras, apenas algumas são para cumprir. Inversamente, nas sociedades que lidam bem com a incerteza, as crenças e códigos de conduta são menos numerosos e mais generalistas, assistindo-se a uma maior tolerância perante os desvios dos padrões comportamentais, mas um muito maior rigor perante o “espírito da lei”, o que conduz a

Existem tabelas atualizadas sobre a maioria dos países da América do Sul. A partir dum extrato dessas tabelas, agrupando os países com valores conhecidos, procura-se, seguidamente, tirar algumas conclusões.

Tabela 1 - Dimensões Culturais na América do Sul

| | Distância ao Poder | Individualismo | Masculinidade | Controlo da Incerteza |
|-----------|--------------------|----------------|---------------|-----------------------|
| BRASIL | 74 | 38 | 49 | 76 |
| ARGENTINA | 50 | 46 | 56 | 86 |
| URUGUAI | 63 | 36 | 38 | 100 |
| CHILE | 64 | 23 | 28 | 86 |
| VENEZUELA | 81 | 12 | 73 | 76 |
| PERU | 64 | 16 | 42 | 87 |
| COLÔMBIA | 68 | 13 | 64 | 80 |
| EQUADOR | 80 | 8 | 63 | 67 |
| SURINAME | 80 | 48 | 36 | 31 |

Fonte: The Hofstede Center. Disponível em geert-hofstede.com/countries.html.

Alguns aspetos merecem destaque.

O primeiro, transversal a toda a América do Sul e reflete-se na elevada necessidade de controlar a incerteza traduzida em elevados índices desta dimensão cultural – em comparação, o Reino Unido apresenta o valor 35 – que tem o seu máximo no Uruguai. Este receio do desconhecido e da ambiguidade traduz-se em muitos regulamentos, leis e num excessivo formalismo. É proverbial o número de artigos das constituições e dos códigos civis e penais.

O segundo é o individualismo que, sendo de um modo geral baixo em todo o continente, atinge o seu mínimo na América “andina”, na área do antigo vice-reino do Peru. No Equador, atinge-se mesmo um segundo lugar mundial. Aí, os valores coletivos sobre- põem-se aos valores individuais. Também na Venezuela, onde os valores são também mundialmente baixos, a coletividade tem franca primazia sobre o indivíduo. Não admira, assim, a facilidade com que regimes de apropriação coletiva se instalam no país.

O terceiro, a afirmação do sucesso, revela-se como excecionalmente baixa – caracterizando, pelo contrário, um comportamento “feminino” – em dois países da América

menos regulação mas muito maior exigência no seu cumprimento. As estruturas são, regra geral, simples e pouco burocratizadas, havendo pouca utilização de normas escritas. As poucas que existem, quando não funcionam, são simplesmente alteradas. O desconhecido não é causa de angústia mas sim de curiosidade.

“branca” (Chile e Uruguai), sendo bem mais alta na Argentina, refletindo quase certamente o famoso “machismo” dos argentinos. São países onde se preza o consenso e o sucesso obtido às expensas de terceiros é mal visto e socialmente condenado, bem como o comportamento pouco discreto dos indivíduos. Pelo contrário, a Venezuela é um país onde a busca do sucesso configura uma sociedade “masculina”. Conjugado este aspeto com o baixo individualismo afigura-se claro que a competição só pode ser dirigida contra membros de outro grupo ou classe social, o mesmo se podendo dizer da facilidade de mobilização da sociedade contra um inimigo externo. É o que acontece efetivamente.

Por último, a dimensão cultural “distância ao poder” traduz claramente um sentimento transversal em todo o continente: os homens não são iguais e a distribuição desigual do poder é, portanto um facto natural. Esta aceitação é excecionalmente alta na Venezuela, no Equador e no Brasil por ordem decrescente, sendo bastante mais baixa na Argentina. Neste último país, isso pode dever-se – como também o índice relativamente mais elevado da afirmação do sucesso, tal como de resto no Chile e no Uruguai – ao enorme afluxo de imigrantes europeus que mais do que duplicaram a população da Argentina na viragem do século XIX para o século XX. Outro aspeto que merece destaque é a emancipação do Brasil de algumas das dimensões culturais de matriz portuguesa: 49 contra 31 na masculinidade – Portugal é o país mais “feminino” da Europa – e 76 contra 104 quando se trata de enfrentar o desconhecido.

Em resumo, e com todos os riscos associados às generalizações, trata-se de um conjunto de grupos humanos que lida mal com a incerteza, aceita com algum fatalismo as desigualdades sociais, prefere o consenso e as soluções coletivas. O seu grande sentido grupal, social ou nacional, pode, em alguns casos, favorecer situações de confronto social ou a fácil mobilização face ao exterior, o que pode contribuir para compensar a pouca agressividade natural que resulta da baixa “masculinidade”.

É talvez demasiado ousado tentar relacionar o conjunto dos fatores culturais com os sistemas sociais e os regimes políticos, mas é, pelo menos, tentador. Assim, não pode deixar de se estabelecer uma conexão entre os altos índices de “distância ao poder” e os numerosos regimes ditatoriais, quer se trate dos primitivos “caudilhos”, quer das várias ditaduras militares ou tentativas de “democracias populares” que caracterizaram o século XX. Não deixa de ser igualmente significativo que estas últimas tenham ganho mais facilmente raízes nos países onde o “coletivismo” é um fator marcante.

Finalmente, e porque as tabelas de Hofstede, de entre as Guianas apenas indicam o Suriname, é interessante verificar que, pese embora uma diferenciação étnica, alguns dos fatores alinham pelo padrão geral do subcontinente. Ressalta, no entanto, uma distância ao poder que apenas tem paralelo no Equador, um grau de individualismo semelhante à Argentina, uma baixa masculinidade, e finalmente a mais baixa necessidade de controlar a incerteza. Trata-se, portanto, de uma sociedade que não teme o imprevisto, o que pode derivar de uma colonização de matriz mais nórdica e protestante.

É oportuno referir aqui as visões do norte sobre a América do Sul que, envolvem, é claro um juízo moral e fundamentam grande parte da atitude que tem caracterizado as relações dos EUA com a América Latina em geral e com a América do Sul em par-

ticular. Já o célebre Mahan, em 1897, salientava a sua crença de que o ambiente tropical criava fraqueza humana e corrupção (Kelly, 1997: 195) e essa crença manteve-se em muitos autores³⁴ e mesmo em dias mais próximos de nós o preconceito continua a existir³⁵.

Pela sua influência salientam-se duas: George Kennan considerava que natureza e comportamento humano naquela parte do mundo se combinavam para produzir um comportamento particular, caracterizado como infeliz e sem esperança, já que estava inscrito no sangue e nas características da geografia e que as soluções propostas até aí eram débeis e sem resultados expectáveis. Tudo isto argumentava Kennan, tinha produzido um reconhecimento subconsciente do falhanço dos esforços do grupo, o que se manifestava em autocentragem e em egoísmo das pessoas (Tokatlian, 2015).

O historiador David Landes (2000), embora use palavras mais académicas, não anda longe de Kennan. Landes chama a atenção para que no século XVII, a América do Sul era bem mais rica – enormes florestas e riquezas minerais, entre outras – e parecia mais promissora do que a América do Norte. No entanto, na altura das respetivas independências, a América do Norte, sobrepujava já, claramente, os seus vizinhos do Sul.

De facto, para o historiador, são quase nenhuma as semelhanças e enormes as diferenças. Para Landes, tudo começa com a cultura dos colonizadores. Enquanto no Norte as pessoas emigraram por famílias inteiras, tanto a coroa de Portugal como a de Espanha, desencorajaram a presença de mulheres europeias. Resultado, além da miscigenação – que não aconteceu no Norte devido ao natural racismo –, grande parte dos colonos apenas almejavam enriquecer e regressar a sua mãe pátria, não dando origem a uma nova síntese cultural.

Etnicamente, devido à ausência de mulheres europeias – a proporção entre homens e mulheres imigrantes na Nova Espanha era de 10 para 1 –, a população cresceu em número de mestiços, um grupo étnico intermédio entre os brancos e os indígenas que assumiram as funções de feitores, capatazes e funcionários subalternos e ainda hoje caracterizam grande parte das sociedades sul-americanas.

O historiador centra muito da sua análise nas consequências daquilo que considera as características negativas das independências, ou seja, que estas resultaram sobretudo das desgraças de Portugal e de Espanha e não de um sentimento generalizado de autonomia. Assim, prossegue Landes, as características retrógradas das sociedades, mantiveram-se quase na íntegra. Inovação ou progresso eram subversores potenciais da ordem social. Deste modo, os primórdios industriais não geraram uma revolução industrial e os novos

34 O não menos célebre Ellsworth Huntington (1915) com o seu *Civilization and Climate* fundamentou muitas destas teorias.

35 Philip Kelly (1997: 195) relata um episódio ilustrativo durante um painel a que assistiu e em que participava Jordan Young, um especialista, investigador e estudioso de assuntos relacionados com o Brasil, que contava uma história do século XVII de dois navios transportando puritanos que, desviados do seu destino no Massachusetts por tempestades atlânticas teriam aportado a dois destinos diferentes: um numa ilha tropical nas Caraíbas e outro na costa temperada do Sul do Brasil. Os primeiros ter-se-iam tornado viciosos piratas acabando destruídos pelos espanhóis, enquanto os segundos se desenvolveram como virtuosos agricultores.

países, agarrados à “vantagem comparativa”³⁶, tornaram-se feitorias dos países industriais. Daí resultou também uma cultura de ressentimento para com aqueles países, sentimento pouco saudável mesmo quando fundamentado.

Por outro lado, enquanto os brasileiros que queriam educar-se tinham que vir para Coimbra – apenas em 1792 foi criada no Rio de Janeiro uma instituição de âmbito limitado, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho – e embora a primeira universidade do Novo Mundo tenha sido criada em Lima, no atual Peru em 1551 – a Universidade de Harvard (EUA) foi apenas estabelecida em 1636 – dedicou-se sobretudo à educação eclesiástica. O mundo anglo-saxónico também se adiantou em outra peça essencial da cultura: a primeira livraria apareceu em Filadélfia em 1731.

Landes conclui o capítulo que dedica à América do Sul com uma comparação entre a evolução dos Estados Unidos e da Argentina, Estados que o historiador considera, como partindo, quase na mesma época, de condições materiais semelhantes. Mas as condições sociais não podiam ser mais díspares. Mesmo quando arrancou economicamente, a Argentina manteve-se agarrada ao modelo “ricardiano” do comércio, investindo na criação de gado. Resultado: um prego na Argentina era então mais caro que um cavalo (Landes, 2000: 348-370).

Reconhecendo a especificidade do Brasil, o autor dedica-lhe, no entanto, apenas um curto parágrafo em que ressalta a tolerância dos portugueses para com os estrangeiros, apenas lhes exigindo que sejam católicos. Muito curto para tão grande análise.

4. A Educação

Globalmente, a América do Sul continua a enfrentar os problemas de educação comuns a muitos países subdesenvolvidos, embora, tal como em todo o resto, existam enormes assimetrias entre as várias regiões consideradas. Como se explicitou anteriormente, existem várias Américas do Sul e tal não poderia deixar de se refletir também no nível educativo.

Os progressos são, no entanto, assinaláveis. De facto, segundo a UNESCO os estudantes do subcontinente contam hoje, em média, com mais dois anos de escolaridade que os seus pais, embora ainda existam 23 milhões de crianças fora do sistema educativo.

Considerando apenas as taxas de literacia (capacidade para ler e escrever) para os maiores de 15 anos, os países andinos destacam-se mais uma vez pela negativa. De facto, essa taxa é de 91% na Bolívia e no Equador e de 93% no Peru.

A Venezuela e o Brasil contam com um valor intermédio – 95.5% para o primeiro e 96% para o segundo –, o Paraguai com 97% e os países do Cone Sul atingem valores muito próximos ou equivalentes aos dos países industrializados³⁷: 98% na Argentina, 98,6% no Chile e 98% no Uruguai (ONU/Human Development Report, 2008).

É claro que o nível de detalhe a que se pretende descer neste estudo não é compatível com uma análise mais fina destes dados, nomeadamente na comparação entre zonas

36 Noção central da teoria económica do judeu inglês, de origem portuguesa, David Ricardo (1722-1823) que sustenta que um país tem vantagem em importar certos produtos menores se estiver em condições de se concentrar em outros produtos exportáveis que lhe confirmam uma posição dominante (Drouin, 2011).

37 Por exemplo 99% nos EUA e no Reino Unido.

rurais e urbanas, ou do nível socioeconómico das populações, sempre escondidas na apresentação de dados estatísticos em bruto. É, por exemplo, expectável que num país de enormes dimensões como o Brasil as variações regionais sejam acentuadas, já que uma boa porção do país se situa no Cone Sul e outra na zona equatorial com as dificuldades de toda a ordem que já foram anteriormente referidas.

Os períodos de ensino obrigatório e portanto gratuito são também algo díspares, pelo menos no papel, já que a realidade prática será provavelmente ainda mais diferente.

Segundo dados de 2000, eram as seguintes as durações do ensino obrigatório:

Venezuela: 7 anos;

Brasil, Colômbia e Bolívia: 8 anos;

Paraguai, Argentina e Chile: 9 anos;

Uruguai e Equador: 10 anos;

Peru: 11 anos.

Este quadro tem que ser completado com outros dados que melhor traduzam a realidade atual. O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014* do PNUD³⁸ fornece dados mais reais que possibilitam comparar a média de anos de escolaridade de adultos com mais de 25 anos. Eles permitem também estabelecer uma clara correlação entre a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁹ e os anos de escolaridade média.

Assim, nos dois únicos países do subcontinente classificados no grupo de IDH “Muito Elevado” o Chile (0,822) e a Argentina (0,808), a média de anos de escolaridade é praticamente de 10 anos.

Nos países classificados com um IDH “Elevado”, a média é mais baixa: 7,1 anos na Colômbia, 7,2 anos no Brasil⁴⁰, 7,6 anos no Equador, 8,5 anos no Uruguai – que ocupa o *ranking* mais elevado nesta categoria de IDH – e 8,6 anos na Venezuela.

Finalmente, nos dois países classificados com um IDH “Médio”, o Paraguai tem 7,7 anos de escolaridade média, enquanto na Bolívia esta sobe aos 9,2 anos.

Mas para além do aspeto quantitativo, o que interessa realmente são os resultados e eles são, pelo menos, desanimadores. De facto, segundo o *PISA-Programa Internacional de Avaliação de Estudantes* (OCDE, s.d.)⁴¹ de 2009, 48% dos estudantes sul-americanos revelavam dificuldades de leitura e compreensão escrita, contra uma média de 18% nos países da OCDE.

O número de licenciados é outro indicador da capacidade de evolução das sociedades. Infelizmente, certamente devido à enorme variedade de cursos que nuns países são reconhecidos como superiores e noutros não, não existem dados fiáveis sobre esta maté-

38 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Consultar relatório de 2014 disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf.

39 Consulta mais detalhada sobre o Índice de Desenvolvimento Humano em Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disponível em <http://www.pnud.org.br/Default.aspx>.

40 Uma fonte consultada arrisca uma desagregação destes dados: eles seriam de 5,1 anos no Nordeste, 7,2 anos no Sudeste e de 6,9 anos no Sul.

41 Em 2000 foi o ano em que os testes de avaliação foram aplicados pela primeira vez. Para mais informação sobre este programa consultar OECD (s.d.), *PISA-Programme for International Student Assessment*, disponível em <http://www.oecd.org/pisa/>.

ria. Com segurança, apenas se pode afirmar que a barreira socioeconómica tem aqui um importante papel.

No entanto, várias fontes salientam o grande número de licenciados no Chile – algumas referem mesmo mais de 60% da população –, o relativamente alto número no Uruguai (cerca de 35%), e também o baixo número no Brasil bem como a muito baixa percentagem na Argentina – mau grado a boa classificação atribuída pelo PNUD ao seu sistema educativo.

5. Recursos e Economia

Ressalvando o facto de que no subcontinente, com a exceção limitada da zona costeira atlântica do Sul, a combinação de recursos para o desenvolvimento global da indústria não estar presente – como obviamente está na parte Norte do continente –, talvez os aspetos focados anteriormente ajudem também a explicar porque um continente que possui, apesar de tudo, tantos recursos, se manteve durante tanto tempo como uma zona de subdesenvolvimento e dependência, pois na América do Sul, o potencial nem sempre se materializa e quando acontece nem sempre se traduz em resultados duradouros. As raízes de tais problemas já foram e serão amplamente referidas neste trabalho. Um dos seus mais claros sintomas é talvez a periódica mudança de ciclos económicos, relacionados com a exploração extensiva de um recurso que, uma vez exaurido ou perdendo competitividade, não se tem traduzido em bases sólidas de um ciclo desenvolvimentista sustentado e sustentável.

Podem efetivamente distinguir-se vários ciclos económicos, os primeiros dos quais ocorreram ainda sobre domínio colonial.

a. O Ciclo do Açúcar

As culturas e as indústrias associadas que os portugueses introduziram no Brasil, como o açúcar e o café, ainda hoje constituem uma parte importante da riqueza deste país bem como da Colômbia e do Equador.

Aparentemente, terão sido os espanhóis os primeiros a introduzir o cultivo da cana na América do Sul. Segundo David Landes (2000: 134), Hernán Cortés já em 1524 cultivava cana e mandava construir um engenho perto de Vera Cruz. Mas os espanhóis, que não foram para a América para ser agricultores, não lhe deram a projeção mundial que o seu comércio veio a conhecer. Isso foi obra, primeiro dos portugueses, depois e nas Antilhas, dos holandeses e finalmente, dos ingleses.

A produção do açúcar foi introduzida no Brasil pelo primeiro governador, Martim Afonso de Sousa, logo em 1533, na região onde hoje se situa o Estado de São Paulo, embora os seus principais centros produtores se viessem a situar no Nordeste, nos atuais Estados da Bahia e Pernambuco.

Os engenhos, trabalhados principalmente por escravos negros – tal como foi salientado anteriormente, a Igreja opôs-se à escravização dos nativos ameríndios – acabaram por constituir uma das colunas vertebrais da ocupação da costa e da consolidação do domínio colonial português.

A economia centrada no açúcar não foi, porém, de longa duração. Em meados do século XVII, os holandeses expulsos do continente iniciaram a sua produção nas Antilhas, tendo rapidamente começado a vendê-lo na Europa por preços mais baixos, tendo-se mostrado mais exímios em comercializá-lo do que em produzi-lo (Landes, 2000: 125). Em guerra com as coroas peninsulares e dominando temporariamente os mares, não tiveram dificuldades em impor a sua política comercial. Esta foi certamente uma das razões para o declínio político do Nordeste brasileiro o qual, entre outras causas, levou à transferência da capital para o Rio de Janeiro e uma maior concentração na área que é hoje o Estado de Minas Gerais.

As consequências sociais do ciclo do açúcar vieram, no entanto, para ficar: o latifúndio, o escravagismo e a modificação da geografia humana que acarretou, são sombras do passado que se projetam, ainda, no presente de toda a região.

Mas as consequências são ainda mais vastas. O movimento antiesclavagista conseguiu grande projeção nos fins dos anos oitenta do século XIX, a ponto de a regente Isabel ter proclamado pela Lei Áurea de 1888, o fim da escravatura. Se o passo foi saudado com grandes celebrações, granjeou a inimizade de um dos principais esteios do império: a aristocracia rural e escravagista. Menos de um ano depois, era proclamada a república (Gomes, 2013: 233-238).

b. O Ciclo dos Minerais

Miticamente rica aos olhos dos primeiros europeus, a América do Sul rapidamente justificou a fama. Os portugueses desde logo começaram a explorar o pau-brasil e os espanhóis rapidamente descobriram minas de prata. Um pouco mais tarde, foi a vez de os portugueses encontrarem ouro e diamantes na região que hoje se chama, justamente, de Minas Gerais. Os proventos que estes recursos trouxeram às coroas portuguesas e espanhola (Landes, 2000) foram prodigiosos e muito contribuíram para a centralidade da América do Sul na política de ambos os Estados.

As ricas jazidas de prata que os espanhóis descobriram, em meados do século XVI, na região de Potosí (hoje na Bolívia) e cuja exploração em grande escala se deveu também à descoberta do indispensável mercúrio nas proximidades e que, depois da refinação da prata se transformava num produto que os espanhóis encaminhavam a dorso de mulas e lamas numa viagem de pelo menos 25 dias até ao porto de Arica (hoje no Chile) de onde subiam a costa do Pacífico até ao istmo do Panamá. Novamente por terra o carregamento seguia até ao Atlântico e daí para Sevilha em frotas bianuais da chamada *Carrera de Indias* (Chaunu, 1979: 301-313). O escoamento para sul, em direção ao Atlântico, só passou a ser usado depois do estabelecimento do vice-reino do rio da Prata que veio a assegurar melhores condições de segurança na zona. No entanto, pelos fins do século XVIII o mercúrio começou a diminuir de tal forma que, nos princípios do século XIX, esta riqueza estava, em grande parte, exaurida.

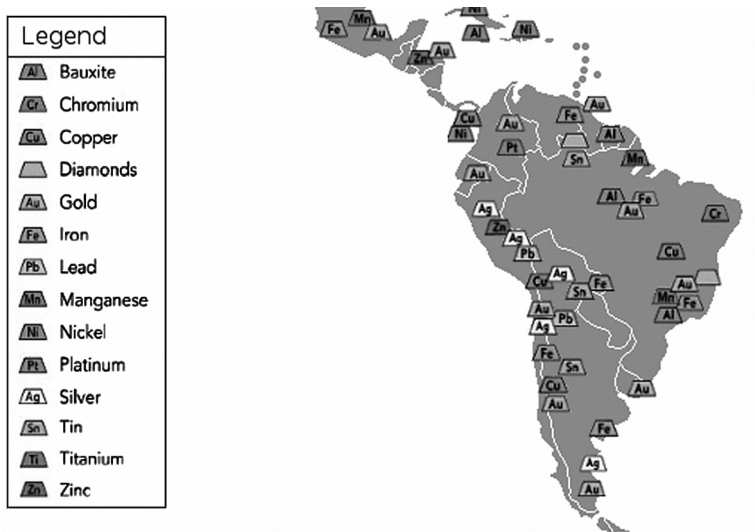
Outro tanto sucedeu com o ouro e os diamantes que os portugueses descobriram no Brasil. O ouro enviado para Portugal, por exemplo, que se calcula ter totalizado cerca de 800 toneladas, começou com 725 kg em 1699, atingiu um máximo de 25 toneladas em

1720 (Garcia, 1991: 208) e foi definindo até ao fim do século XVIII. À data da independência do Brasil os recursos em ouro eram, já, pouco importantes.

Mas o subcontinente tem abundantes tipos de outros minerais no seu subsolo os quais, devido às particularidades da subducção das placas tectónicas que resultou na sua orogénese particular, se encontram, por vezes, quase à flor da terra, como é o caso do cobre do deserto de Atacama que, certamente, esteve na origem da Guerra do Pacífico de 1880 da qual resultou a anexação da região pelo Chile, em detrimento do Peru e da Bolívia. De facto, este mineral, conhecido desde longa data pelos Incas, e que não tivera para eles qualquer interesse prático, tornou-se, subitamente importante com o desenvolvimento industrial, em especial nos fios telefónicos e na condução de electricidade e resultou em forte prosperidade para o Chile. Um excelente exemplo de como a tecnologia se encarrega de conferir importância a um recurso que pode até aí ter sido quase irrelevante.

Também à flor da terra se encontram jazidas de ferro, em particular no Brasil e nas Guianas. Mas como são escassos os recursos carboníferos em toda a América do Sul, o esforço de industrialização na década de 30 do século XX não produziu – como em outros locais em que os dois minérios coincidiram – grandes zonas industriais dedicadas ao fabrico do aço. Não lograram assim, nessa altura, os Estados sul-americanos romper com o ciclo da “vantagem comparativa”, servindo uma grande parte das suas exportações de bens primários (agrícolas e pecuários) como forma de equilibrar a balança de pagamentos em troca de produtos industriais importados.

Figura 11 - Minerais na América do Sul



Fonte: South America Mining Map.png retirado de World Energy and Minerals Map, disponível em <http://maps.howstuffworks.com/world-energy-minerals-map.htm>.

Mas, além do ferro e do cobre, uma vasta gama de outros recursos minerais se encontram, um pouco por toda a América do Sul. São particularmente relevantes as reservas de estanho que se encontram a grandes altitudes, nos Andes, em território boliviano, constituindo, provavelmente, um terço de todo o estanho existente no mundo. Uma das maiores jazidas mundiais de manganês encontra-se no Brasil, a sudoeste do Estado de Mato Grosso, existindo outra jazida menor, porém mais acessível, é explorado no Estado de Amapá. Entre outros minérios abundantes na América do Sul, destacam-se: o bauxite no sul da Guiana Francesa, Suriname e extremo norte do Brasil; a platina na Colômbia; a prata no Peru e na Bolívia; o nitrato no Chile; o chumbo, o zinco, o bismuto e o antimônio na Bolívia; o vanádio e o chumbo no Peru; o iodo e o enxofre no Chile; sal marinho, amianto, tungstênio, titânio e nióbio no Brasil (Atlas Mundial, 1999: 26-27, 88-107).

O ciclo da extração mineral não está, pois, concluído.

c. O Ciclo do Cacau

O cultivo do cacau começou na América Central e daí, através dos espanhóis, o seu consumo alargou-se à Europa e América do Norte. Foi, no entanto, no Brasil que o seu cultivo assumiu tais proporções e importância que se torna legítimo falar de um verdadeiro ciclo económico.

Encontrando-se em estado natural na Amazónia, o cacauzeiro foi introduzido na Baía em meados do século XIX, tendo encontrado as condições ideais na região de Ilhéus e Itabuna, onde os “Barões do Cacau” – imortalizados, entre outros, por Jorge Amado – se apropriaram, muitas vezes pela força – os célebres *Jagunços* – de enormes extensões de território, aproveitando-se do facto de o cultivo do cacauzeiro exigir uma reduzida mão de obra.

Outro aspeto importante da cultura do cacau é que, mesmo constituindo-se em monocultura, o cacauzeiro necessita da sombra da mata tropical, evitando-se deste modo a desmatção que acompanha outras monoculturas. O ciclo do cacau acompanha todo o período conhecido como a República Velha (1889-1930) e nele assenta grande parte da economia e do sistema social então vigente nas suas áreas de produção, também caracterizadas pela baixa densidade populacional.

A ausência de investimento e, muito em especial, a concorrência de alguns países africanos – Gana e Costa do Marfim – e da Indonésia depois das independências da segunda metade do século XX, veio relegar para quarto o antigo lugar do Brasil de primeiro exportador mundial.

Zonas deprimidas e estagnadas, as zonas de produção de cacau, viram-se hoje para a exploração da madeira da mata tropical Atlântica, conduzindo à desflorestação de muitas zonas, com os resultados que podem ser esperados onde tal acontece.

d. O Ciclo do Café

O chamado ciclo do café, coincide e convive, no Brasil, com o ciclo do cacau. As zonas de cultivo são, no entanto, bem diferentes, sendo, logicamente bem diferentes as suas consequências políticas e sociais.

Introduzido no Brasil a partir da Guiana Francesa no século XVIII, o futuro “ouro negro” foi primeiro cultivado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, estendendo-se posteriormente ao interior dos atuais Estados de São Paulo e Paraná. A sua importância interna e a posição de quase monopólio internacional que o café deu ao Brasil justifica bem os quase 100 anos em que foi, indubitavelmente, o centro de gravidade da economia brasileira.

Ao contrário do resultado de outros ciclos, muito do capital resultante desta atividade foi investido na indústria, havendo uma clara relação com o processo de industrialização que ocorreu, então, no Brasil.

Foi então que muitos europeus – muitos deles italianos – acorreram ao Sudeste para trabalhar nos cafezais que, ao contrário dos cacauzeiros, exigiam um largo volume de mão de obra. Também nessa altura se construíram vias férreas para o transporte do café do interior para o porto de Santos. O resultado foi um enorme aumento do desenvolvimento industrial e urbano do Sudeste e concomitantemente, um aumento do seu peso económico e político no conjunto do país, peso que a zona não mais perdeu.

No entanto, a dependência deste “ouro negro” foi excessiva, chegando ao ponto de os excessos de produção serem comprados pelo governo – recorrendo a empréstimos internacionais – para serem queimados, na tentativa de subir, ou pelo menos manter a cotação internacional do produto.

Nada disto resistiu à crise financeira de Wall Street de 1929 que mergulhou o mundo numa prolongada crise. A procura do café desceu e o governo brasileiro viu-se sem crédito para manipular o mercado.

Nenhum governo poderia assistir inerte a tamanho desastre, muito menos o recém-implantado “Estado Novo” de Getúlio Vargas. Segundo vários economistas, com Celso Furtado à cabeça, foi a partir daí que o governo brasileiro assumiu um papel preponderante na economia do país.

e. O Ciclo da Borracha

A borracha ganhou importância a partir da Primeira Revolução Industrial, quando o material então conhecido como *caoutchouc* começou a ser utilizado para finalidades várias. Foi, no entanto, a partir do progresso da indústria dos automóveis e velocípedes nos fins do século XIX, e com a invenção da “vulcanização” que a borracha passou a ter enorme procura industrial.

Mais uma vez, a “sorte” parecia sorrir ao Brasil, já que a seringueira, árvore a partir da qual se extrai o látex, matéria-prima da borracha, se encontrava em enormes quantidades em seringais nativos da região da Amazônia e em mais nenhum local do mundo. Um monopólio caído do céu.

O Brasil, entre 1866 e 1913 foi, de facto, responsável pela exportação de mais de 30 mil toneladas de borracha que assumiu uma importância equivalente ao café, tendo chegado a atingir 40% de todas as exportações brasileiras.

A silvicultura do látex atraiu fazendeiros ao interior da Amazônia e a zona tornou-se, temporariamente, uma das mais ricas do mundo, com construção de estradas, pontes, e escolas. O alargamento da zona de cultivo levou mesmo a conflitos com a Bolívia amea-

çando a paz na região e obrigando à sua ocupação militar. O problema foi resolvido com concessões mútuas, cedendo o Brasil uma zona do Mato Grosso em troca da região do Acre e do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia.

A riqueza concentrou-se em Manaus e em Belém, especialmente na última mercê da sua posição privilegiada para o acesso ao mar. Manaus foi mesmo a segunda cidade brasileira a possuir uma rede pública de iluminação elétrica, a que se juntou uma rede pública de transporte por carros elétricos que circulavam pelas imensas *boulevards*.

A prosperidade parecia não ter fim e a ostentação, fez-se regra. Casas de espetáculo ao estilo parisiense como o Teatro da Paz em Belém e o Teatro Amazonas em Manaus são ainda hoje testemunhas daquilo que na altura ficou conhecido como a *Belle Époque* da Amazônia.

As vistas curtas tiveram mau resultado. Acreditando que os lucros da borracha seriam eternos, a economia da região nada fez para se diversificar. Quando a oferta da borracha aumenta a partir de 1910, quando holandeses e britânicos iniciam a plantação de seringueiras no Sri Lanka, na Indonésia e na Malásia, a *Belle Époque* não tardou a terminar. O rendimento *per capita* caiu cerca de cinco vezes entre 1910 e 1920, acompanhado dos inevitáveis suicídios, saques e emigração em massa.

Mas o que talvez melhor nos ajude a perceber as imensas limitações ao desenvolvimento da região, é a malograda história do projeto de caminho de ferro que então se tentou construir.

De facto, da resolução do conflito com a Bolívia, constava também a construção de uma via-férrea para facilitar o escoamento do produto pelo oceano Atlântico, já que aquele país não tinha possibilidades de escoar a sua própria produção de borracha a não ser pelo Atlântico e a ideias iniciais de construção de uma via fluvial – entre Aimoré, na Bolívia e o rio Madeira, no Brasil – se revelaram irrealizáveis pelas vinte quedas de água que haveria a vencer. Assim, em 1907 iniciou-se a construção de uma ferrovia – conhecida como a “estrada do Diabo”, pelo grande número de vidas que se terão perdido durante a construção – que viria a ser concluída em 1912, já em plena crise do mercado da borracha.

A natureza não tardou a inutilizar a obra do homem: Trechos inteiros, bem como pontes e aterros foram destruídos pela brutalidade da precipitação equatorial. Menos de 20 anos depois a ferrovia foi parcialmente desativada e totalmente abandonada em 1972, quando foi substituída pela Rodovia Transamazônica.

Alguns anos mais tarde, um raio de Sol veio iluminar de novo a região: durante um curto período do século XX, a prosperidade pareceu voltar à em força. Quando, entre 1942 e 1945, os japoneses ocuparam os seringueiras da Malásia, a produção da borracha asiática chegou a cair 97%, abrindo uma nova janela de oportunidade à borracha brasileira. Foi apenas um fogo fátuo.

f. O Petróleo e o Gás Natural: Um Novo Ciclo?

A exploração de petróleo na América do Sul iniciou-se nos anos 20 e 30 do século XX, na Colômbia e na Venezuela. Apesar de este último país ser, em 1932, o maior for-

necedor de petróleo à Grã-Bretanha – seguido pela Pérsia e pelos EUA – e em 1939 ter aumentado a sua produção para os 137 milhões de barris – provocando durante a Segunda Guerra Mundial o encarniçamento dos submarinos alemães – a Venezuela passou nesse mesmo ano a segundo fornecedor da Grã-Bretanha sendo superado pelos EUA. A verdade é que, conjuntamente com a Colômbia, o seu peso nunca ultrapassou os 9% da produção mundial.

A Colômbia viu mesmo, mais tarde, a sua produção decrescer pelo efeito combinado do progressivo esgotamento dos poços antigos e pelos ataques da sua guerrilha interna aos oleodutos.

A Venezuela conheceu um pico em 1971 mas desde então a produção tem declinado, apesar de, ou talvez também pela nacionalização do setor em 1975-76 com a criação da Petróleos de Venezuela, SA (PDVSA). Em 2001, foram admitidas no setor empresas privadas mantendo, no entanto, a PDVSA 51% dos direitos de quaisquer novos contratos de exploração. Sintoma da má administração e da falta de desenvolvimento sustentável, o preço do litro de água continua, na Venezuela – um país que engloba a bacia do Orinoco – a ser inferior à do litro de gasolina.

Mas a situação alterou-se profundamente desde os fins do século XX com a descoberta de novas jazidas e a realização de grandes investimentos em países, até recentemente, marginais na indústria dos hidrocarbonetos.

Juntando-se ao grupo dos produtores, o Brasil, que começou a ser um produtor importante nos anos 80 do século XX, o Equador e o Peru – conjuntamente com a Colômbia – quase decuplicaram a sua produção de petróleo.

No caso do Brasil, quaisquer que sejam as críticas aos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef – que foi ministra da Energia do primeiro – justo é reconhecer a suspensão da política energética neoliberal de privatização generalizada, embora sem reversão das privatizações feitas no tempo Fernando Henrique Cardoso, esta é pelo menos a opinião de Alessandro Leme (Hage, 2013: 61-80), o desafio financeiro veio permitir, finalmente, políticas sociais que tiraram milhões de brasileiros do limiar da pobreza. Apesar dos escândalos – o dinheiro parece andar de mãos dadas com eles onde quer que se torna repentinamente muito abundante e difícil de controlar –, não é uma proeza de somenos.

Mas o facto mais significativo é, sem dúvida, o aumento brutal das avaliações das reservas de hidrocarbonetos existentes em todo o subcontinente. Com todas as reservas que estes números merecem – as estimativas variam enormemente com a fonte e escondem muitas vezes interesses económicos ou estratégicos não revelados ostensivamente –, parece inegável que o pré-sal brasileiro tem um enorme potencial. A U.S. Energy Information Administration (EIA, 2015) estima as reservas em 15 mil milhões de barris enquanto o governo brasileiro (Portal Brasil, 2014) as situa entre os 70 e os 100 milhares de milhões. Mesmo que a realidade se situe a meio termo, as reservas brasileiras colocarão o país à frente de vários Estados do Médio Oriente.

Mas é na realidade a Venezuela quem sobe para uma posição de grande destaque desde que as suas reservas de óleo pesado do Orinoco foram “provadas” (BP, 2015). O relatório da companhia petrolífera BP de 2011 já atribuía à Venezuela a maior reserva

de petróleo do mundo – 296,5 mil milhões de barris – deixando a Arábia Saudita, com os seus 262 mil milhões de barris, em segundo lugar. Registe-se aqui a relatividade de tudo isto: a grande maioria do petróleo venezuelano – em especial o do Orinoco – é um petróleo “pesado” que necessita ser misturado com petróleo “leve” para poder ser comercializado, mas tendo em conta a baixa na produção deste último no país – a oposição clama contra falta de investimento, sabe-se lá se com razão – a Venezuela acabou sendo forçada a importar petróleo “leve”, alegadamente da Argélia, para misturar no seu abundante petróleo “pesado”, gerando assim uma enorme celeuma a nível interno.

O que não há dúvida é que esta característica do petróleo venezuelano o torna menos competitivo e o país corre sérios riscos, apanhado em tenaz pela guerra dos preços do petróleo lançada pela Arábia Saudita cujos custos de extração são incomparavelmente mais baixos e não carecem de mistura. A continuar, esta “guerra” não deixará de ter consequências políticas: se Hugo Chávez foi uma espécie de “petropresidente”, existem as mais fundadas dúvidas que o seu sucessor Nicolas Maduro tenha condições para manter o mesmo rumo.

O mesmo, com as devidas distâncias é claro, se poderá dizer do Brasil, onde os enormes investimentos no pré-sal, uma extração cara por natureza, poderão não se revelar rentáveis se os preços do mercado internacional se mantiverem persistentemente baixos, atirando ou agravando a recessão prevista para 2015 pela OCDE⁴², a que se juntam os prováveis efeitos da reentrada do Irão no mercado na sequência dos acordos sobre o seu programa nuclear.

Mas o petróleo – que apenas há poucos anos era avaliado pelos “especialistas” como já tendo iniciado a curva descendente como recurso disponível – teima em brotar um pouco por todo o lado na América do Sul. A Colômbia, o Peru e o Brasil – excluindo o pré-sal – viram as suas reservas crescer na ordem dos 600% nos últimos 30 anos. No mesmo período, o Equador viu as suas reservas “provadas” multiplicadas por seis, tornando-se mesmo membro da OPEP (Lima, 2013a).

Finalmente, a possível fonte energética do futuro, o petróleo e o gás de xisto (*shale*) parece existir em enormes quantidades na Patagónia Argentina, na região de Vaca Muerta, onde muitas fontes estimam existir a terceira maior reserva mundial daqueles hidrocarbonetos, a seguir aos existentes nos EUA e na China.

O gigantismo das tarefas tem apelado á abertura das companhias estatais – Yacimientos da Argentina, Petrobras do Brasil, PDVSA da Venezuela, Ecopetrol da Colômbia, Petroperu do Peru e Petroecuador do Equador – e aos capitais privados, alavancando a indústria.

De qualquer forma, o Mercosul, desde a entrada da Venezuela em 2012, passou a ser o bloco organizado que detém a maior reserva mundial (Lima, 2013b). Será desta vez que funcionará a concertação estratégica – a criação do Conselho Energético Sul-Americano parece indiciá-la – ou voltará (também por via da inevitável tentativa de instrumentalização externa) ao caos fraticida?

42 Sobre as previsões económicas consultar relatório OCDE (2015).

g. A Agropecuária e as Florestas

Mas hoje, as principais culturas de exportação são a soja (no Brasil) e o trigo (na Argentina). Quanto à pecuária, a carne produzida no Cone Sul começou a ser importante a partir de 1880, quando a técnica da refrigeração conjugada com a navegação a vapor permitiu a sua exportação em especial para a Grã-Bretanha – que, obviamente, construiu o respetivo caminho de ferro para o seu escoamento –, exportação que veio a aumentar muito com a técnica da congelação. Ainda hoje a carne de bovino argentina tem renome e mercado mundial. Como nada é de graça, isto não se fez sem inconvenientes, já que a reserva das terras para a pecuária inviabilizou, na altura e em boa parte, a exploração agrícola, em especial na Argentina (Landes, 2000: 363-367).

As principais áreas de cultura do milho encontram-se no interior do planalto brasileiro, sobretudo na sua porção sul-oriental, e nas terras que bordejam na faixa de produção de trigo das pampas argentinas. A banana é intensamente cultivada no Equador, primeiro exportador do subcontinente, e no sul do Brasil. A Argentina é um dos principais países produtores de trigo do mundo, ao lado da Rússia, dos Estados Unidos e do Canadá. A cultura do cacau assume grande importância na Venezuela e no Brasil que é o terceiro ou quarto produtor e exportador mundial.

A Colômbia, o Equador e o Brasil são grandes produtores de fibras comerciais, sendo este último o principal produtor de algodão bem como de cana-de-açúcar. Se bem que alguns países do Norte do continente cultivem tabaco em grande escala, é no Brasil que se encontram as maiores áreas de cultivo desta planta.

A produtividade agrícola na América do Sul varia não só de país para país, mas também apresenta diferenças regionais dentro de cada país. Até à década de 1930, as técnicas e os métodos de plantio eram fortemente arcaicas, caracterizando-se pela ausência de mecanização e de adubagem, preparação inadequada dos solos, ineficiência no combate às pragas, etc. Estes problemas têm sido atacados a partir daí, tentando-se a recuperação de terras esgotadas em virtude do uso predatório.

As florestas são, igualmente, um recurso de enorme potencial – a madeira da bacia amazónica estimada em 45 mil milhões de m³ e que tem sido extraída a um ritmo muito elevado, em parte de forma ilegal rendeu, em 2009, 5 mil milhões de reais –, mas ainda não deram origem a um ciclo económico nelas baseado.

6. Os Transportes

a. As Rodovias

A rede viária do continente sul-americano era muito pobre à data das independências e foi mesmo essa pobreza e a consequente dificuldade de comunicação um dos fatores que contribuiu para a fragmentação política que se seguiu. Durante muito tempo a situação assim se manteve. De facto, o povoamento concentrado no litoral e as várias rivalidades territoriais que cedo estalaram entre os jovens Estados, não ajudaram nem o fomento viário nacional nem, muito menos, a que essas estradas cruzassem fronteiras. Mesmo hoje, elas são comparativamente escassas dadas as cruéis condições geográficas – montanhas, florestas e superfícies alagadas – que a natureza legou à América do Sul, exigindo investimentos que estão para além das possibilidades da maioria dos Estados.

Figura 12 - Mapa das Principais Vias Rodoviárias da América do Sul



Fonte: Road Map of South America 2009, retirado de Ezilon Maps [online], disponível em <http://www.ezilon.com/maps/south-america-maps.html>

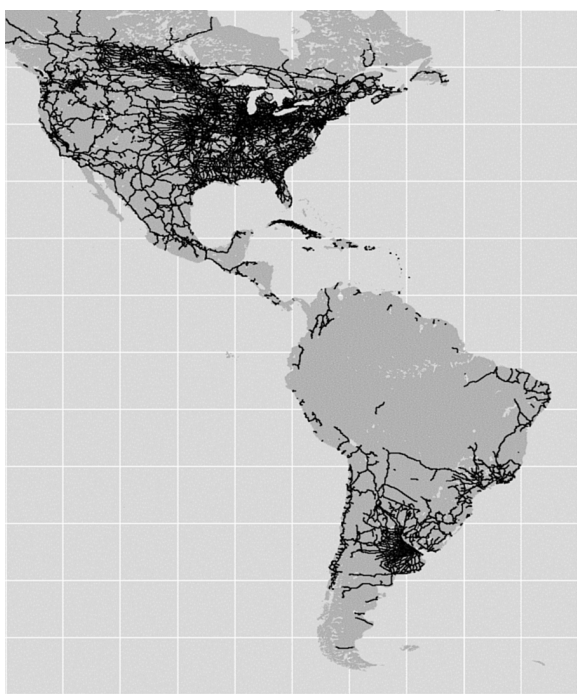
A primeira ideia de construção de uma grande via de comunicação foi a Estrada Pan-Americana, concebida originalmente como uma via-férrea que ligaria as duas Américas, proposta na Primeira Conferência Pan-Americana de 1889. Nada tendo resultado, a ideia foi retomada na Quinta Conferência dos Estados Americanos de 1923 desta vez como uma simples estrada cuja construção foi acordada em 1937 em conferência própria. Em 1950, o México concluiu o seu troço, sendo o primeiro Estado a fazê-lo. Atualmente pode dizer-se que a estrada é uma realidade, entre Monterey no México e Valparaíso no Chile – embora alguns trechos estejam por concluir –, 100 km na região pantanosa de Darién entre o Panamá e a Colômbia – e outros não sejam transitáveis todo ano. Considerando os vários meios de transporte disponíveis hoje em dia, pode dizer-se que esta

estrada tem um valor meramente simbólico de uma unidade americana tão existente como a própria estrada.

A Figura 12 dá uma ideia aproximada da pequena densidade das estradas na América do Sul. Apesar de estas totalizarem 1.700.000 km, como tudo neste continente, a variação é extrema, indo dos 44 km por cada 100 km² no Uruguai, aos 1,2 km na Bolívia, passando pelos 20 km no Brasil e pelos 10,5 km na Argentina, numa média de 14,5 km para o continente. Note-se que essa densidade é de 40 km na China e de 100 km por 100 km² na Índia.

b. As Ferrovias

Figura 13 - Vias Férreas no Continente Americano



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de World Railways Map, retirado de Mapsof.net [online], disponível em <http://mapsof.net/map/world-railways-map>.

A construção das ferrovias, que durante o século XIX era uma prioridade de todos os Estados que se queriam desenvolvidos, foi um esforço contínuo lá onde o escoamento de produtos o reclamava e onde o terreno o permitia. Sem grande atraso relativamente ao resto do mundo e sem surpresas, foi construído na então Guiana Britânica, sendo o primeiro troço da América Latina (80 km) construído no Chile em 1851, seguindo-se-lhe o Brasil em 1854 e a Argentina em 1857 – note-se que o primeiro troço ferroviário foi

apenas construído em Portugal em 1856. Já no século XX a prioridade foi baixando, chegando-se a levantar via-férrea para a substituir por estrada⁴³. É assim que as vias férreas – 100.000 km em todo subcontinente – apresentam um panorama semelhante ao das rodovias, cuja dimensão pode ser bem aquilatada na Figura 13, em que se apresentam graficamente as densidades ferroviárias de todo o continente americano. Ressaltam de imediato as tirânicas influências do clima e da orografia, refletindo-se nas densidades existentes na bacia do rio da Prata e no Chile que parecem equivalentes àquelas que existem na metade Norte do continente. Os números das densidades são igualmente reveladores: elas vão dos 60 km² por cada quilômetro de ferrovia no Uruguai, aos 118 km² no Chile, 200 km² na Argentina, passando pelos 285 km² no Brasil – note-se neste caso a enorme concentração no seu Sudoeste e o verdadeiro “deserto” na Amazónia –, pelos cerca de 650 km² na Colômbia e no Peru, até aos 2.700 km² na Venezuela. Compare-se, a título de exemplo com os 105 km² na China ou os 130 Km² na Rússia (UIC, 2013).

Mas mesmo os 52.000 km de vias férreas existentes na bacia do rio da Prata precisam de ser passados por um crivo mais fino, já que existem várias bitolas que dificultam o tráfego internacional. A Argentina tem três bitolas diferentes e apenas duas permitem o trânsito transfronteiriço com o Brasil, com o Paraguai e com o Uruguai. O Brasil possui quatro bitolas das quais, uma (1,435 m) permite ligar à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai, sendo necessário a via com bitola de um metro para ligar à Bolívia, bitola, que permitindo também ligação à Argentina, não se liga nem com a ferrovia do Paraguai nem com a do Uruguai. Fácil é compreender que esta situação, fruto das anteriores rivalidades interestatais – a via-férrea era essencial à movimentação de forças militares – em nada favorece o entrosamento das economias e a utilização de infraestruturas complementares. Fora da bacia do rio da Prata, as escassas ferrovias, não constituem sequer um elo de ligação entre os Estados.

Após a pacificação das relações entre o Estados do Cone Sul, o interesse de ligar por ferrovia o Pacífico com o Atlântico, tornou-se uma necessidade evidente. Foi assim que em 2004, aproveitando as vias existentes, se realizou a experiência de ligar o porto de Antofagasta (Chile) com o porto de Santos (Brasil). Dois vagões carregados de lingotes de cobre viajaram entre as duas cidades durante 14 dias, num percurso de 4.200 km. Se as redes ocidentais e orientais da Bolívia forem ligadas entre si, uma via-férrea com a bitola de um metro poderá estabelecer um corredor de costa a costa. Um salto gigantesco, em especial considerando que a alternativa marítima – cruzando o canal do Panamá ou o estreito de Magalhães – mais que duplica a distância a percorrer (Lacerda, 2009).

Assim, a prioridade à ferrovia parece ter regressado. Pelo menos os projetos não faltam: anuncia-se a construção de uma ferrovia de cerca de 3.000 km paralela à costa e com tecnologia e capitais parcialmente chineses na Venezuela (Railway Technology, s.d.), igualmente por uma empresa chinesa anuncia-se uma rede de 220 km entre Cartagena, na costa atlântica da Colômbia e a costa do Pacífico. No Brasil menciona-se a construção de linhas de alta velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo e mesmo entre Brasília e

43 O Brasil, por exemplo, perdeu 23% da sua rede ferroviária entre 1960 e 2006.

São Paulo e na Argentina entre Buenos Aires e Córdoba (Railway Technology, s.d.). Em visita ao Chile em 2013, a presidente Dilma Russel e o presidente chileno concordaram em desenvolver projetos comuns que possam materializar o sonhado corredor costa a costa. Será desta?

c. As Vias Fluviais

Figura 14 - Rios Navegáveis da América do Sul



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de South America Rivers Maps, retirado de ephotopix.com [online], South America Maps 2009-2012, disponível em http://www.ephotopix.com/south_america_rivers_map.htm

Existe uma vasta extensão de rios navegáveis na América do Sul – só o Brasil possui 54.000 km. O seu papel foi mesmo fulcral no processo da formação dos Estados, quando a falta de estradas fazia da via fluvial – onde esta existia – o meio preferencial de comunicação. Como aliás em qualquer parte do mundo, os rios navegáveis tornaram-se nas artérias da economia e o seu domínio, bem como dos seus pontos de saída para o mar, um enorme fator de poder. A esta luz é fácil compreender os violentos conflitos em torno da bacia do rio da Prata que drena uma enorme bacia fluvial que põe em contacto com o mar um vasto território, pertença de vários Estados. Menor que a bacia do Amazonas da qual o Brasil cedo se assenhoreou, a bacia do rio da Prata, correndo pelo terreno

mais fértil e desenvolvido da América do Sul, é certamente a região de maior potencial geoeconómico de todo o subcontinente.

A comparação com a bacia do Mississípi não deixa de ser tentadora do ponto de vista da teoria geopolítica. Drenando para o Golfo do México, e logo, para o mar livre, uma região de imensa riqueza, o seu corolário foi – já que as Montanhas Rochosas, não equivalendo aos Andes, constituem, apesar de tudo uma barreira – a construção do canal do Panamá. Nada disso sendo fisicamente possível na região do rio da Prata e estando a sua bacia na posse de mais do que um Estado, um olhar mais atento para o mapa revela com clareza um dos dilemas geopolíticos que daí resultam, nomeadamente para o Brasil: como já foi salientado, grande parte dos seus rios que, por força da Grande Escarpa não correm diretamente para a costa do Brasil. Estão neste caso os rios Paranaíba, Iguazu, Canoas e Pelotas, sendo a exceção notável o rio São Francisco que tendo uma enorme extensão (cerca de 2.800 km) não é, no entanto, navegável até à foz. Acresce que também os grandes rios do Sul – Uruguai, Paraná e Paraguai –, ao invés de correrem para a costa atlântica do Brasil, o fazem em direção da bacia do rio da Prata, motivando que o desenvolvimento do interior Sul acabasse por ter efeitos perversos. Se o que se pretendia era que o desenvolvimento do interior Sul brasileiro contribuisse para o aumento da produção de bens alimentares e sua consequente exportação pelos portos marítimos brasileiros, o que de facto se veio a verificar foi que estas regiões dadas as facilidades colocadas pela sua proximidade à bacia hidrográfica do rio da Prata, acabaram por criar um maior sentimento de proximidade com os outros Estados servidos pela mesma bacia hidrográfica (Argentina, Paraguai e Uruguai), do que com as cidades costeiras brasileiras, ao contrário dos objetivos que haviam presidido aos investimentos realizados pelas autoridades brasileiras nesta região. De facto, para os produtores desta região do interior do Brasil era economicamente mais aliciante escoar os seus produtos por intermédio da rede fluvial da bacia do rio da Prata até aos portos de Buenos Aires ou Montevidéu, do que através do vasto território brasileiro por via terrestre, até aos portos da costa sudeste do Brasil.

Essa mesma vantagem competitiva da bacia do rio da Prata voltava a verificar-se no fluxo económico de sentido inverso, ou seja, quando do transporte de mercadorias para o interior do Brasil. Paradoxalmente, era mais vantajoso navegar ao longo da costa atlântica até à foz do rio da Prata e daí subir em direção ao interior Sul do Brasil, transportando as mercadorias por via fluvial, do que descarregar as mesmas nos portos marítimos do Sudeste do Brasil, e a partir daí transportá-las por via terrestre até ao mesmo destino.

Aparentemente, ao contrário do planeado, a tentativa do Brasil em fomentar a sua integração territorial nesta sua região Sul acabou por resultar na criação de laços de dependência económica para com os seus vizinhos do Sul, e no consequente enfraquecimento das relações internas entre as regiões do Brasil abrangidas por este género de investimentos.

Para piorar um pouco as coisas, as já salientadas deficientes condições dos portos brasileiros da costa atlântica, conjugadas com a enorme dificuldade e consequente preço da construção de infraestruturas ferro-rodoviárias numa geografia pouco amável, faz com que muitas das matérias-primas exportadas do Brasil para o mundo, nomeadamente

bens alimentares como a soja, o milho e o arroz, sejam transportadas por camiões do interior do seu território até aos seus portos atlânticos, através de infraestruturas rodoviárias deficientes, o que forçosamente encarece os custos de exploração e torna as exportações brasileiras menos competitivas.

Daqui se pode concluir que a construção de um Brasil mais sustentável, não poderá passar unicamente pela sua costa atlântica, nomeadamente a do sudeste, pois não existe aí território suficiente e com as condições adequadas para o efeito.

Certamente por tudo isto, George Friedman (2012), na sua análise geopolítica do Brasil de 2012, concluiu que o passo geoestrategicamente lógico para o Brasil, seria a anexação pura e simples da Bacia do Rio da Prata, abandonando de vez os sonhos cooperativos do MERCOSUL, esquecendo outra hipótese igualmente válida, através da qual o Brasil poderia, por meios certamente mais pacíficos, “satelitizar” economicamente aqueles territórios.

É, de qualquer forma, um dilema difícil para a geopolítica brasileira: ou acaba por dominar a região, ou pode ver distanciar-se do seu núcleo a sua zona de maior potencial económico. Maldita geografia!

d. Os Portos

Um subcontinente com tantos recursos exportáveis bem precisaria de grandes estruturas portuárias, já que é por mar que a esmagadora maioria do comércio mundial se efetua. No entanto, as condições geográficas adversas já suficientemente enfatizadas anteriormente, têm – e presumivelmente assim continuarão a ter – um impacto fortemente negativo na existência de grandes portos de mar.

Assim se compreende que, com uma linha de costa superior a 18.000 km, a América do Sul conte apenas com 5 portos entre os 100 do Mundo que movimentam maior quantidade de carga, medida em TEU⁴⁴.

São eles, o porto de Santos no Brasil (38.º no *ranking* mundial) com cerca de 3,5 mil milhões de TEU anuais, o porto de Cartagena na Colômbia (71.º no *ranking* mundial) com cerca de 2 mil milhões de TEU anuais, o porto de Callao no Peru, outrora o maior porto de toda a América Latina (75.º no *ranking* mundial), com cerca de 1,9 mil milhões de TEU anuais, o porto de Buenos Aires na Argentina com valor semelhante e por último o porto de Guayaquil no Equador (7.º no *ranking* mundial), com cerca de 1,5 mil milhões de TEU.

Mas, uma visão mais global será certamente mais útil para efeitos comparativos. Podemos encontra-la no *Ranking de los Mejores Puertos de América Latina 2014* (Latinports, 2014) que elenca e categoriza os portos não apenas pela sua capacidade de movimentar carga, mas considerando e ponderando outros fatores. Assim, a análise atribui uma valoração de 40% ao movimento em TEU, 30% à qualidade da infraestrutura, 20% às infraestruturas de escoamento e entrada, 5% ao enquadramento social e político, e finalmente, 5% ao contexto económico em que se inserem.

44 *Twenty-foot Equivalent Unit*, unidade anglo-saxónica utilizada para medição do volume de contentores.

Dela resulta a seguinte ordenação por ordem decrescente:

- Buenos Aires (Argentina);
- Santos (Brasil);
- Callao (Peru);
- Guayaquil (Equador)
- San Antonio (Chile);
- Cartagena (Colômbia);
- Montevideo (Uruguai);
- Paranaguá (Brasil);
- Buenaventura (Colômbia);
- Valparaíso (Chile);
- San Vicente (Chile);
- Rio de Janeiro (Brasil);
- Puerto Cabello (Venezuela).

A enorme costa do Brasil e também, embora menor, a do Chile acaba por conferir uma nítida vantagem, embora a comparação seja deprimente se a comparação incluir outras zonas do globo. Saliente-se, igualmente, o enorme porto fluvial de Manaus com uma capacidade de movimentação esperada de cerca de 600 milhões de TEU.

7. Os Fatores de Divergência

Já foi referida a existência de várias “Américas do Sul”, embora este facto – constituindo em si um fator potencial de divergência – não se tenha revelado preponderante nas rivalidades que atravessam a história do continente. De facto, estas últimas revelaram-se principalmente dentro dos vários conjuntos, obviamente devido à contiguidade geográfica potenciada pelos fatores que mais têm acicatado as rivalidades geopolíticas no continente: a fluvialidade, o acesso às fachadas marítimas e a bi-oceanidade, a que François Thual (1996: 33-37) acrescenta a bi-continentalidade.

a. A Fluvialidade

Neste particular, o papel geopolítico dos rios e das suas bacias – uma das bases teóricas mais sólidas da geopolítica clássica (Nogueira, 2011: 258-260) – foi solidamente confirmado na América do Sul. De facto, num continente em que escasseavam as estradas ou outros meios de transporte, os rios representavam a vida, os meios de comunicação e os vetores do poder político e militar, já que situando-se a maioria das capitais junto ao mar, eles foram durante muito tempo os meios preferenciais (por vezes os únicos) para controlar o interior e afirmar a autoridade dos jovens Estados.

Um recurso tão vital na ordem interna, não podia deixar de se transformar num fator de tensão na ordem externa. Controlar as nascentes, bloquear as saídas ou expulsar um rival de uma margem, grande parte da afirmação do poder dos Estados construiu-se em torno dos grandes rios e das suas bacias. Para o Brasil, por exemplo, a bacia Amazónica foi (e é) percebida como uma reserva de imensas riquezas naturais, pelo que desde muito cedo envidou esforços para dela afastar o mais que pode os outros Estados que

com ele fazem fronteira. Mas igualmente esses Estados, não só procuraram contrariar a pressão brasileira como também disputar entre si o domínio de porções da bacia amazônica. Foi o que aconteceu entre a Venezuela e a Colômbia, entre esta e o Peru e entre este e o Equador.

Mas certamente os mais importantes conflitos envolvendo os rios foram os que aconteceram na bacia do rio da Prata – 17% da superfície da América do Sul – que, por mais de uma vez conduziram a guerras abertas. Com efeito, aí desembocam os extensos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, uma tríade de extraordinária importância para os países da região. Para os Estados encravados, como são a Bolívia e o Paraguai, eles representam a única via de acesso ao Atlântico. Por seu lado, os Estados da embocadura tentaram estender o mais possível para montante daqueles rios o seu domínio territorial como foi o caso da Argentina e do Brasil.

Hoje em dia as fronteiras fluviais estão estabilizadas, embora se mantenham alguns focos de tensão resultantes da dificuldade em demarcar fronteiras nas zonas em que a floresta se caracteriza pela enorme densidade e também das frequentes mudanças do curso dos rios. Continuam, no entanto, a marcar fortemente a geografia política da América do Sul já que 52% das suas fronteiras são fluviais – 34% em África e 24% na Europa. Reconhecendo isso e o potencial de risco que daí pode vir, os Estados sul-americanos têm vindo a pacificar a utilização dos rios, como foi o caso do Brasil que abriu logo em 1866, o Amazonas à navegação internacional beneficiando os outros sete Estados que a ele têm acesso, ou os acordos de 1941 e 1967, ampliados em 1969 pelo Tratado da Bacia do Prata entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai e que foram, posteriormente, alargados por vários convénios (Sell, 2006).

O seu sucesso tem sido inegável. O território da bacia compreende as capitais de quatro dos cinco países ribeirinhos: Assunção, Brasília, Buenos Aires e Montevideu. A navegabilidade da bacia propiciou o desenvolvimento de centros urbanos, política e economicamente importantes nas suas margens, como Buenos Aires e Montevideu. A facilidade de transporte e comércio na bacia desencadeou o desenvolvimento agrícola e industrial e, atualmente, também com uma desenvolvida rede rodoviária, a região gera 80% do PIB combinado dos cinco países. O desenvolvimento económico atraiu um grande número de migrantes e resultou em um rápido crescimento populacional, especialmente a partir dos anos 70. Aproximadamente 60% da população total dos cinco países encontram-se na bacia (Cordeiro, 1999). A fim de prover a energia exigida pelo crescimento económico e demográfico, mais de 30 grandes barragens foram construídas na região.

b. O Acesso às Fachadas Marítimas

O acesso às saídas para o mar e o alargamento das fachadas marítimas próprias são pulsões geopolíticas de todos os Estados que por qualquer motivo sofrem de limitações de acesso às grandes linhas de comunicação oceânicas (Vives, 1956; 144-145). De facto, o acesso e alargamento das fachadas marítimas não representam apenas um objetivo de crescimento territorial, já que elas são uma das chaves do crescimento económico através

do acesso às rotas marítimas por onde, desde o século XVI, flui a maior parte do comércio do mundo, atingindo hoje 75% do total (Lawrence, Hanouz e Doherty, 2012: 85). A formação rápida da geografia política da América do Sul, ao invés de um lento processo de amadurecimento e consolidação, plasmou – como aconteceu em África na segunda metade do século XX – fronteiras que deram muito a alguns e muito pouco a outros. Daí o tradicional mecanismo das relações internacionais baseadas nas relações de poder: alargar o próprio território, impedindo o alargamento do território dos outros, aumentando desta forma o poder próprio ao mesmo tempo que se diminui o poder alheio.

O alargamento das fachadas marítimas tem sido uma constante na América Central, onde a proximidade entre as margens orientais e do Pacífico torna essa possibilidade uma tentação fácil. Mais a sul, o perpétuo desacordo entre a Colômbia e a Venezuela a propósito do Golfo de Maracaibo tem levado com frequência os dois países à beira da guerra. Na verdade, numa atmosfera geral de pacificação interestatal que hoje prevalece no continente, muitas das disputas parecem adormecidas. Não convém, no entanto, numa análise geopolítica esquecê-las completamente, já que as lições da história nos provam a recorrência de certas rivalidades, desde que mudem as circunstâncias.

Este é, quase certamente, o caso do encravamento da Bolívia que, em resultado da Guerra do Pacífico do século XIX, perdeu para o Chile uma parte da região do deserto de Atacama⁴⁵ – rica em cobre e nitratos – sua única saída para aquele oceano, situação tanto mais grave quanto falharam todas as tentativas bolivianas para, em alternativa, obter uma saída para o Atlântico. Foi quase certamente esta última impossibilidade a principal razão para a Guerra do Chaco (1932-1935) onde as forças da Bolívia, sob o comando de um general alemão da Primeira Guerra Mundial, tentou conquistar uma porção da margem direita do rio com o mesmo nome ao Paraguai, embora se possa considerar também – ou principalmente segundo algumas opiniões – o presumível aparecimento de petróleo na região⁴⁶, como uma motivação especialmente forte para países tão pobres. Porém o encravamento é ainda hoje um motivo de forte ressentimento na Bolívia, onde a reconquista do território perdido consta na sua Constituição, pese embora que pelo Tratado de 1904 o Chile tenha construído uma via-férrea ligando La Paz à costa do Pacífico e tornado livre o acesso e a utilização dos seus portos pelos bolivianos (Foster e Clark, 2004).

c. A Bi-Maritimidade

A ambição de conseguir acesso a dois oceanos é outra constante geopolítica de fácil constatação histórica em vários pontos do globo. No continente americano, ela foi particularmente clara na formação dos EUA quando a conquista do Oeste permitiu ligar ambas as costas e, cereja em cima do bolo, quando a construção e domínio do canal do Panamá ligou efetivamente ambos os oceanos por via marítima.

45 Na qual o Peru, aliado da Bolívia, perdeu igualmente para o Chile uma vasta extensão da costa do Pacífico.

46 Uma outra visão aponta mesmo para uma manipulação de ambos os países pelas companhias petrolíferas Royal Dutch Steel e Standard Oil.

Tanto melhor, no entanto, se essa comunicação se fizer sem necessidade de grandes e dispendiosas obras por um caminho terrestre curto e sob soberania total. Foi o que a independência concedeu à Colômbia e foi o que tentaram obter vários Estados centro-americanos como El Salvador, as Honduras e a Nicarágua.

Figura 15 - Disputa Entre o Chile e a Argentina no Extremo Sul do Continente



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de Physical Map of Chile 2009, retirado de Ezilon Maps [online]. Disponível em <http://www.ezilon.com/maps/south-america/argentina-physical-maps.html>.

Mais a sul, as ambições de bi-oceanidade manifestaram-se apenas – por força da geografia – na Argentina e no Chile que, à data das independências estavam imprecisamente limitados a sul por vastos territórios apenas povoados por índios. Não tardou que ambos os países investissem para sul, os chilenos contra os araucanos e os argentinos contra os patagônios, acendendo uma querela de delimitação de fronteiras que apenas ficou temporariamente resolvida por tratado em 1881 no qual se reconhecia o Chile como potência – uma terminologia então na moda – do Pacífico e a Argentina como potência do Atlântico (Thual, 1996: 30). Um conhecimento cartográfico deficiente da zona e as ambições chilenas – a constituição chilena de 1822 reconhecia o cabo Horn e ilhas adjacentes como limite sul – levaram a vários picos de tensão com cartografia divergente publicada em ambos os países. O Chile, que se orientou para a Europa durante grande parte da sua existência procurou, naturalmente, uma saída para o Atlântico, embora a zona seja quase inabitável, tendo, apesar de tudo que engolir uma pílula amarga durante a Guerra do Pacífico desistindo formalmente das suas pretensões sobre a Patagónia para assegurar a neutralidade da Argentina. À beira da guerra em 1978, após rejeição pela Argentina do resultado de uma mediação pela rainha de Inglaterra, foi solicitada nova mediação sobre o Canal de Beagle ao Papa João Paulo II. Esta concluiu pela pertença das ilhas Picton, Nueva e Lennox ao Chile, mas sem direito a zona económica exclusiva. Fim da história, ou a sua continuação a propósito da Antártida?

d. A Bi-Continentalidade

A Antártida é tida, tanto pelos geopolíticos argentinos como pelos chilenos, como um prolongamento geológico dos seus próprios países, argumentação que, com acentos tóni-

cos diferentes, é utilizada em ambas as capitais para – mais uma vez – justificar uma nova expansão para sul, naturalmente em detrimento da outra parte interessada. A Argentina, encurralada pelo crescimento do Brasil e geobloqueada pelo Chile, vê no controlo do Mar da Argentina – um conceito obviamente inventado em Buenos Aires – que contém as ilhas da Geórgia do Sul, as Órcades, as Sandwich, as Shetland, bem como as Malvinas, um trampolim de acesso à Antártida, bem como às suas reais ou supostas riquezas.

Sucede que todas estas ilhas se encontram sob domínio britânico o qual, embora já sem o interesse geoestratégico anterior à construção do canal do Panamá em controlar a passagem do Atlântico para o Pacífico, a Guerra das Malvinas-Falkland demonstra-o, a Grã-Bretanha não cederá facilmente.

O Chile, embora não reivindique logicamente o Mar da Argentina pelo menos na sua totalidade, tem ambições similares sobre a Antártida. Em Santiago, utiliza-se a chamada Teoria dos Setores que reclama o direito de ocupação de territórios desabitados quando estes constituem um prolongamento natural do território próprio.

Todas estas questões têm estado em “banho-maria” nos últimos anos, à medida que as relações de cooperação têm vindo a impor-se entre os Estados da região. Algumas condições poderão, no entanto, reatear as brasas de um conflito. A primeira é, naturalmente, a revelação de recursos importantes e economicamente exploráveis no continente gelado que, a ocorrer antes do término do Tratado da Antártida – património de toda a humanidade – previsto para 2041, não deixará de provocar os maiores atropelos e o crescer do tom das reivindicações territoriais.

A segunda, que pode ou não acontecer ao mesmo tempo que a outra, é o suave esvaziamento do domínio britânico, coisa altamente provável num Estado que tem vindo a, pouco e pouco, perder importância e capacidade económica no contexto mundial. Será que UE – se ainda existir como tal – ou os EUA deixarão que a zona se incendeie num conflito entre a Argentina e o Chile?

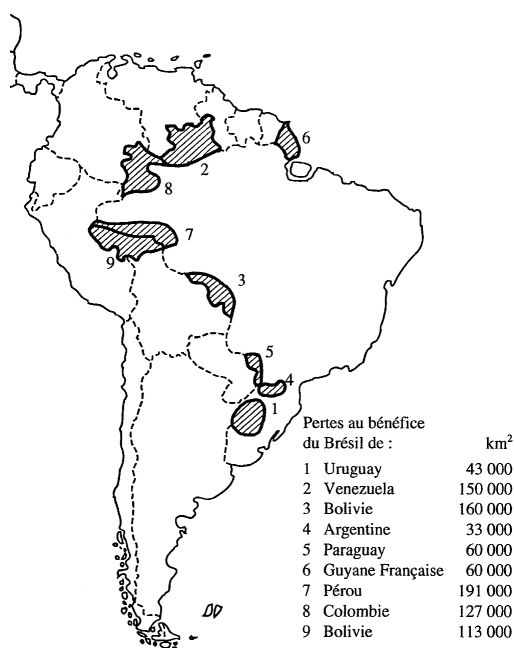
8. Concertos e Desconcertos

Na impossibilidade de manter grandes unidades territoriais, Simon Bolívar sonhou com uma liga de nações que pudesse resistir a qualquer intervenção da antiga metrópole. No Congresso que convocou para a cidade do Panamá em 1826, à ideia da liga impôs-se outra ideia: a de uma associação de Estados independentes na qual nenhum seria mais fraco ou mais forte. Os Estados presentes, México, Federação Centro-Americana – Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica –, Grã-Colômbia – Colômbia, Venezuela e Equador – e do Peru – incluindo então, a Bolívia –, acordaram no princípio da segurança coletiva, na arbitragem e conciliação como meios de resolução de conflitos. Os efetivos militares eram também limitados de forma a equilibrar os poderes regionais.

A preocupação principal era, então, a Europa monárquica onde imperava a Santa Aliança e cujas declarações de princípios levavam a temer uma intervenção no continente sul-americano. Mas temia-se também o nascente poder dos Estados Unidos – os seus delegados chegaram depois de encerrado o Congresso – e igualmente o império do Brasil – que, aliás, se não fez representar – tido como potência reacionária e potencial quar-

tel-general da Santa Aliança contra as repúblicas do Novo Mundo (Castro, 1997). Se os Estados Unidos pareciam a um tempo protetores e ameaçadores por via do pan-americanismo da doutrina Monroe, o regionalismo do Brasil parecia apenas ameaçador. Não tardou a demonstrá-lo. Entre 1850 e 1909, o Brasil cresceu 937.400 km², uma dimensão próxima do conjunto da Espanha e da França: 43 mil km² em detrimento do Uruguai, 150 mil km² perdidos pela Venezuela, 160 mil km² amputados à Bolívia, 33 mil km² da Argentina, 60 mil km² do Paraguai, outros 60 mil km² da Guiana Francesa, 190 mil km² do Peru, 127 mil km² da Colômbia e 113 mil km² da Bolívia (Thual, 1996: 97). Note-se que esta política expansionista não foi apanágio do império, mas prosseguiu após a implantação da república (em 1889). Uma clara pulsão geopolítica.

Figura 16 – Expansão Territorial do Brasil



Fonte: François Thual (1996: 97).

Mas no primeiro quartel do século XIX, uma cartada de reconquista espanhola era a mais temida. Desse receio resultaram vários tratados e acordos, nem todos surtindo qualquer efeito prático, mas todos eles acabaram reforçando a tendência regionalista em detrimento da tendência pan-sul-americana. Em 1848, assinou-se um tratado de Confederação entre o Peru, Bolívia, Chile, Equador e Colômbia. Em 1856, dois novos acordos: Tratado de União dos Estados Americanos (Chile, Peru, Equador) e o Tratado de Washington entre Nova Granada, Costa Rica, Guatemala, México, Peru, El Salvador e a Venezuela.

Em 1864, coincidindo com a tentativa francesa de impor o imperador Maximiliano no México e a Guerra de Secessão norte-americana, materializou-se uma tentativa naval espanhola – é duvidoso que houvesse verdadeira intenção de reconquista por parte de Madrid – sobre as ilhas peruanas e a costa chilena. Os detalhes são confusos e pouco importantes, mas acabou por redundar numa guerra com a Espanha por parte do Peru, Chile, Equador e Bolívia. Daí resultaram mais acordos de união e aliança de que se excluíram o Brasil, a Argentina e Uruguai, então empenhados na guerra contra o Paraguai.

Nem por isso os conflitos pararam. Em 1889-90 reuniu em Washington a Primeira Conferência Internacional Americana⁴⁷ que procurou estabelecer as bases de erradicação da guerra, substituindo-a pela “arbitragem entre as repúblicas americanas”. Criava-se a União Internacional das Repúblicas Americanas sediada em Washington e que teve mesmo direito a um palácio de mármore, inaugurado em 1910 com o pomposo título de Casa das Américas. Claramente, a primeira tentativa de pan-americanismo à escala continental (Escola Superior de Guerra, 2003b: 11-12).

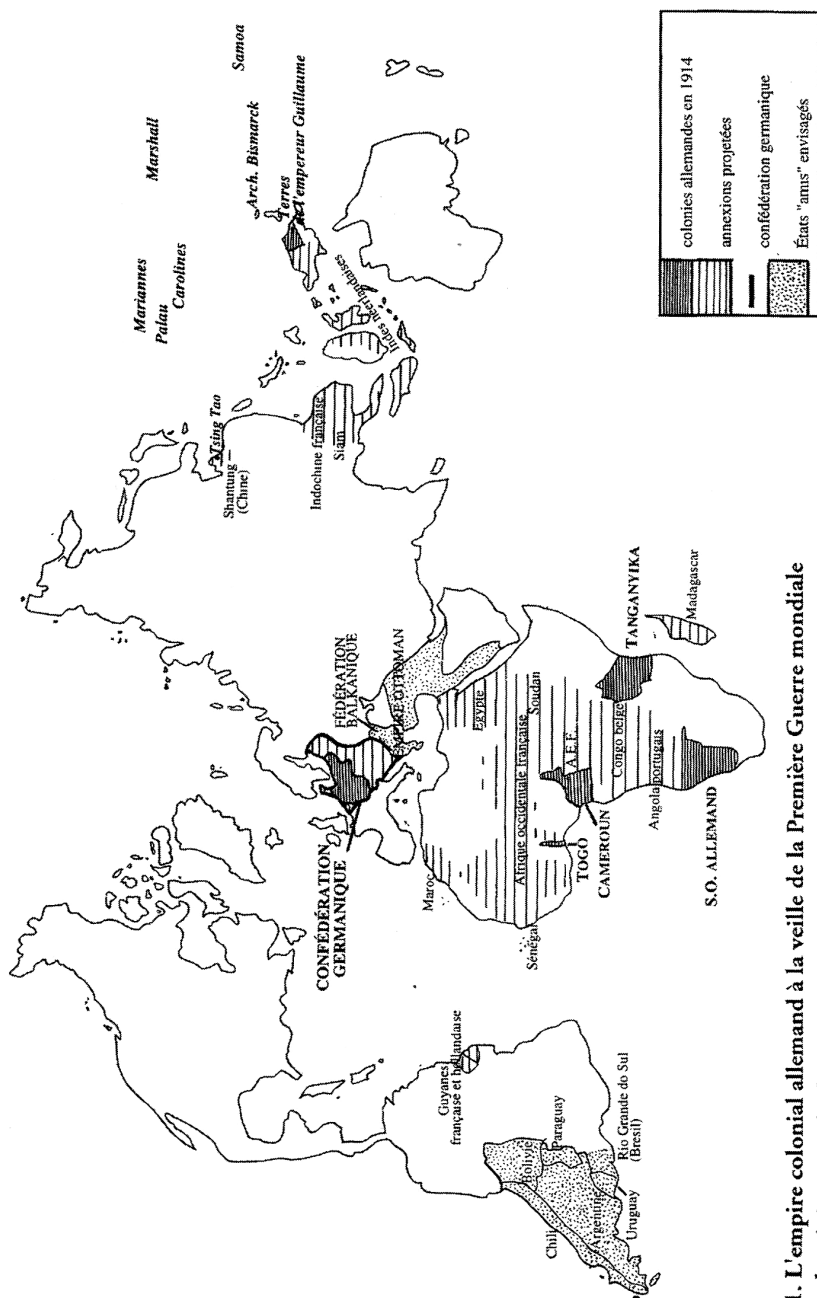
Os grandes conflitos que, a partir daí, assolaram o mundo, não deixaram de mostrar posturas e alinhamentos bem diferentes. A Primeira Guerra Mundial foi, particularmente sentida no Cone Sul onde um número muito elevado de emigrantes dos países em luta não deixaram de tomar partido, pressionando os respetivos governos no favorecimento de alguns beligerantes. Na verdade, as visões alemãs de antes do conflito, incluíam como “Estados amigos” todos os Estados sul-americanos do Cone Sul, além da Bolívia – onde um general alemão veio, mais tarde, a comandar as forças na Guerra do Chaco de 1930 – como ilustra a Figura 17 retirada da obra de Ayméric Chauprade (2003). Refletindo este estado de espírito, entre os muitos emigrados alemães a atmosfera de excitação foi levada ao rubro pelos primeiros episódios navais que se travaram à ilharga do Cone Sul como foi o caso das batalhas de Coronel, ao largo do Chile, que se saldou por uma vitória alemã e das Falkland em que prevaleceu a armada britânica (Mordal, 1959: 82-90). A situação de impasse que o conflito rapidamente atingiu, prolongou a guerra submarina, desorganizando o sistema de transportes marítimos, em especial no Atlântico, algo que teve duros reflexos também na América do Sul.

Foi o caso do Brasil que, apesar de manter a neutralidade, viu navios mercantes seus serem afundados a partir de 1917, quando a Alemanha declarou a guerra submarina sem restrições nas zonas que declarava sob bloqueio. Tendo a Alemanha ignorado os protestos brasileiros, em outubro desse ano o congresso “reconheceu o estado de guerra declarado pela Alemanha”, tendo sido também declarado o estado de sítio nos Estados do Sul onde residiam muitos estrangeiros. Em 1918, uma pequena “Divisão Naval em Operações de Guerra” partiu para o Atlântico Norte tendo chegado a Gibraltar nas vésperas do armistício. Igualmente, um hospital com 100 médicos e pessoal de apoio foi enviado para Paris.

Deste modo, embora de uma forma quase simbólica, o Brasil foi o único Estado sul-americano a participar na Primeira Guerra Mundial e por conseguinte, na Conferência

47 Consultar Organización de los Estados Americanos (OEA), *Nuestra Historia*.

Figura 17 - Ambições Expansionistas dos Alemães Antes de 1914



Fonte: Ayméric Chauprade (2003: 30).

de Paz de Versalhes e a ter, posteriormente, um papel ativo na Sociedade das Nações (Thual, 1996: 76). Uma vocação geopolítica que excedia o regionalismo e que tentava marcar terreno a nível mundial, manifestava-se pela primeira vez. A diferença em relação aos restantes países sul-americanos, que já vinha de trás, tornava-se mais nítida.

No período entre guerras a América do Sul assistiu ao nascimento e expansão dos partidos comunistas. Apoiados pelo *Comintern*, a luta destes partidos desenvolveu-se, fundamentalmente, contra os regimes instalados. Mas a partir de 1935, o comunismo (ou seja, a URSS) passou a considerar a Alemanha nazi como seu inimigo principal. Foi assim que, à semelhança do que aconteceu então na Europa (Espanha, França) os partidos comunistas sul-americanos, obedecendo às diretivas de Moscovo, passaram a buscar alianças com os partidos de esquerda moderada, em regimes de Frente Popular, relegando para segundo plano a tradicional hostilidade aos Estados Unidos e dirigindo-a contra os regimes simpatizantes com o nazi-fascismo (Thual, 1996: 53).

Na verdade, por essa altura, as potências do Eixo procuraram estimular e mobilizar os numerosos emigrantes que tinham deixado os seus países para se estabelecerem na América do Sul. Em especial no Cone Sul – era também aí que existia uma forte ameaça comunista – proliferaram os partidos de extrema-direita que, nalguns casos acabaram por tomar o poder. Na realidade, tal perigo foi fortemente exagerado, em especial nos EUA no período que antecedeu à sua entrada na Segunda Guerra Mundial. Karl Haushofer, o teórico alemão e alegado autor das teorias geopolíticas de domínio na América do Sul, quando interrogado pelo padre Edmund Walsh em 1946 declarou “(...) que era evidente que os mapas cuidadosamente elaborados para a infiltração em continentes como a América do Sul, base da acusação de planejar a conquista de continentes distantes, foram fabricados a partir do nada. Nestes assuntos, a imprensa sensacionalista, delirando sem licença nem contenção, chegou a usar mapas muito detalhados completamente forjados (...)” (Tuathail, Dalby e Routledge, 2006: 54-55). Certo é que Walsh concluiu pela inocência de Karl Haushofer.

No entanto, algum motivo havia para suspeitar das intenções da Alemanha nazi. O general Wilhelm von Faupel (1873-1945) que fora conselheiro militar na Argentina e no Chile – onde chegou a ser inspetor do exército – foi nomeado diretor do Instituto Ibero-Americano de Berlim em 1934 (Adam, 2005: 322) e posteriormente nomeado embaixador junto da Espanha nacionalista, onde preferiu apresentar-se com as vestes académicas em vez do uniforme de general (Thomas, 1969: 269). É geralmente tido como o cérebro que tentou organizar uma Quinta Coluna ultra-direitista nos países de língua espanhola (Chase, 1943). O declínio da sua importância dever-se-ia às fracas possibilidades que a partir do desencadear da guerra se ofereciam à Alemanha na América do Sul.

Antes da tomada do poder por partidos de extrema-direita em alguns países e beneficiando de um declínio da hostilidade contra os norte-americanos, talvez também porque se sentia o aproximar de nova tempestade planetária e certamente no rescaldo das recentes guerras entre o Chile e a Bolívia e entre o Peru e o Equador, foi finalmente elaborada a Declaração dos Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana, aprovada na conferência de Buenos Aires de 1936. Nela, os Estados reconheciam a sua igual-

dade, condenavam a ingerência externa, faziam o panegírico da democracia e da forma republicana de governo, bem como ilegalidade do uso da força para a cobrança de dívidas ou conquista territorial. Um tratado de Vestefália melhorado, à escala do continente americano que parecia reconciliar o Sul com o Sul e este com o Norte.

Assim, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, toda a América do Sul se manteve neutra. Tal foi possível até que o ataque japonês a Pearl Harbour forçou a entrada dos EUA na guerra e todos os Estados do continente se sentiram obrigados a condenar o Japão. Da condenação à guerra foi uma questão de tempo, mas também da progressiva clareza da derrota das potências do Eixo.

O Brasil foi aqui, novamente, uma exceção: mesmo com um regime que, em teoria, se aproximava dos populismos fascistas, o Brasil, talvez também pelo receio de que os EUA viessem, de qualquer modo, a ocupar o seu Nordeste, vital para a condução da guerra antissubmarina no Atlântico Sul e onde os norte-americanos vieram realmente a estabelecer bases⁴⁸, depois de sucessivos torpedeamentos dos seus navios – 33 foram efetivamente afundados –, acabou por declarar guerra às potências do Eixo em 1942. Foi assim que a Marinha Brasileira, sob comando dos EUA participou na Batalha do Atlântico, embora só enviando, quase dois anos depois de guerra, um corpo expedicionário de 25.000 homens que combateu em Itália ao lado dos Aliados. Foi o único país sul-americano a fazê-lo.

A Argentina, a braços com o justicialismo peronista, também ele próximo do populismo fascista, declarou guerra apenas em 1945 – condição para entrada na recém-criada ONU –, tarde demais para qualquer participação efetiva. A subida ao poder do general Perón em 1946, declaradamente hostil à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, veio isolar ainda mais a Argentina. De todos os países do continente, apenas o Uruguai manteve a sua neutralidade até ao fim da guerra.

Era tempo de ampliar e consolidar os esforços de cooperação anteriores à guerra. Foi assim que sob o poderoso impulso norte-americano, que desejava tornar permanentes os compromissos saídos da guerra, se assinou no Rio de Janeiro em 1947 o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que, com base na “Defesa Hemisférica” – uma variante da doutrina de Monroe – declarava que um ataque contra um dos membros seria considerado um ataque contra todos, um percussor do futuro artigo V que a NATO assinaria dois anos depois.

Em 1948, o edifício legal de cooperação internacional interamericana foi coroado com a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) assinada por 21 repúblicas, sendo seus objetivos, entre outros, a consolidação da paz e da segurança nas Américas, a resolução de conflitos por meios pacíficos e como princípios básicos o respeito pelo Direito Internacional, e a igualdade entre Estados. De facto, a OEA é uma repartição regional da ONU, com funções equivalentes para o hemisfério americano (Escola Superior de Guerra, 2003b: 14-16).

Tanto a OEA como o TIAR se mostraram mais simbólicos do que eficazes. De facto, aquando da Guerra das Malvinas, a Argentina invocou o TIAR e exigiu a convoca-

48 Parte da chamada “Cintura do Atlântico” que se estendia por 1.700 milhas desde Natal a Dakar.

ção da OEA, mas os EUA, alegando que o agressor era a Argentina e como aliados do Reino Unido na NATO, mostraram o quão pouco valia a solidariedade interamericana. Após o 11 de setembro de 2001, os EUA invocaram o TIAR sem grande resultado e na expectativa da Guerra do Iraque, o México denunciou o tratado, o mesmo fazendo em 2012 a Bolívia, o Equador, a Venezuela e a Nicarágua, alegando razões semelhantes.

9. A Democratização e os Fatores de Cooperação

O fim generalizado das ditaduras militares e dos governos da direita “dura” e uma evolução para a democracia representativa, não podia deixar de provocar uma distensão das relações internacionais na América do Sul. Subsistem, é certo, regimes de caráter populista, mas apesar de tudo, a repressão sangrenta do passado parece hoje apenas uma recordação.

As tradicionais rivalidades, que subsistem, obviamente, têm vindo a ser substituídas por instituições e estas têm frequentemente produzido resultados práticos. Uma enumeração dos novos mecanismos de cooperação parece, a este título, ilustrativa. Eis alguns que, desde a década de 1960, com a fundação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), mais tarde substituído pela Associação Latino-Americana de Integração na década de 1980, que países como a Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil, Equador, Bolívia, etc., se juntaram em prol do desenvolvimento da América do Sul. Mas existem muitas mais, sendo as mais representativas as seguintes:

- Comunidade Andina de Nações (CAN), que é uma organização sub-regional constituída pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e pela Venezuela. Nasceu do Grupo Andino em 1969 para promover o desenvolvimento equilibrado dos seus países-membros, visando a formação gradual de um mercado comum latino-americano.
- Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA ou CSN – foi estabelecida na cidade de Cusco no Peru em dezembro de 2004, com o objetivo de concorrer para a conformação de um espaço Sul-Americano integrado.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a maior e mais antiga instituição de desenvolvimento regional. Foi estabelecida em 1959, com o propósito de contribuir no impulso do progresso económico e social da América Latina e do Caribe.
- Corporação Andina de Fomento (CAF) é uma instituição financeira multilateral cuja missão é apoiar o desenvolvimento sustentável dos seus países acionistas – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, além de outros sócios extraterritoriais como Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Trindade e Tobago e Uruguai. Está localizada em Caracas capital da Venezuela.
- Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) foi constituído em 1978 pela Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela – Costa Rica está em processo de adesão – para apoiar as balanças de pagamentos dos seus países membros. Tem sede na cidade de Bogotá capital da Colômbia.
- O Grupo dos Três (G3), Colômbia, México e Venezuela, assinaram em junho de 1994 um Acordo de Livre Comércio, com o propósito básico de fortalecer a sua integração sub-regional.

- Parlamento Latino-Americano ou PARLATINO, é um organismo regional, permanente e formado pelos Parlamentos Nacionais da América Latina, eleitos democraticamente mediante sufrágio popular. Os seus 22 países-membros são: México, Cuba, República Dominicana, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Suriname, Antilhas Holandesas, Aruba, Equador, Peru, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile.
- Sistema Económico Latino-Americano (SELA), é um organismo regional intergovernamental, criado em 1975, com sede em Caracas (Venezuela) e integrado por 28 países da América Latina e do Caribe.
- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com uma Secretaria Permanente (SP) com sede em Brasília que nasce do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), criado em julho de 1978, pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, para realizar esforços e ações conjuntas para promover o desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos.
- Mercado Comum do Sul ou MERCOSUL, é uma união aduaneira de cinco países. Na sua formação original o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006, a Venezuela depende de aprovação dos congressos nacionais para que a sua entrada seja aprovada.

Esta última, é vista por muitos sul-americanos como uma arma contra a influência dos Estados Unidos da América.

Em dezembro de 2004, altura em que foi assinado o Tratado de Cusco, foram lançadas as bases para a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – entidade que une, desde 23 de maio de 2008 a quase totalidade dos países da América do Sul.

10. A Dimensão Militar e de Segurança

Já foi anteriormente enfatizado o papel que as instituições militares desempenharam na América do Sul – e de um modo geral em toda a América Latina, incluindo o Brasil –, na formação e consolidação dos Estados, na oscilação periódica e aperiódica de regimes políticos e sistemas de governação, bem como na defesa ou alargamento das fronteiras, na manutenção da ordem interna e na manutenção e substituição de governos. Na verdade, o poder militar foi durante muito tempo – manipulado ou não – o “verdadeiro” poder. Talvez não seja exagero afirmar que, em termos comparativos, no limite ainda o é.

Uma tradição tão longa não se esbate facilmente e grande parte das forças armadas da zona continuam configuradas quer para os conflitos simétricos Estado-a-Estado, quer para a manutenção da ordem interna. Não sem razão.

Na realidade, embora exista uma acalmia geral, pelo menos temporária, nas relações internacionais dentro do subcontinente e uma genuína ênfase nas relações de cooperação – ainda em 1987 o Chile e Argentina estiveram à beira da violência, ou ainda mais recentemente o velho conflito entre o Peru e o Equador se reacendeu em 1995. Mais recentemente ainda, a Bolívia bolivariana e nativista de Evo Morales tem, na última meia dúzia de anos, vindo a tentar reacender as suas pretensões de um regresso ao *status quo ante* Guerra do Pacífico, recuperando o seu acesso ao mar. E, embora, algo mitigado no

último par de anos porventura em conexão com o esbatimento de Hugo Chávez e as pressões militares norte-americanas no norte da América do Sul e na América Central, a tensão entre a Colômbia e a Venezuela bolivariana não cessou de todo. Em todos estes casos, seja na confrontação de movimentos civis seja mais diretamente em confrontações externas, os militares têm feito sentir de novo o seu peso nesta tão extensa região.

Na mesma linha, as dificuldades de comunicação, a densidade e abundância de florestas, o escarpado das montanhas, os intrincados sistemas fluviais, a que se juntam as afinidades transfronteiriças resultantes de fronteiras arbitrárias e por vezes mal definidas, continuam a dificultar a ação do Estado e a proliferação de localismos, por vezes baseados na dissidência política, noutras no rendoso narcotráfico – por vezes como fonte de financiamento para aquelas atividades –, ou no puro banditismo tradicional. E, quantas vezes ainda, na ambição desmesurada de caciques e “coronéis” a querer acumular poder e tesouro, ou na disputa pura e simples pelo controlo do mando, tensões fraturantes têm vindo a fazer-se sentir com regularidade que muitos pensaram ultrapassada. Todos parecem ter á sua frente senhores da guerra, muitas vezes privados, tanto quando defendem posturas e mudanças revolucionárias como quando se alinham e se formam como “contras”, de natureza paramilitar.

De facto, a América do Sul alberga cerca de um milhão de militares. Destes, aproximadamente 60% pertencem ao Brasil, à Colômbia e ao Peru, o que se compreende face ao gigantismo do primeiro e aos persistentes problemas de segurança interna dos segundos. O Brasil continua a ter que empregar vastos efetivos também na segurança interna e no controlo de fronteiras, o que também justifica a manutenção de um sistema de conscrição geral que lhe proporciona uma larguíssima base de mobilização, facto que apenas tem paralelo no Chile, no Paraguai e na Venezuela.

Apenas o exército da Venezuela mantém a tradicional organização divisionária, todos os outros se converteram (pelo menos no papel) à mais moderna e flexível organização em brigadas. Será, porém, que a distinção ultrapassa a dimensões meramente formais?

Vejamo-lo de outro ângulo. O equipamento disponível é muito variado em origem e modernidade. No Paraguai podem encontrar-se ainda os velhos carros de combate norte-americanos Sherman que datam da Segunda Guerra Mundial, enquanto no Peru ainda rolam os velhos T-55 provenientes de uma Moscovo de antanho. Refletindo alinhamentos erráticos do tempo da Guerra-Fria, em vários exércitos se encontram um misto de material russo, norte-americano e europeu, com ênfase nos carros de combate Leopard, de origem alemã, mas presentes em muitos exércitos do mundo, normalmente comprados em segunda mão. No entanto, nos países do Cone Sul, algum equipamento de combate terrestre já é de produção nacional, revelando uma crescente autonomia.

Nas forças aéreas e navais, o panorama dá corpo a uma realidade similar.

Como constante em toda a região pode apontar-se a profusão de helicópteros, os quais, sendo maioritariamente de transporte, encontram fácil justificação na dificuldade de uma rápida movimentação terrestre face ao tipo de ameaças e ao gigantismo das distâncias e à árdua morfologia dos espaços.

Como nota final e por ser altamente significativa, cumpre referir a intenção do Brasil, da Argentina e do Chile de participarem numa força combinada “Cruzeiro do Sul” para operações de paz.

Muito esquematicamente e com base, principalmente, no *The Military Balance 2014* (IISS, 2014), o panorama das forças militares do Estado pode ser resumido como segue:

Argentina: forças armadas basicamente estruturadas para a guerra simétrica, embora com conversão – limitada por carência de verbas – em curso.

O exército conta com 44.000 efetivos profissionais e 18.000 conscritos e está equipado com uma grande variedade de equipamento, algum de produção nacional nomeadamente carros de combate, viaturas blindadas e artilharia, além de material norte-americano, suíço e francês. Está organizado em 11 brigadas independentes que se integram em divisões ou o seu equivalente.

A armada é a segunda da América Latina e conta com 11 navios de combate de superfície principais – *destroyers* e fragatas –, 9 corvetas e 3 submarinos de fabrico germânico. A força aérea possui cerca de 100 aviões de combate, dos quais se salientam 22 aviões A-4 que espera ver substituídos por igual número de IA-63 de produção nacional, 31 IA-58 de produção nacional, 14 Mirage de produção francesa e 30 helicópteros de origem norte-americana.

As forças armadas da Argentina têm participado em várias missões no exterior. A sua presença foi importante na Bósnia, em Chipre e no Haiti.

As forças armadas do país têm enfrentado grandes pressões governamentais, perdendo quase completamente a sua tradicional autonomia. A opinião quase unânime dos analistas consultados é a de que as forças argentinas estão desestruturadas e precisam de um enorme esforço financeiro para se reconverter. A acontecer, têm pela frente um longo processo.

A Argentina dedica à Defesa o valor mais baixo da América do Sul, apenas 0,91% do seu PIB.

Bolívia: tem as suas forças militares concentradas na segurança interna, no combate ao narcotráfico e controlo de fronteiras. As forças terrestres contam com 6.000 elementos, a marinha – basicamente fluvial, *brown water* – tem um efetivo ligeiramente superior, de 6.800 elementos, e a força aérea conta com 39 aviões de combate, dos quais oito são K-8VB Karakoran de fabrico paquistanês, aos quais convém acrescentar seis helicópteros de fabrico chinês. Aliás, o equipamento das forças armadas da Bolívia é extremamente heteróclito, reflexo das várias fidelidades e, logo, dependências externas que o país atravessou nas últimas décadas. Assim, o material mais antigo é todo de origem norte-americana – VBTP M113, por exemplo – existindo algum material mais moderno de origem europeia (material antiaéreo suíço), sul-americano (Argentina, Brasil), ou comprado a Pequim.

A marinha – em grande parte estacionada no Lago Titicaca – está equipada com 11 navios patrulha. A grande força da marinha são os seus fuzileiros navais que contam, em teoria, com 7 batalhões.

O país tem feito um esforço de participação em missões das Nações Unidas designadamente pela projeção externa de forças na Costa do Marfim, na República Democrática do Congo, na Libéria, no Haiti e no antigo Sudão do Sul.

A Bolívia dedica à Defesa 1,47% do seu PIB.

Brasil: como referido, o Brasil mantém o serviço militar obrigatório, o que lhe permite manter uma vasta base de mobilização, já que o país continua preocupado com a ocupação efetiva do território e com a segurança de fronteiras, preocupações que incidem particularmente na zona Amazónica dos seus Norte e Noroeste. No entanto, a vasta população mobilizável não cobre outra preocupação, esta mais recente, da área marítima sob jurisdição que o Brasil pretende ciosamente controlar.

Em conformidade, o exército brasileiro conta com cerca de 120.000 efetivos – dos quais aproximadamente metade são conscritos – e é o segundo maior do subcontinente. Está articulado em 9 brigadas de infantaria, 3 brigadas da selva e 1 brigada paraquedista e outra brigada aeromóvel. Muitas unidades têm especialização em “operações especiais” e em combate em biomas típicos do território brasileiro. O equipamento, não sendo o mais moderno – duas centenas de Leopard e cinco centenas de M113, por exemplo –, conta com o maior número de veículos blindados da América do Sul e possui alguma sofisticação sendo, numa razoável proporção, de produção nacional – a VBTP Guarani, por exemplo, que se espera venha a ser produzido acima de dois milhares.

A armada é a maior de toda a América Latina – uma óbvia herança do domínio português – e a segunda maior do continente americano. Conta com um porta-aviões – o antigo Foch francês, hoje renomeado São Paulo –, 15 navios principais de combate (fragatas e corvetas) e 5 submarinos de fabrico alemão e propulsão híbrida da classe Tamoio, num total de mais de 100 navios, servidos por cerca de 60.000 elementos, dos quais menos de 2.000 são conscritos.

Numa originalidade brasileira, durante alguns anos – as rivalidades corporativas excluem, frequentemente, qualquer racionalidade – a aviação naval apenas contou com helicópteros, sendo uma responsabilidade da força aérea a operação das aeronaves que equipavam o porta-aviões. Esta situação já foi ultrapassada, contando a aviação naval com cerca de vinte A-4 Skyhawk de origem norte-americana a necessitar modernização.

Ainda de salientar a existência de uma poderosa força de fuzileiros navais com um efetivo na ordem dos 15.000 elementos – mais uma “herança” portuguesa.

A força aérea brasileira é, igualmente e de longe, a maior do subcontinente, contando com cerca de 230 aviões de combate. De entre estes, salientam-se os 57 caças F-5 (modernizados ou em vias de o ser) que serão, a prazo, substituídos por igual número de SAAB de fabrico sueco; as 53 aeronaves de ataque ao solo AMX – resultantes de uma cooperação italo-brasileira – igualmente a substituir por aeronaves SAAB de origem sueca, além de um número bastante elevado de helicópteros e aviões de transporte, sendo alguns norte-americanos – 23 aeronaves C-130 –, e muitos outros

resultam de produções ou coproduções da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).

A participação do Brasil em missões internacionais depois da Segunda Guerra Mundial é demasiado extensa – a primeira foi logo entre 1957 e 1967 no canal do Suez – para ser aqui referida. Várias missões foram comandadas por generais brasileiros, nomeadamente o general Carlos de Meira Mattos que esteve à frente da brigada da OEA na República Dominicana, em 1967.

O Brasil despende 1,47% do seu PIB com a Defesa.

Chile: é longa a tradição militar chilena, que conta algumas vitórias importantes. O seu foco continua a ser a manutenção da soberania, a integridade territorial e a segurança interna. Mantém a conscrição para uma pequena parte dos seus efetivos, maioritariamente profissionalizados. O seu exército conta com 66.000 efetivos e 40.000 reservistas. Está articulado em 6 divisões que estão a ser convertidas em 5 unidades tipo brigada com um misto de material alemão – CC Leopard, AAA Guepard, VBTP Marder – e americano – VBTP M-113, Art M-109 –, muito mais versáteis – possuem, por exemplo, 6 helicópteros – e manobráveis. De salientar, ainda a existência de uma brigada de operações especiais e de uma brigada de aviação.

Afastados os períodos de intervenção na política interna, o exército do Chile embora não equipado com o material mais moderno, emerge, assim, como uma força equilibrada, versátil e goza de excelente reputação de rigor e profissionalismo. Uma característica que, de resto, é comum ao geral das instituições do país.

A armada do Chile foi, no início do século XX, a maior da região. Hoje, conta com 8 navios de combate principais e 4 submarinos, servidos por um potencial humano de cerca de 19.000 elementos. Possui os seus próprios aviões de transporte e patrulha. Não possui aviões de combate, apenas helicópteros.

Existe igualmente uma força de fuzileiros com cerca de 3.600 elementos, número que parece baixo se comparado com os mais de 5.000 km de costa do país.

A força aérea do Chile é, igualmente considerada uma força equilibrada e relativamente bem equipada para as necessidades do país. Servida por cerca de 8.000 efetivos, conta com não menos de 89 aviões de combate. Destes, salientam-se 49 caças-bombardeiros F-16 e 18 intercetores F-5. Possui, igualmente, um assinalável número de aviões de transporte, tanques e helicópteros. Quase todos os meios têm origem nos EUA que, com o Reino Unido, têm sido os seus aliados mais fidedignos desde há várias décadas, a começar pelo período antes do de Salvador Allende e continuado nos que se lhe seguiram, durante e depois do General Pinochet.

As forças armadas do Chile têm participado em missões internacionais de estabilização, nomeadamente com o Reino Unido na Bósnia e juntamente com a Argentina em Chipre. A última participação revestiu-se de alguma importância – mais de 500 elementos – e efetuou-se no âmbito da United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH).

O Chile dedica 2,04% do seu PIB à Defesa.

Colômbia: possui as segundas forças armadas do subcontinente e o seu maior exército, o que se compreende dados os persistentes problemas de segurança interna. Aí reside o foco das missões atribuídas às forças armadas colombianas, em especial à sua força aérea e ao seu exército. Este último conta com mais de 220.000 elementos, estando territorialmente organizado em 9 divisões e as suas unidades de combate – 30 brigadas de infantaria de vários tipos com destaque para as aeromóveis e de “selva” – estão equipadas, regra geral, com material de origem norte-americana, sem carros de combate ou artilharia autopropulsionada. De salientar o número de helicópteros, que ronda os 150. Algum sucesso no combate à guerrilha tem permitido uma prudente evolução no sentido da modernização e das missões externas.

A marinha colombiana tem um efetivo da ordem dos 46.000 elementos – onde se incluem 22.000 fuzileiros – e conta com 4 navios de combate principais de superfície e com 4 submarinos, além de 7 lanchas submarinas, dedicadas em especial, ao combate ao narcotráfico. Encarregue do patrulhamento das águas territoriais em dois oceanos e ainda das vias fluviais a marinha da Colômbia possui um pequeno número de navios patrulha. Para o apoio da esquadra e para o SAR, possui ainda 30 aeronaves.

A força aérea colombiana, servida por cerca de 13.000 elementos, conta com cerca de 80 aviões de combate, na sua maioria, 50 aeronaves, de ataque ao solo, originários dos EUA, Israel e Brasil: está ainda equipada com 7 aeronaves de patrulhamento marítimo e 50 de transporte. Possui ainda cerca de 100 helicópteros de vários tipos e origens.

As forças armadas colombianas estão portanto, basicamente preparadas para o combate à guerrilha e ao narcotráfico, daí a ligeireza do material do exército, a vocação de patrulhamento da marinha e a centragem da força aérea no ataque ao solo e no transporte. São, assim, forças que embora muito numerosas na sua componente terrestre, estão mal preparadas para o combate simétrico, sendo obrigadas a confiar na proteção dos EUA e nas dificuldades de acesso nas suas zonas de fronteira.

A Colômbia dedica 3,28% do seu PIB à Defesa, o valor mais elevado da América do Sul.

Equador: os principais focos das forças armadas do Equador são a soberania e a segurança das fronteiras, radicando tais preocupações nas sucessivas amputações territoriais que o país sofreu em favor em especial do Peru, mas também do Brasil.

Em 2009, as forças equatorianas sofreram uma profunda reestruturação, especialmente ao nível do comando e controlo, ficando dependentes de 5 comandos conjuntos, um dos quais naval e que inclui as ilhas Galápagos.

O exército, que conta com cerca de 25.000 efetivos, possui 25 batalhões de infantaria agrupados em 9 brigadas, subordinadas a 4 divisões. De entre estas cumpre salientar a 4.^a divisão “Amazonas” com 3 brigadas, compreendendo 12 batalhões de “selva” ou de “operações especiais”. O restante exército tem uma organização mais clássica

com cerca de 130 carros de combate – Leopard alemães, T-55 russos, AMX franceses –, 200 viaturas blindadas de transporte – de origem brasileira e francesa, sobretudo – e artilharia de campanha, esta maioritariamente de origem norte-americana. A artilharia antiaérea é quase toda de origem russa ou norte-americana.

A marinha do Equador, servida por cerca de 7.500 elementos, opera 8 navios principais de combate equipados com mísseis guiados – 2 fragatas de origem britânica e 6 corvetas de origem italiana. Acrescem 2 submarinos de origem alemã. A marinha possui ainda 2 aeronaves de patrulhamento marítimo e opera 9 helicópteros de origem norte-americana. Acresce uma força de fuzileiros com cerca de 1.700 elementos distribuídos por 5 batalhões.

A força aérea do Equador tem um efetivo que ronda os 4.000 elementos e opera cerca de 50 aviões de combate, de entre eles 20 interceptores e caças-bombardeiros com origem na África do Sul e em Israel, e outros 20 de Super Tucanos – aeronaves especialmente vocacionadas para o ataque ao solo, oriundas do Brasil – sendo os restantes constituídos por aeronaves de asa fixa e helicópteros.

O Equador despende com a Defesa 2,33% do seu PIB.

Peru: a estrutura e composição das forças armadas do Peru estão marcadas pelos históricos conflitos com o Chile, com o Equador e com o Brasil e, a nível interno, com o problema do Sendero Luminoso que dura há décadas.

Assim se justifica uma dimensão total das forças armadas – as terceiras do subcontinente – da ordem dos 120.000 elementos. O equipamento militar reflete as várias fases políticas do Peru e os respetivos apoios externos que foi conseguindo. Assim, o exército do Peru com cerca de 75.000 elementos, organizado territorialmente em 4 regiões, conta com 13 brigadas equipadas com um misto de material russo – carros de combate, artilharia de campanha e antiaérea, bem como helicópteros –, europeu e norte-americano – carros de combate, transportes blindados e artilharia de campanha.

A marinha peruana, servida por 24.000 elementos, tem uma dimensão inusitada. Além de ser a única marinha do mundo a manter um cruzador dotado de canhões pesados, o almirante Grau, até 1973 em serviço na marinha da Holanda, alinha 8 fragatas, 6 corvetas e ainda 6 submarinos, estes últimos constituindo a maior força submarina da América do Sul. Possui ainda vários batalhões de fuzileiros, aviões e lanchas de desembarque.

A força aérea do Peru, com um efetivo de 17.000 elementos, conta com cerca de 80 aviões de combate, grande parte de origem russa – Mig-29, SU-25 e vários helicópteros –, Mirage de origem francesa e vários aviões lentos (também brasileiros) para ataque ao solo vocacionados para a contraguerrilha.

A polícia nacional do Peru, que tem vindo a adquirir características militares devido ao seu treino na contraguerrilha, poderá também ver incluídos os seus 140.000 efetivos como força militar.

O Peru dedica à Defesa 1,28 % do seu PIB.

Paraguai: as pequenas forças militares do Paraguai, são meramente defensivas e parecem repousar, sobretudo, num ultrapassado exército de massas, já que o seu equipamento é, regra geral, obsoleto. De facto, o serviço militar continua a ser obrigatório a partir dos 18 anos – 12 meses no exército, 24 meses na marinha –, o que permite uma base de mobilização superior a 1 milhão de pessoas, ainda influência, certamente, da malograda Guerra da Tríplice Aliança do século XIX.

O exército tem um efetivo da ordem dos 8.000 elementos – algumas fontes indicam 15 000 –, predominantemente de infantaria e com 12 carros de combate Sherman – de origem norte-americana e datando da Segunda Guerra Mundial –, cerca de 60 viaturas blindadas de transporte e 50 bocas de fogo de artilharia rebocada. A unidade mais bem equipada é a “guarda presidencial”, estando o resto do exército teoricamente articulado em 3 corpos de exército com 3 divisões cada um.

A marinha é apenas fluvial, servida por 2.000 elementos, entre os quais 900 fuzileiros navais e opera 24 navios costeiros, alguns quase centenários.

A força aérea tem um efetivo de 1.700 elementos, e opera 28 aeronaves, das quais 6 são Tucanos, sendo as restantes aviões de transporte e helicópteros também de transporte.

O material militar paraguaio tem origem nos EUA, Brasil e Espanha. O país depende com a sua Defesa 1,66% do PIB.

Uruguai: o país possui forças militares puramente defensivas, remetidas, desde o fim do período do regime civil-militar, ao seu papel normal de garantes da soberania no plano externo. O pessoal foi muito reduzido, contando com cerca de 24.000 elementos, equipados com um material heteróclito, resultado de vários alinhamentos externos do passado.

O exército tem um efetivo da ordem dos 16.000 elementos, articulado em quatro zonas militares, possui aproximadamente 80 carros de combate, na sua maioria ligeiros e antiquados. Tem ainda cerca de 400 viaturas blindadas de transporte, sendo aproximadamente metade originária de países do antigo bloco de leste. A artilharia, 70 bocas de fogo, reflete o mesmo padrão.

A marinha, servida por 5.400 elementos, opera 2 fragatas adquiridas a Portugal e 3 navios patrulha.

A força aérea, com 3.000 efetivos, não possui intercetores, apenas aeronaves lentas de ataque ao solo – 5 Cessna e 5 Pucará –, aviões e helicópteros de transporte.

O Uruguai tem participado em várias missões da ONU, dedicando à Defesa 1,95% do seu PIB.

Venezuela: As missões das forças armadas da Venezuela estão escritas de forma tonitruante: defesa do território, cooperação na segurança interna e participação ativa no desenvolvimento nacional. Para tal, o sistema operacional do país articula-se num sistema piramidal coroado por um “comando de operações estratégicas”. A este comando se subordinam as “regiões estratégicas de defesa integral”, algo muito

semelhante aos “distritos militares” da antiga URSS. Abaixo das regiões encontram-se as “zonas de operações de defesa integral” que descem ao nível estadual. Existe também uma “zona marítima e insular de defesa integral”.

O exército venezuelano, com cerca de 130.000 elementos (incluindo conscritos), está articulado em 6 divisões – uma delas blindada e outra de “selva” – cada uma com 3 ou 4 brigadas e é apetrechado com equipamento de várias proveniências – o mais moderno em grande parte russo, designadamente toda a artilharia de defesa aérea, mas também francês e norte-americano. É único país do subcontinente a operar o CC T-72, bem como o conhecido míssil de defesa aérea BUK e um número razoável de lança-foguetes múltiplos de origem russa. Cerca de 50 helicópteros, maioritariamente de origem russa e norte-americana, constituem a aviação do exército.

A marinha da Venezuela, servida por cerca de 17.000 elementos, possui 6 fragatas de origem italiana, 4 corvetas e 4 patrulhas de origem espanhola e ainda 2 submarinos de fabrico alemão. Acresce uma dezena de aviões ligeiros de transporte e patrulhamento e uma vintena de helicópteros de origem norte-americana e russa. De salientar ainda a força de fuzileiros navais rondando os 12.000 efetivos.

A força aérea, com cerca de 12.000 efetivos opera 95 aviões de combate, entre os quais se salienta uma vintena de Sukhoi SU-30 russo – adquiridos como resposta ao embargo dos EUA às peças dos doze F-16 que, no entanto, se mantêm ao serviço – e vários jatos lentos de ataque ao solo adquiridos à China e vários Tucanos de origem brasileira.

É ainda importante salientar a existência da guarda nacional, corpo militar com funções policiais com cerca de 70.000 elementos e ainda a milícia nacional, corpo constituído pelos cidadãos que fizeram o serviço militar, ou nela servem voluntariamente, com características de “guarda territorial”. Poderá ter um efetivo teórico de 400.000 elementos.

As despesas da Venezuela com a Defesa ascendem 1,05% do PIB.

Como nota final e por ser altamente significativa, cumpre referir a intenção do Brasil, da Argentina e do Chile de participarem numa força combinada.

CAPÍTULO III

A Geopolítica e os Geopolíticos

Um subcontinente escassamente povoado, com fronteiras naturalmente mal definidas, matizado por climas fortemente contrastantes e segmentado por cordilheiras, rios, florestas e desertos, pareceu, após o acesso generalizado dos seus povos à independência, um verdadeiro laboratório das ideias daqueles que, por essa altura começavam a teorizar sobre a influência da geografia nos Estados, particularmente nos fatores que conferiam tanto poder a uns a tão pouco a outros.

Na verdade, fora da zona do Cone Sul, a predominância da influência cultural francesa e espanhola com a sua aversão – em especial da primeira – ao espírito e ao método geopolíticos, terá contribuído para que as lutas de poder que marcaram a América do Sul até há bem poucas décadas, não se tenham apoiado em teorias de base geopolítica, embora a ausência da teoria nunca tenha, em lado nenhum, embotado a sua prática.

De facto, se as grandes teorizações geopolíticas apenas foram dadas à estampa na charneira entre os séculos XIX e XX, as suas ideias centrais germinaram em especial na Prússia quase desde a derrota de Napoleão. A abundante emigração europeia – com forte expressão germânica – que se deu a partir daí em direção ao Cone Sul, não terá deixado de importar modos de estar e modelos intelectuais que então fervilhavam na Alemanha.

Estas raízes explicam muita da influência das teorias geopolíticas que se mantiveram, nesta parte do mundo, mesmo antes e depois de se terem enfeudado à nova geopolítica norte-americana da Segurança Nacional.

De facto, como salienta Sebastián Cutrona (2011), a Geopolítica, ostracizada na Europa e na América após a derrota do nazismo alemão, veio a florescer em particular no Cone Sul da América Latina, onde as ideias germânicas continuaram a ter profundo eco, muito para além do que se considerou o “óbito” intelectual de Ratzel, de Kjellén e de Haushofer.

A notoriedade dos militares em todo este processo é por demais evidente. Ela resulta, naturalmente – e julga-se que este aspeto é normalmente negligenciado – na propensão natural que o estudo das coisas da guerra desenvolve para o relacionamento entre os fatores geográficos e a tática ou a estratégia, facilitando uma transposição para o campo da geoestratégia e daí para a geopolítica. Outro aspeto, salientado por Philip Kelly (1997: 13) reside na importância da geopolítica na política dos Estados, dada a preeminência característica da América do Sul, de muitos militares em posições de direção política.

Esta importância transmitiu-se à sociedade, salientando o mesmo autor que na América do Sul, o ensino da geopolítica é comum em muitas universidades, assim como é grande o número de colóquios, conferências e revistas que fazem da geopolítica o seu tema central.

1. Os Modelos Globais

As características geopolíticas do subcontinente fundamentaram as ideias de alguns pensadores que as cristalizaram em modelos simplificados da América do Sul, onde é notória a sua fragmentação em várias regiões, assim como o facto de nenhuma região dominar política ou economicamente as outras, embora o Brasil se saliente como o líder natural.

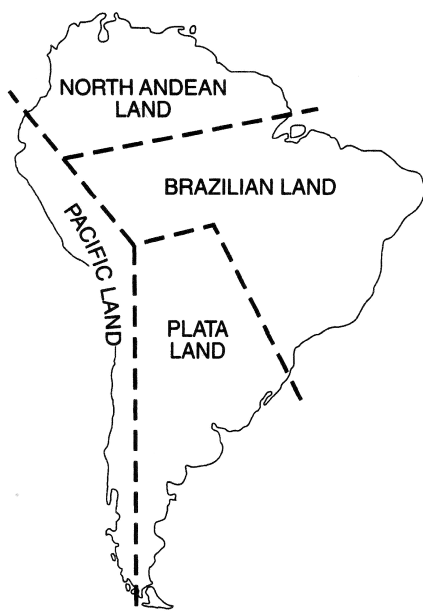
A segmentação geopolítica do continente é pois um facto natural, sendo evidentemente representada – com os seus triângulos e corredores, uma ideia fixa herdada da geopolítica alemã – de acordo com a visão pessoal de cada autor. Apenas um aspeto é constante a todos os modelos e não merece contestação. Trata-se da fímbria de terra – com representação mais ou menos larga – que se estende de norte a sul, a oeste da cordilheira andina.

As restantes áreas, designadamente as bacias dos rios Prata e Amazonas, são agregadas de diferentes modos e diferente é a sua valoração geopolítica. Todas elas se baseiam, é claro, ou num rio ou num oceano dominante, em uma cultura política e económica comum e numa, igualmente comum, herança histórica.

Para não alongar demasiado esta seção, referem-se apenas e graficamente, as linhas gerais dos modelos de três pensadores geopolíticos: um espanhol, um uruguaio e um português.

O professor espanhol Carlos Badía Malagrida (1890-1937) nascido na Catalunha e especialista na América do Sul representou, em 1919, o subcontinente dividido em quatro regiões, como se mostra na Figura 18.

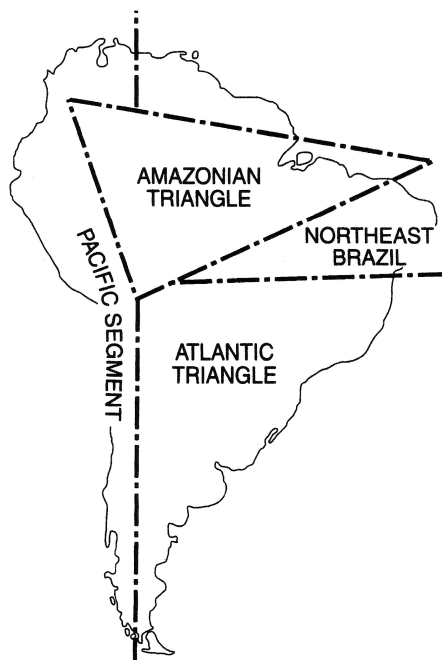
Figura 18 - Zonas Geopolíticas da América do Sul
Segundo Carlos Badía Malagrida



Fonte: Philip Kelly (1997: 10)

Já o uruguaio Bernardo Quaglioti de Bellis, autor importante e a quem se regressará mais á frente, dividindo igualmente o subcontinente em quatro zonas, Figura 19, considera uma divisão bastante diferente, nomeadamente segmentando o território brasileiro por três regiões geopolíticas, algo inaceitável para os geopolíticos daquele país.

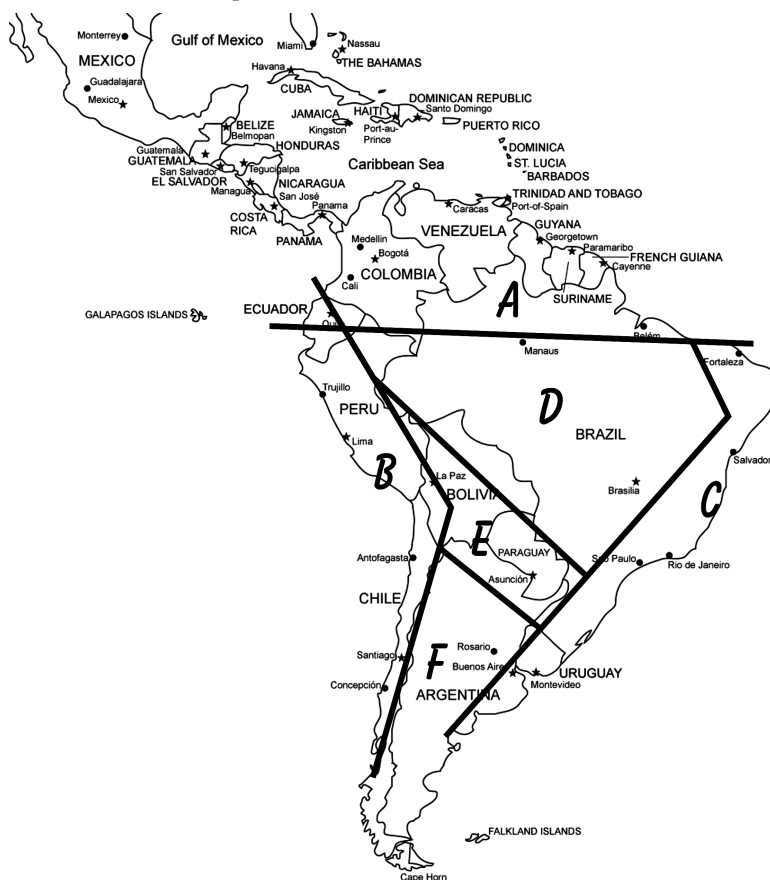
Segundo Bernardo Quaglioti de Bellis



Fonte: Philip Kelly (1997: 10)

Para o professor português Políbio Valente de Almeida (1932-2008), numa abordagem talvez mais precisa (Figura 20), a América do Sul declina-se em seis regiões geopolíticas: a zona Norte (A no mapa) vocacionada para o “mediterrâneo” americano; a zona Ocidental (B no mapa) limitada pela barreira andina; a zona Leste (C no mapa), onde se encontram as maiores cidades, a maior população e o maior desenvolvimento, vocacionada para o Atlântico Sul; a zona ao Centro (D no mapa), ocupando a maior massa de terra do subcontinente, onde está o centro de gravidade geográfico do Brasil, verdadeiro baluarte geopolítico; entre o Brasil e Argentina, um corredor (E no mapa) com dois Estados encravados cujos acessos ao mar têm que ser resolvidos, sob pena de instabilidade permanente; finalmente, o Cone Sul (F no mapa) onde pontifica a Argentina e que pode servir de vértice para vários triângulos geopolíticos alternativos (Almeida, 1994: 201).

Figura 20 - Zonas Geopolíticas da América do Sul
Segundo Políbio Valente de Almeida



Fonte: Políbio Valente de Almeida (1994: 201)

Finalmente, não pode deixar de ser referida a importância que muitos autores atribuem a uma zona central da América do Sul, como um núcleo central – uma espécie de *Heartland* do subcontinente – e que teria o seu *pivot* ou no planalto central da Bolívia ou, mais alargado ao oeste do Brasil, consistiria uma zona de “soldagem” geopolítica. Aos autores que assim pensam se voltará em breve.

A geopolítica, omnipresente em todo o Cone Sul, não deixa de marcar presença noutras zonas da América do Sul e é exatamente pelos países onde esta importância teórica é menor, que se iniciará este pequeno estudo.

2. Colômbia

Com a maioria da sua população isolada nos vales das montanhas centrais, o país não tem especial influência quer nas Caraíbas quer no Pacífico e também não exerce qualquer

liderança nos assuntos da América do Sul. Trata-se de um Estado territorialmente “satisfeito”, que não constitui tampão entre outros Estados, não tem receio de desmembramento, nem disputas territoriais sérias, já que não possui recursos naturais que sejam objeto de apetites externos.

A importância geopolítica do país reside, fundamentalmente, na sua posição, próximo do Panamá e entre os oceanos Pacífico e Atlântico.

A traço muito grosso, pode considerar-se a existência de duas grandes regiões: a Planície Ocidental, cobrindo 2/3 do território é escassamente povoada, com um norte seco e onde a principal atividade é a criação de gado, enquanto a parte sul está coberta pela floresta equatorial das bacias dos rios Orinoco e Amazonas, sendo todo o conjunto periférico e subdesenvolvido, terreno favorável, como acontece, para o cultivo e tráfico de drogas; o Terço Ocidental, dividido entre uma estreita planície costeira bordejando o mar das Caraíbas e o oceano Pacífico, um planalto e três cadeias de montanhas em cujos vales correm os rios Magdalena e Cauca, e onde se concentra a maior parte da população. Devido a um relevo titânico, a maioria da população vive em 14 “cidades-estado”, cada uma com uma economia distinta e um também diferente caráter social.

Em resumo, a geografia favoreceu, ou mesmo determinou, uma notável fragmentação interna da Colômbia. Não é de admirar, portanto que o país tenha fraco relevo no plano internacional.

Foi na Colômbia que um distinto general – foi chefe de Estado-Maior do Exército –, cartógrafo, acadêmico e diplomata se revelou um dos mais notáveis e originais pensadores de geopolítica. O general Julio Londoño (1901-1980), pouco conhecido e normalmente ofuscado pelos pensadores do Cone Sul, escreveu dez livros e dois artigos que tratam de geopolítica. Sem hostilizar os EUA, o geopolítico reconhece no Norte do continente, melhores condições naturais – rios, portos, equilíbrio de recursos e clima mais favorável – para o progresso e o desenvolvimento, do que no Sul, onde tudo é mais difícil. No entanto, na sua visão, o distanciamento das rivalidades Norte-Norte deveria facilitar a unificação e o desenvolvimento, considerando, igualmente, que a sua zona, o Noroeste do subcontinente, estaria melhor posicionada para tirar partido da próxima “Era do Pacífico”.

Um forte e convicto integracionista, Julio Londoño propõe uma redistribuição do espaço na América do Sul, conforme a Figura 21, redesenhando-o em cinco confederações que, em parte recriariam os grandes espaços de dominação colonial: No Norte, reaparece a Grande Colômbia de Bolívar, as Guianas – com identidade geográfica e cultural próprias – destacam-se da latinidade, o Brasil emerge intacto, a faixa do Pacífico aparece como uma entidade única, com exceção do território atribuído à Confederação da Grande Colômbia. Tal arranjo, na visão do autor, cortaria as ambições expansionistas do Brasil, faria diminuir as disputas territoriais, daria acesso irrestrito e universal a portos oceânicos e poderia contribuir para aumentar a cooperação regional (Kelly: 1997: 122). No fundo, uma aplicação continental das teorias pan-regionais de Karl Haushofer.

Figura 21 - Geopolítica da América do Sul Segundo Julio Londoño



Fonte: Philip Kelly (1997: 9).

Mas este macro modelo não esgota o pensamento geopolítico de Julio Londoño. As suas teorias transcritas em “leis” de inspiração ratzeliana têm, ainda hoje, interesse evidente. São cinco:

A “lei” dos Pontos de Crescimento, onde o crescimento populacional e económico de um Estado é mais expansivo que o dos seus vizinhos.

A “lei” dos Pontos de Tripla Fronteira postula que onde as fronteiras de três Estados convergem, existe uma maior possibilidade de conflito já que a tradicional “Balança de Poder” tende a criar disputas difíceis de resolver. Existem 13 pontos destes na América do Sul: o Brasil tem 9, a Bolívia 5, a Argentina e o Peru 4 e o Paraguai e a Colômbia 3 – a história do subcontinente consubstancia esta visão.

A “lei” do Caráter Unificador das Bacias Fluviais manifesta-se pela tendência das nações agressivas estenderem o seu domínio a estas bacias. De facto, muitos dos conflitos territoriais giram em torno de rios usados como fronteiras – são 52% na América do Sul – e são previsíveis quando junto destes se encontrem Pontos de Crescimento e Tripla Fronteira.

A “lei” do Coeficiente Geográfico da Variação Populacional é obtida por Julio Londoño a partir de uma simples fórmula: $A+B+C:P$, onde o dividendo é a soma das populações dos Estados vizinhos do Estado em análise e o divisor P é a população deste. Quanto menor for o quociente maior é a segurança do Estado. É claro que o menor quociente é o do Brasil.

A “lei” da Consciência do Espaço e do Sentido Imperial baseia-se nas sete leis do crescimento territorial de Friedrich Ratzel, no sentido em que a “fome de espaço” é tanto maior quanto maior for o espaço disponível. Daí, deriva a proposta das cinco confederações de Julio Londoño, satisfazendo simultaneamente a fome e negando a disponibilidade de espaço. Muito germânico mas possivelmente correto.

3. Venezuela

Segundo Philip Kelly (1997), a Venezuela tem maior consciência do seu papel geopolítico do que a Colômbia, devido aos seus muito maiores recursos e ao seu território bem mais plano, muito orientada para as Caraíbas e ambicionando assumir uma posição de *pivot* regional. Com a maior parte dos seus recursos localizados junto às fronteiras, o país sofre de um complexo de cerco já que se sente frequentemente ameaçado de todas as direções.

A sua elite intelectual tem ligação (falamos de 1997) ao poder político e aos objetivos do Estado, em particular à recuperação de território perdido, ao papel da integração regional e, em particular, à prevenção da interferência norte-americana.

O país possui cinco regiões, cada uma com o seu clima, topografia e economia: as Terras Altas da Costa, centro da agricultura, indústria e poder político, é uma região que engloba apenas 9% do território mas aglomera 53% da população. Constitui uma estreita faixa paralela à costa caribenha, desde o lago Maracaibo até à foz do Orinoco, começando a elevar-se perto da costa, o que contribui para temperar o clima. Caracas, com 20% da população total, situa-se nesta zona; as Terras Altas Andinas, com 3% do território, fazendo fronteira com a Colômbia, são habitadas por 13% da população – em comunidades agrícolas dispersas – e sendo topograficamente mais orientadas para aquele país, albergam um número de emigrantes ilegais estimados em cerca de um milhão de pessoas; a Bacia do Lago Maracaibo, com 7% da superfície, mas 15% da população total, faz também fronteira com a Colômbia e assegura 2/3 das reservas de petróleo. A Sul, o curso para leste do rio Orinoco, separa esta região das restantes duas; os Lhanos, planície que desenrola a norte do Orinoco e até à sua foz, com cerca de 1/3 do território venezuelano e 18% da população, tem um clima com fortes chuvas equatoriais e um inverno seco que dificulta a agricultura mas é suficiente para pastagens de gado, onde se encontra o restante terço da produção de petróleo; finalmente, as Terras Altas da Guiana, a sul do Orinoco e fazendo fronteira com o Brasil e a Guiana, constituem a região menos povoada do país com apenas 1% e é a menos desenvolvida do país.

Esta situação particular tem estimulado muitos dos seus intelectuais a pugnarem por uma melhor integração nacional. O mais importante pensador geopolítico venezuelano é certamente Rubén Carpio Castillo (1981), nascido em 1925, geógrafo formado em

França, Inglaterra e nos EUA, que foi parlamentar, embaixador (Espanha, Canadá e ONU) e delegado a várias conferências internacionais, particularmente as ligadas ao Direito do Mar. Três temas são centrais no seu pensamento: a importância regional da posição do país – “cruzamento” e transição, já que o país é parte andino, parte atlântico e parte caribenho; as perdas territoriais do passado e a sua possível repetição no futuro; e o papel disruptivo dos EUA na bacia do Caribe e em menor grau, o mesmo papel do Brasil na América do Sul com o seu também agressivo “destino manifesto” de expansão até ao Pacífico e às Caraíbas. Considera, igualmente, que o tamanho da Venezuela, não suficientemente grande para se tornar hegemónica, nem suficientemente pequeno para ser facilmente absorvida, constitui uma significativa vantagem.

4. Equador

Pode dizer-se que o Equador deve a continuação histórica da sua independência em grande parte ao seu isolamento e ao seu estatuto de “Estado tampão” entre vizinhos mais poderosos. De facto, as suas regiões naturais estão naturalmente dissociadas umas das outras, separadas pelas montanhas em várias regiões distintas e habitadas por povos que, em ocasião alguma, tiveram um elo de ligação.

Com territórios cobiçados pelos vizinhos, para o Equador, o grande problema geopolítico é mesmo o da sobrevivência nacional. Note-se que o país tinha 700.000 km² à data da independência e hoje, várias guerras depois – a última só foi resolvida em 1998 – e perdido território para o Peru e a Colômbia, está reduzido a 270.000 km².

A geografia é o pesadelo do Equador, já que o país pode, com grande clareza, ser dividido em três regiões geopolíticas perfeitamente distintas: a Planície Costeira, ocupando 1/4 do território e albergando 47% da população, esta estreita faixa, que varia entre os 20 km e os 150 km de largura, possui um clima semitropical onde floresce a agricultura que escoia os seus produtos através do porto de Guayaquil, capital económica bem mais importante do que a longínqua Quito, capital política; a Serra, 30% do território, com as montanhas andinas e os seus planaltos, é povoada por 52% da população que, constituída maioritariamente por índios e mestiços, pratica uma agricultura de subsistência e divide-se em várias comunidades quase auto suficientes e geograficamente isoladas. Os contactos com a costa são mínimos, O Oriente, coberto por floresta equatorial amazónica, embora cobrindo quase metade do território do país, é escassamente povoado – índios em populações dispersas – constituindo cerca de 1% da sua população. A sua única importância, e não é pequena, deriva das suas jazidas de petróleo que são de tal forma abundantes que já levaram o país a tornar-se de novo membro da OPEP – a sua pertença esteve suspensa entre 1992 e 2007.

Finalmente, as ilhas Galápagos, a cerca de 1.000 km da costa, poderão ter importância em qualquer conflito envolvendo o canal do Panamá, e conferem uma importante Zona Económica Exclusiva ao Equador.

Não é pois de admirar que o seu mais conhecido pensador e autor de geopolítica, o diplomata, jornalista e académico de Direito Internacional Villacrés Moscoso (nasceu em 1918) e que complementou a sua formação em geografia e direito em França, centre

muito do seu pensamento no persistente desmembramento territorial que o seu país sofreu desde a independência, vendo uma clara ambição de domínio por parte do Peru que ambicionaria controlar não só os recursos petrolíferos mas também o porto de Guayaquil e mesmo as ilhas Galápagos. Para conter o Peru, Villacrés Moscoso propõe alianças com o Chile, Brasil e com a Colômbia bem como uma muito mais agressiva colonização das fronteiras.

A construção de uma estrada interoceânica, ligando Guayaquil com o rio Amazonas é também um projeto calorosamente defendido pelo geopolítico (Kelly, 1997: 124-126).

5. Peru

Tal como o Equador, o Peru pode ser considerado como um conjunto de três nações separadas, coexistindo com dificuldade. Todas elas possuem um clima e um terreno distinto, bem como diferente é a economia e a cultura, nenhuma delas particularmente bem integrada com as outras, já que o problema de tornar o conjunto num todo coerente não tem sido bem resolvido desde os tempos coloniais. Acresce que todas as fronteiras (incluindo a marítima) são zonas de potencial conflito com os vizinhos, embora o país esteja naturalmente protegido pela titânica geografia que o rodeia. No passado, violentos conflitos, em especial com o Chile, amputaram o Peru de parte substancial do seu território original.

Pode considerar-se o país dividido em três regiões geopolíticas naturais: a Faixa Deserta Costeira, 12% do território, estreita língua de terra – entre os 15 km e os 60 km – com mais de 2.000 km de comprimento, estendendo-se entre as fronteiras norte e sul com intervalos no deserto, nos locais onde as encostas dos Andes atingem o mar. Graças ao frio da corrente de Humboldt é uma zona relativamente fresca, onde habita uma população de ascendência primariamente hispânica que constitui 27% do total. Lá se encontra a capital, o centro, comercial e industrial do Peru e mesmo os principais produtos de exportação são originários dos oásis alimentados pelos rios no deserto costeiro; a Serra, ocupando cerca de 1/3 do território, com 60% da população – índios Quechua e Aymara –, é constituída por um maciço com uma largura da ordem dos 350 km, com enormes *canyons* e profundos vales em V, constituindo assim um poderoso obstáculo à comunicação entre o interior e a costa, isolando as suas populações que, aliás, continuam hostis aos europeus que vivem junto ao litoral, refletindo-se também na passividade e apoio para com os guerrilheiros do Sendero Luminoso e os traficantes de droga; finalmente, a Montanha, com 61% do território e apenas 13% da população, compreende as vertentes mais baixas dos Andes, assim como a floresta da bacia superior do Amazonas, com os seus rios estabelecendo ligação com o Brasil – Iquitos, a mais importante cidade, tornou-se um porto fluvial de grande projeção financeira e comercial de todo o vale superior da Amazônia. Daqui pode derivar um problema regional, já que o lado brasileiro da zona se desenvolve a um ritmo superior, criando um foco de atração na fronteira leste.

Com problemas de integração, rivalidades regionais – território anexado e também perdido, nomeadamente, para o Chile, os nitratos da região de Arica – e agitação interna, o Peru é um Estado inerentemente instável que poderá bem vir a sofrer futuras convulsões geopolíticas.

Por isso mesmo, o seu maior pensador geopolítico, o general Mercado Jarrín (1919-2012) – embora tenha frequentado vários cursos militares nos EUA, foi durante o período de governo militar de esquerda no Peru, primeiro-ministro, ministro dos negócios estrangeiros, ministro da guerra e comandante das forças armadas – considerado uma das maiores autoridades geopolíticas da América do Sul (Kelly, 1997: 123), centra muito do seu pensamento no papel do Peru como um Estado “encavalitado” que deveria partir do seu centro para desenvolver as suas periferias e também no papel de *pivot* de ligação entre o Pacífico e a bacia do Amazonas. No plano global, Mercado Jarrín defende a integração regional, o MERCOSUL e a revitalização do Pacto Andino.

6. Bolívia

Frequentemente descrita como o “teto do mundo” devido à sua altitude, a Bolívia é um país de contrastes e de extremos: frígido e tropical, fértil e estéril, e, embora dotado de amplos recursos naturais incapaz de proporcionar uma vida digna aos seus habitantes.

Encravado – perdeu o seu acesso ao Pacífico para o Chile em 1884 e para o Peru em 1929 – e isolado, topográfica e demograficamente fragmentado e sem fronteiras claramente definidas, o país tem vivido sob a ameaça velada de fragmentação territorial, levantando-se frequentemente a dúvida se deverá manter-se como um Estado independente ou ser, muito simplesmente, dividido pelos seus mais poderosos vizinhos. A vantagem da sua manutenção como “Estado tampão” entre esses mesmos vizinhos tem até agora evitado a sua “polonização”⁴⁹.

Outro aspeto importante a considerar é a existência teórica na Bolívia de um *heartland* do Sul – o célebre “triângulo de Charcas” – que, segundo vários autores – não apenas bolivianos – poderia desempenhar um papel de charneira no conjunto da geopolítica da América do Sul. Final e evidentemente, a recuperação do acesso ao Pacífico⁵⁰, tema central da geopolítica Boliviana.

As montanhas da Bolívia dividem-na em três regiões distintas: o Planalto, um território frio e semiárido situado entre os 3.600 e os 4.300 metros de altitude, rodeado de montanhas que atingem os 6.000 metros de altitude, cobre 30% do território do país e alberga 58% da sua população, constitui o centro político, económico e cultural do país; o Oriente, planície tropical a norte e a leste das montanhas, estabelecendo a ligação entre as bacias dos rios Amazonas e da Prata, é uma região semiexplorada e de um modo geral desabitada. De facto, se a região cobre 58% do país, nela habita apenas 15% da população, embora a descoberta de petróleo e de gás natural na zona possam vir a inverter esta situação; finalmente, as Yungas, região de vales semitropicais entre as regiões do Planalto e do Oriente ocupando 13% do território nacional, onde habita 27% da população, com um clima benigno, solo fértil e chuva abundante e que, segundo Philip Kelly (1997), resolvido o problema dos acessos através do relevo, bem poderia ser mais próspera e albergar mais população.

49 Referência às historicamente frequentes partilhas da Polónia entre os seus vizinhos.

50 Em parte mitigado pelas concessões do Chile e pela hidrovia do rio da Prata – projeto dos cinco países desta bacia – que permitirá o acesso da Bolívia oriental ao Atlântico.

O mais conhecido dos pensadores geopolíticos bolivianos, Alipio Valencia Vega (1908-?) é antes de mais um historiador que proporciona uma explicação histórica para as perdas territoriais da Bolívia. Pensador de esquerda, ensinou Direito Constitucional na Universidade de San Andrés e Geopolítica na Escola de Altos Estudos Militares. Criador do termo “polandização”, Valencia Vega considera o seu país constituído por quatro regiões interdependentes: além das três atrás descritas, o geopolítico inclui, igualmente, a faixa costeira do Pacífico cuja pertença natural é da Bolívia e não do Chile. Sustenta esta sua posição com argumentos históricos e antropológicos.

A teoria do “equilibrador estratégico continental” merece pouco crédito a Valencia Vega, preferindo-lhe as ideias de *heartland* e de divisor de águas.

Considerando vantajosa a integração regional – desde que proporcione saídas para o mar –, a permanente fraqueza interna da Bolívia – que encoraja os seus vizinhos a apoderaram-se dos seus valiosos territórios – tem de ser combatida pelo povoamento e crescimento económico das suas zonas de fronteira. A sua permanente fraqueza, pelo contrário, trará quase certamente, novas “polandizações”.

7. Paraguai

Como salienta Philip Kelly (1997), são os rios que definem o Paraguai: a fronteira leste é marcada pelo Paraná, pelo Pilcomayo a fronteira sudeste e pelo Paraguai a sua fronteira sul. O seu Norte e Ocidente são zonas desoladas e pouco povoadas, representando o rio Paraná uma divisão longitudinal adicional entre o desolado Grande Chaco – com vegetação arbustiva frequentemente impenetrável partilhado com a Bolívia – e o húmido e de suaves declives Oriente, onde habitam 95% da população. O país não tem recursos naturais importantes e vive, basicamente, da agricultura.

Uma das suas maiores fortalezas reside no potencial hidroelétrico que através das barragens no rio Paraná, partilha com o Brasil e a Argentina, que tem servido não só para o fornecimento de energia eléctrica abundante e barata, mas também para melhor manobrar entre dois poderes. É claro que é a estes dois países e ao Uruguai que o Paraguai deve a sua situação de Estado encravado como resultado da Guerra da Tríplice Aliança do século XIX, o que certamente contribui para que o país sinta com clareza os limites do seu poder.

A situação de encravamento é minorada pelo sistema fluvial Paraguai-Paraná que, correndo para sudoeste, conduz as águas em direção a Buenos Aires e ao Atlântico e tem sido objeto de acordos de livre navegação. Mas, obviamente, há uma diferença muito grande entre esta situação e o acesso livre e irrestrito ao oceano. Teria sido melhor não ter criado o Paraguai?

Não é certamente essa a opinião da historiadora Julia Velilla Laconish (1982) que, antes pelo contrário, considera que o destino geopolítico do Paraguai é contribuir para a união continental. De facto, a antiga diretora do Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos y Relaciones Internacionales, depois vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, embaixadora em várias capitais e diretora do Instituto Diplomático, atribui ao Paraguai a função de área de soldagem, verdadeiro cruzamento de encontro e união, pela sua posi-

ção entre o Atlântico e o Pacífico, antevendo um triângulo – mais um, os geopolíticos são incorrigíveis – Assunción-Montevideo-Cochabamba (segunda cidade da Bolívia) como a verdadeira área de equilíbrio continental. Assim, o Paraguai e os seus aliados “naturais”, a Bolívia e o Uruguai, tornar-se-ão centrais na estabilidade regional e continental.

Para a pensadora uma das raras mulheres a intervir neste campo, a coordenação de recursos e das redes de transporte do grupo URUPABOL⁵¹, nomeadamente os minerais, o petróleo e o gás dos bolivianos, com a rede hidroelétrica e de transportes do Paraguai, juntos com o potencial agrícola deste último e o do Uruguai, conferiria um grande poder económico e integrador ao conjunto, assumindo o Paraguai, nessa circunstância, uma posição de charneira.

8. Uruguai

Posicionado na embocadura do Mar da Prata, perto da foz de grandes rios que formam a Bacia do Rio da Prata, hoje entre os grandes rivais da América do Sul, o Brasil e a Argentina, ontem entre os portugueses e os espanhóis, a vida e a sobrevivência do Uruguai têm sido marcadas por essa circunstância que faz do país um claro “Estado tampão”, obrigado a uma prudente política pendular entre os gigantes que o cercam, não hostilizando nenhum dos dois e obtendo alternadamente o apoio de um deles quando o outro se torna demasiado agressivo.

É, pelo menos, o que o Uruguai vem fazendo desde 1828 quando a “polandização” do país em favor do Brasil, pôs fim à Guerra Cisplatina – até aí e desde 1816, parte do império brasileiro – com o acordo da Argentina e a mediação britânica, que desejava, então, evitar um “excesso de poder” no Mar da Prata.

Assim, um país fortemente europeizado, de clima ameno e com níveis de educação muito elevados – mesmo a nível mundial – apesar dos seus parcos recursos minerais, possui não só uma agricultura florescente mas em especial um extraordinário número de bovinos⁵², tem sobrevivido e prosperado com assinalável êxito. Com uma população concentrada junto ao litoral – 45% só na cidade de Montevideo – e de um modo geral plano, o Uruguai tem fronteiras naturais a sul e a oeste e uma fronteira artificial a norte do território, aliás, escassamente povoado. A pressão tradicional do Brasil exerce-se hoje de forma indireta, através do progresso económico das regiões de fronteira – e da propriedade de várias explorações no Norte do Uruguai – que deste modo se transformam em polos de atração.

A oscilação pendular da sua política externa, reflete-se também na política interna – a um pequeno período de ditadura sucedeu uma acalmia com os guerrilheiros Tupamaros

51 O grupo URUPABOL é uma organização internacional sul-americana integrada pelo Uruguai, Paraguai e Bolívia, que nasceu a 25 de abril de 1963, e tem por objetivo coordenar e concertar as posições destes países ou bloco regional, junto do Banco Interamericano de Desarrollo e outras organizações internacionais, relacionadas com matérias e assuntos importantes tais como os de natureza financeira, económica, de intercâmbio comercial e do seu próprio desenvolvimento social.

52 De uma estada no Uruguai em 2006, o autor recorda a piada corrente entre os uruguaios de que “somos um país de 3 milhões de pessoas e 12 milhões de vacas (...)”

a entrarem na legalidade e a elegerem mesmo um presidente da república. De facto, o partido Colorado, com maior implantação no Sul e nas áreas urbanas, pende tendencialmente para o Brasil enquanto o partido Blanco, com maior implantação nas zonas agrárias do Norte, tende a estar mais próximo da Argentina. Decorrente também do facto de ser um pequeno Estado numa posição especial, o Uruguai tem sido um forte paladino do internacionalismo, do Direito Internacional, das organizações internacionais e um oponente do direito de ingerência.

São esses, aliás, os temas centrais do pensamento de Bernardo Quagliotti de Bellis (nascido em 1925), um jornalista e publicista, licenciado em Direito e Relações Internacionais que é considerado um dos maiores vultos da geopolítica sul-americana. Como tal, Quagliotti de Bellis, além de presidir ao Instituto Uruguayo de Estudios Geopolíticos e ensinar geopolítica nas escolas militares e instituto diplomático, é um dos mentores da Asociación Latinoamericana de Estudios Geopolíticos e Internacionales, uma organização que coordena e promove os estudos geopolíticos no Cone Sul.

Muito preocupado com a posição particular do seu país – Quagliotti de Bellis cita com frequência os trabalhos, que considera agressivos e expansionistas, dos brasileiros Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva –, é um dos mais fortes advogados do “integracionismo” regional como panaceia não só contra a insegurança mas também contra a histórica marginalização do subcontinente.

Criador do conceito URUPABOL, o geopolítico uruguaio propõe uma série de “eixos” concretos no campo dos polos de desenvolvimento regional, das hidrovias e da energia hidroelétrica que, na sua visão poderiam trazer uma nova importância a toda a região em geral e ao Uruguai em particular. No final uma espécie de *heartland* fluvial com saída para o mar livre.

9. Chile

O Chile tem uma forma muito peculiar, ocupando uma estreita faixa que se estende por mais de 3.500 km desde o Peru até ao extremo sul do subcontinente, com uma média de 200 km de largura. A geografia do país divide-o ao longo do seu eixo norte-sul: a fronteira leste corre ao longo da cordilheira dos Andes e confronta-se com a Bolívia e Argentina; o vale central termina em elevações pouco significativas mas alcantiladas junto à costa que, são, no entanto, suficientes para impedir a existência de significativos cursos de água. É no entanto, o clima que determina uma mais clara divisão em três regiões geopolíticas naturais: O Chile do Centro onde habitam 60% da população mas com apenas 12% do território, dominando as principais áreas agrícolas, industriais e comerciais bem como a cultura e educação, beneficia de um clima ameno, de um solo fértil e naturalmente irrigado pelo degelo andino, conta também com o porto oceânico de Valparaíso; o Norte Deserto com os quase 500 km do segmento chileno do deserto de Atacama – tomados ao Peru e à Bolívia em 1884 – e que cobrem 40% do território chileno e albergam apenas 10% da população, numa zona inóspita que tira a sua importância das suas riquezas minerais é uma das zonas mais geopoliticamente sensíveis do subcontinente; o Chile do Sul, caracterizado pelo terreno montanhoso, pelos seus planaltos, rios

encaixados em vales profundos e estreitos, fortes ventos e chuvas, para além de algumas explorações agrícolas, tem, como o Norte Deserto, um forte valor geopolítico na disputa dos acessos ao Atlântico (Kelly, 1997: 64-67).

Foi neste país, com forte população europeia no seu centro, particularmente de origem alemã e inglesa, que o governo, fascinado com os êxitos militares prussianos da segunda metade do século XIX, entregou a assistentes militares alemães – em 1887, o capitão Emil Körner⁵³ e 36 outros oficiais – a formação dos cadetes da sua recém-fundada Academia Militar, bem como a doutrinação e treino do seu exército que assim se tornou numa réplica sul-americana da máquina militar germânica que, se não logrou grandes êxitos militares⁵⁴, atingiu plenamente as suas finalidades pelo respeito que infundiu nos seus vizinhos – tornando natural o surgimento de uma escola de pensamento geopolítico que, embora sem “arcaboço” científico original, aplicou a teorização entretanto desenvolvida a um pensamento que podemos classificar de “protogeopolítico” que, desde muito cedo se desenvolveu no Chile.

Com efeito, as práticas geopolíticas do Estado chileno durante o século XIX centraram-se em dois eixos fundamentais, fortemente condicionados pela sua geografia: o primeiro consistiu numa expansão do espaço territorial, para norte e para sul, limitada pela cordilheira andina; o segundo, considerando os seus, então mais de 3.000 km de linha costeira e o seu fácil acesso ao mar, consistiu na sua afirmação de poder marítimo e naval.

De facto, a par do sofisticado exército decalcado do modelo alemão, o Chile vinha desenvolvendo desde o início das guerras da independência, uma poderosa marinha de guerra, recorrendo a instrutores britânicos – o seu comandante foi mesmo o lendário Lorde Cochrane⁵⁵ – o que lhe facilitou a vitória sobre os espanhóis, teve papel relevante na Grande Guerra do Pacífico e na Guerra Civil de 1891. Este poder no mar e a disputa pela Patagónia, chegou pelos fins do século XIX, conduziu a uma corrida aos armamentos que se repetiu no princípio do século XX⁵⁶.

De qualquer forma, quando no início do século XX, o Chile atingiu a sua fase de estabilização territorial, a questão, profundamente geopolítica, acerca da natureza do poder chileno, não poderia deixar de se colocar: é o Chile apenas um poder terrestre do Cone Sul, ou, pelo contrário, ou em complemento, um poder marítimo do Pacífico Sul?

53 Emil Korner (1846-1920) chegou a ser Comandante do Exército Chileno em 1900.

54 Anteriormente vencera na Guerra do Pacífico mas foi posteriormente derrotado pelo exército formado pela marinha na Guerra Civil de 1891.

55 Thomas Cochrane (1775-1860), oficial da marinha e político britânico. Distinguiu-se durante as guerras napoleónicas e atingiu o posto de almirante. Foi contratado pelas forças chileno-argentinas – com o óbvio beneplácito britânico – para combater as tropas leais ao vice-reino do Peru e, mais tarde, entre 1823 e 1825, foi almirante da armada do Brasil, tendo sido distinguido com o título de marquês do Maranhão. Extraordinariamente ativo e irrequieto combateu os turcos na Guerra da Independência da Grécia (1827-1828). Está sepultado na Abadia de Westminster.

56 A rivalidade entre o Chile e a Argentina a propósito da Patagónia deu origem a uma corrida aos armamentos, agravada quando, em 1904, o outro grande rival da Argentina, o Brasil, encomendou um certo número de poderosos navios de guerra, provocando a resposta da Argentina e, por arrasto, do Chile.

A questão teve várias respostas, das quais algumas são suficientemente relevantes para serem aqui mencionadas. A elas regressaremos abaixo, quando nos debruçarmos sobre as pretensões antárticas desses Estados e do Reino Unido.

Evidentemente que a primeira linha foi seguida nas escolas militares, em especial do exército, onde o prussianismo do fim do século XIX se materializou no seguimento das ideias geopolíticas que dominaram a Alemanha até 1945. Aplicadas ao caso chileno, essas ideias traduziram-se numa espécie de “destino manifesto” (mais um) que seria o de dominar um espaço terrestre entre a cordilheira e o mar – com pouca importância para este último –, espaço rodeado de inimigos reais e potenciais que era preciso enfraquecer.

É uma época em que a simpatia com as ideias nazi-fascistas era mais ou menos evidente entre a oficialidade. A derrota da Alemanha em 1945 e a inevitável aproximação aos EUA (em especial dos militares) que se seguiu, veio modificar este panorama. A primeira formulação divergente veio, no entanto, de um militar, o general Ramón Cañas Montalvo⁵⁷ que, com a sua “Geopolítica Oceânica e Austral” propôs a projeção do Chile para espaços antárticos e oceânicos, argumentando que o epicentro do mundo se estaria a deslocar do Mediterrâneo e do Atlântico para o Pacífico. O Chile deveria, assim, concentrar-se no desenvolvimento do Sul e no relacionamento com os enxames de Estados situados a Oeste, que devido às novas condições tecnológicas estavam, finalmente, ao alcance (Kelly, 1997: 116-119).

A teoria geopolítica continuava, apesar de tudo, ancorada na geopolítica alemã. Verdade seja dita, mesmo que expurgada do seu “profetismo” esta escola de pensamento não teve, até muito recentemente, qualquer substituto válido.

Assim, os teóricos chilenos, sem criar qualquer pensamento original, combinaram as ideias de Ratzel, Kjellén e Haushofer com o seu alinhamento crescente com a ideologia anticomunista. Em 1948, dois autores merecem referência: O então major Julio von Chrismar e Augusto Pinochet Ugarte. O primeiro, professor na Escola de Guerra, publicou uma súmula das suas lições que intitulou de *Leyes que se Deducen del Estudio de la Expansión de los Estados* na qual filia as suas ideias muito claramente em Ratzel, nomeadamente nas suas “Leis de Crescimento Territorial dos Estados” (Almeida, 1994: 104-109).

O segundo, o futuro general Pinochet e cabeça do golpe de Estado de 1973, publicou também em 1948, o seu livro *Geopolítica*⁵⁸ no qual – com pouca originalidade, segundo os seus críticos – espelha igualmente a escola de pensamento alemã de entre guerras. Numa altura em que aquele pensamento se obliterava na Europa, renascia em força no Cone Sul da América. Como Montalvo, geopoliticamente, Pinochet defende a orientação do Chile para o Pacífico.

A transição desta orientação intelectual para a Geopolítica da Segurança Nacional proposta pelos EUA fez-se, aparentemente, sem grandes dificuldades. Será que no

57 Ramón Cañas Montalvo (1896-1962) chegou a ser comandante do exército do Chile e nessa qualidade inaugurou a Base Antártica General Bernardo O'Higgins. Depois de deixar o serviço ativo, foi membro do Conselho Diretivo da Sociedade Científica do Chile, presidente do Comité Nacional para o ano Geofísico Internacional e delegado do Chile à Conferência de Estocolmo.

58 Consultar Augusto Pinochet Ugarte (1972).

fundo, a orientação pró-americana e anticomunista que se lhe seguiu, se poderia enquadrar no clássico pensamento geopolítico alemão? A pergunta é, pelo menos, legítima.

Em 1978, um antigo almirante, Oscar Buzeta (1978) que abandonara as fileiras após o golpe de 1973, publicou *Chile Geopolítico: Presente y Futuro* obra que abriu uma nova etapa de reflexão geopolítica ao abordar o tema da integração latino-americana, no que foi seguido por vários autores – Antonio C. Rojas e Genaro Arriaga entre outros – que, sobretudo “civilizaram” a reflexão geopolítica, retirando a sua exclusividade aos militares.

A projeção do Chile para o Pacífico, foi a partir daí uma constante da reflexão geopolítica bem como – provavelmente inspirado na geopolítica brasileira – a que desenvolveu Gonzalo Santelices, que na sua obra de 1995, *Conceptualización de las Fronteras Interiores* levantou o problema dos territórios chilenos de baixa densidade populacional e fragilidade geopolítica (Uribe, 2010).

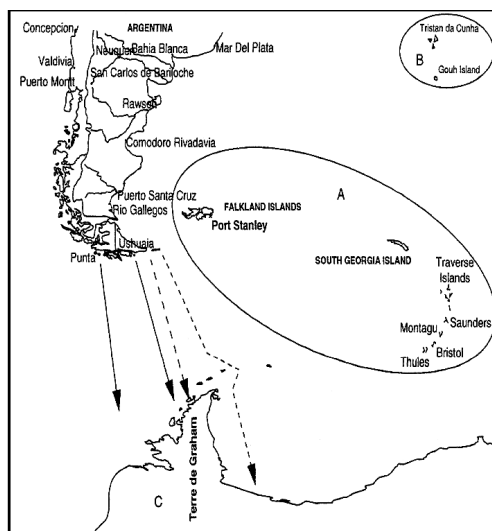
Em Santiago do Chile a projeção para o Pacífico, embora date dos anos de 1950 – em 1952, na chamada Declaração de Santiago, tanto o Chile, como o Equador e o Peru, estenderam os seus poderes de jurisdição até às 200 milhas náuticas (Faria, 2014: 181) – é hoje tomada a sério. Com a notável propensão dos pensadores geopolíticos para as figuras geométricas, um triângulo com os seus vértices na costa chilena, na ilha de Páscoa e na Antártida, define o mar chileno. Este prolongamento para sul, fundamenta-se na pretensão de que ele não é mais que um prolongamento natural da cordilheira dos Andes (Thual, 1996: 37).

Nesta mesma linha, um pensador incontornável é o professor Emilio Meneses Ciufardi da Pontificia Universidad Católica de Chile e formado em Harvard, que foi o primeiro civil a ensinar geopolítica em escolas militares. Com um passado não inteiramente claro – é acusado, por alguns de, como oficial de marinha em serviço militar, ter praticado tortura durante o golpe de 1973 – Ciufardi é, antes de mais, um estrategista regional.

Considerando o seu país “marginal” nos assuntos mundiais, devido à sua posição periférica – nem andino nem verdadeiramente parte do Cone Sul – o seu estatuto poderá, no entanto, alterar-se se o canal do Panamá deixar de funcionar por qualquer motivo.

Considera que o Chile enfrenta sérias ameaças do Peru, Brasil, Bolívia e Argentina. Com o seu núcleo vital no Centro e duas zonas menos desenvolvidas e escassamente povoadas a Norte e a Sul, o país deve desenvolver uma forte marinha de guerra e mercante que possa proteger e desenvolver as linhas de comunicação. Para Ciufardi, a solução está no poder nacional, não na integração regional.

Figura 22 - Ambições do Chile e da Argentina no Extremo Sul



————→ Visées du Chili

-----→ Visées de l'Argentine

A : Antilles Australes britanniques

B : Domaine anglais de l'Atlantique Sud

C : « Secteur » anglais de l'Antarctique

Fonte: François Thual (1996: 101)

Uma visão completamente diferente é a de Nicolás Boscovich, um empresário que tem publicado livros e artigos em que advoga a construção de um sistema melhorado de transporte por rio e por canal na bacia do rio da Prata, englobando também sistemas de irrigação, hidroelétricos e de controlo de cheias. Tal sistema argumenta Boscovich, encorajaria a colonização interna e o desenvolvimento económico do Norte da Argentina, e se construído em cooperação com a Bolívia e o Paraguai, contribuiria para contrariar as pretensões hegemónicas do Brasil.

Posteriormente convertido às vantagens da integração do Cone Sul, Boscovich tem ultimamente insistido na inclusão do Brasil nos projetos de desenvolvimento regionais, aparentemente convencido que tal poderá projetar toda a região para um plano de competitividade mundial, tirando-a definitivamente da sua persistente situação de marginalidade.

10. Argentina

A Argentina é o segundo maior Estado territorial da América do Sul, com 1/3 da superfície do Brasil e 10% da população do subcontinente. O país, caracterizado pelas

suas diferenças topográficas, climáticas e históricas, estende-se por mais de 3.000 km desde a “selva” do norte – fronteiras com o Brasil e o Paraguai – até aos climas antárticos da Patagónia do Sul, afunilando desde os cerca de 1.200 km no sentido este-oeste na sua extensão máxima, até aos cerca de 500 km no sul.

O contacto com o Pacífico é apenas possível através de algumas passagens nos Andes no Noroeste – através do Chile, é claro –, ou através do Canal de Beagle.

A topografia e o clima dividem a Argentina em quatro regiões: os Andes, pouco povoados e com poucos recursos mineiros conhecidos; o Chaco argentino, uma extensão de planície isolada do resto do país, com um árido clima semitropical, alternando entre as cheias e as secas, é escassamente povoado e tem atividade económica residual, pertencendo ao Paraguai até à Guerra da Tríplice Aliança; a Mesopotâmia argentina, em parte obtida também a expensas do Paraguai, região situada entre os rios Paraná e Uruguai, constituída por uma planície escassamente povoada, é geoestrategicamente importante por ser a única fronteira com o Brasil e também o acesso às gigantescas instalações hidroelétricas de Itaipú e de Yacretá; a Patagónia, com 25% do território, mas apenas 2% da população, concentrada nos vales do norte, possui um clima de grande aspereza e tem basicamente importância estratégica face ao Chile e às pretensões antárticas da Argentina; por fim, a mais importante de todas, os Pampas que incluem Buenos Aires, 70% da população e são também a região onde se situa quase toda a indústria e agricultura.

O desenvolvimento das várias regiões do país continua a ser diretamente proporcional à distância à capital (Kelly, 1997: 55-57).

A sua população maioritariamente europeia, os recursos do seu núcleo e o grande espaço disponível levaram a que a ideia de um “destino manifesto”, inspirada pelos Estados Unidos, não tardou a aparecer na Argentina na segunda metade do século XIX, o qual levaria a Argentina a exercer uma missão civilizadora em mais vastos territórios. Segundo Roberto Etchepareborda (1978: 113)⁵⁹, a esta ideia juntaram-se ideais então muito em voga, como o darwinismo social, a superioridade da raça branca – neolatina para uns, hispânica para outros, mas sempre branca – sobre as raças inferiores do subcontinente, tudo visando a reconstituição do vice-reinado, destinado a constituir um Estado hegemónico na América do Sul.

Para a chamada “geração de oitenta” – as classes mais abastadas e cultas –, a Argentina estava destinada a trilhar um futuro grandioso de prosperidade e de paz política e social, colocando-se assim entre as grandes potências ocidentais. A garantia dessa evolução repousava nas riquezas naturais, na variedade de climas e na existência de uma população cada vez mais europeia, e era de tal forma presente naquele momento a ideia da superioridade argentina no continente, que se chegou mesmo a declarar que o país fazia parte do “Concerto Europeu”.

Depois dos incidentes com o Chile em 1872, 1877 e 1878, os argentinos perceberam também que, por muito moderna que fosse, uma marinha predominantemente costeira

59 Roberto Etchepareborda foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1961 e 1962, após o que seguiu uma carreira académica, sobretudo nos EUA.

não seria suficiente para apoiar as suas ambições na Patagónia e no Atlântico Sul. O impulso intelectual terá vindo, não de um militar, mas do embaixador Estanislao Zeballos, um entusiástico defensor das ideias do norte-americano Mahan (Etchepareborda, 1978: 101) que, obviamente foram aproveitadas pela marinha argentina.

Esta escola de pensamento (Thual, 1996: 37) teve o seu expoente mais tarde no almirante Segundo R. Storni (2009)⁶⁰ que logo em 1916 proferiu duas conferências que seriam publicadas na obra *Intereses Argentinos en el Mar* e que tiveram grande repercussão. Storni publicou também vários outros livros, dos quais se salienta *El Mar Territorial* (em 1926) e ainda, um *Manual de Geoestratégia*. Storni foi o cabeça de fila de uma escola geopolítica que centra a sua visão na projeção bi-continental e na concomitante necessidade de controlar o “mar da Argentina”. Um conceito que, entre outros, foi trabalhado pelo influente Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales e que esteve, de algum modo, na origem da Guerra das Malvinas.

Digno de menção é também o projeto do presidente Raul Alfonsín – transformado, aliás, em decisão no ano de 1986 – de criar um novo Distrito Federal a 800 km a sul de Buenos Aires, nos confins da Patagónia (Lorot, 1995: 82). Obviamente inspirado no exemplo brasileiro, esta decisão – a concretizar-se – tem um “toque” profundamente sul-americano de aplicação, daquilo que se pode chamar de “Geopolítica Interna”.

11. Brasil

O gigantesco Brasil – é o quinto maior Estado territorial do planeta –, representando a vários títulos metade de toda a América do Sul, é certamente o único país do subcontinente que pode ter aspirações a desempenhar um papel mundial.

No entanto, como país de enormes contrastes, o Brasil continua a conter enormes disparidades sociais e regionais, apesar do seus notáveis avanços tecnológicos que, considerados isoladamente, seriam suficientes para o colocar entre as maiores economias do mundo, situação que reduz o seu impacto geopolítico mundial e regional.

Um tema central na geopolítica do Brasil, temporária ou definitivamente adormecido, atualmente, é o da expansão territorial que data da colonização portuguesa que, com enorme êxito, empurrou para muito longe os domínios originais da coroa de Portugal, anteriormente limitados pelo Tratado de Tordesilhas. Essa expansão exerceu-se em três direções principais: para oeste, em direção à cordilheira andina ou mesmo ao Pacífico; para sul em direção à bacia do rio da Prata; para norte, em direção às Caraíbas. Todas elas derivam de um “Destino Manifesto” (Kelly, 1997: 52) nascido do exemplo e na comparação com os EUA e da sua marcha para oeste.

Como todas as transposições mecânicas, a marcha para oeste do Brasil, esbarra em dois factos que lhe alteram completamente a natureza e a tornam, talvez mesmo impossível: a gigantesca barreira dos Andes, sendo estruturalmente parte da mesma cadeia que

60 Segundo Rosa Storni (1876-1954), foi um dos fundadores da Academia Nacional de Ciências de Buenos Aires (em 1935), foi temporariamente ministro dos Negócios Estrangeiros (em 1943) e grande defensor do desenvolvimento marítimo da Argentina.

as Montanhas Rochosas representam na América do Norte, um obstáculo de muito maiores dimensões, quer pela altitude quer pela sua dimensão transversal; a cavaleiro dos Andes ou para lá deles, encontram-se os Estados herdeiros da colonização espanhola que, sendo muito pouco solidários entre si, não deixariam de se erguer em uníssono contra uma tentativa brasileira de romper em direção ao Pacífico, algo sem equivalente no caso da expansão norte-americana.

Outra diferença de monta reside na disposição e orientação das bacias fluviais. Muito favoráveis no caso dos EUA, muito desfavoráveis no caso do Brasil. Os sonhos de expansão do Brasil, nomeadamente em direção à bacia do rio da Prata, parecem ter sido substituídos pelos projetos de integração regional que poderão produzir resultados semelhantes e conduzir, inevitavelmente, à proeminência continental do Brasil. Este é, certamente, um “destino manifesto”.

A geografia está, evidentemente, por detrás do destino do Brasil. Ocupando uma posição central no subcontinente, mais forte que todos os outros, a geografia do Brasil é um caso claro do mecanismo de “incitamento” à grandeza e “limite”, as barreiras internas e externas.

De facto, o Brasil, administrativamente gerido por 26 Estados, pode considerar-se dividido em cinco regiões geopolíticas muito pouco homogêneas: o Norte Amazónico, a maior de todas as regiões – 42% do território –, pouco povoado e pouco influente no conjunto, é constituído, basicamente, por uma planície alagadiça coberta de floresta equatorial. Outrora próspero durante o ciclo da borracha, o seu desenvolvimento, sendo fundamental para melhorar a sua integração nacional é também um problema para o Brasil, já que tem levantado críticas de possível desastre ecológico numa zona que alguns tendem a considerar “património da humanidade”; o Nordeste, uma faixa de terra prolongando-se em direção à África, parcialmente coberta de floresta tropical, já que à medida que se viaja para sul o clima se torna seco e arbustivo num bioma só existente no Brasil e a que os brasileiros chamam *caatinga*, sendo a região povoada por cerca de 30% da população, de um modo geral pobre – a agricultura é a principal atividade – e com tendência para imigrar para o já sobrepovoado Sul; o Sudeste, mais uma faixa junto ao mar, dominada por um planalto que se eleva por trás de uma cordilheira paralela ao oceano – até por vezes aos 2.000 metros – e onde começa o planalto central. As grandes riquezas minerais caracterizaram a região de Minas Gerais, mas o centro da região é hoje São Paulo – a zona industrial mais avançada da América Latina – onde se concentra a riqueza nacional. Abarcando apenas 10% do território mas habitado por 44% da população, o Sudeste é o centro económico e político do Brasil; o Sul, planície semitropical habitada em grande parte por descendentes de imigrantes italianos, japoneses, alemães e do Médio Oriente, é uma região fértil e muito abundante em gado, com fortes semelhanças com o Uruguai, com o qual faz, aliás, fronteira, é certamente a segunda região mais importante do Brasil; o Centro Oeste compreende o planalto central com uma altitude da ordem dos 1.000 metros, chuvoso e sem grandes obstáculos, é escassa e dispersamente habitado apesar da capital federal, Brasília, aí se situar. O grande recurso reside na central hidroelétrica de Itaipú, fornecedora de muita da energia às zonas mais povoadas do país.

Esta dispersão e desarmonia regional nunca foram obstáculo à política expansionista do Brasil.

De facto, essa política vem de longe, mesmo do tempo português. O império brasileiro, anteriormente a qualquer tentativa de teorização, não deixou de utilizar uma geopolítica prática de caráter, aliás, bem agressivo. Recordem-se as numerosas anexações territoriais a expensas, obviamente, dos seus vizinhos, conseguindo em parte aquilo que a anterior administração portuguesa teria almejado, mas que a correlação de forças entre Portugal e a Espanha não permitiu então obter. Particularmente significativa dessa visão geopolítica brasileira foi, de entre todas, a Guerra do Paraguai em torno da tríade fluvial dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, tendo, é claro, como pano de fundo a hegemonia (ou contra-hegemonia) na bacia do rio da Prata.

Foi já na república, em particular a partir do primeiro quartel do século XX, que floresceram as primeiras teorizações geopolíticas, com óbvia inspiração na então nascente geopolítica alemã, à semelhança, aliás, do que vinha acontecendo em especial na Argentina e no Chile. O seu campo foi, antes de mais, a geopolítica interna. Note-se que, por essa altura, a *Zeitschrift für Geopolitik* publicava artigos sobre a reorganização territorial da Alemanha, onde defendia a tese de que, longe de se aplicar apenas à política externa, a nascente geopolítica tinha obrigação de se debruçar sobre os aspetos espaciais no interior dos Estados, logo existiam geopolíticas internas (Korinman, 1990: 171).

Sem desprimor de alguns antecessores que a economia de espaço não permite referir, o vulto marcante deste período foi sem dúvida Everardo Backheuser (1879-1951), engenheiro e geógrafo brasileiro muito próximo da escola geopolítica alemã – chegou a publicar um artigo no principal órgão de divulgação alemão da matéria, a *Zeitschrift für Geopolitik* (Silva, 1996) –, à qual manteve alguma fidelidade mesmo após o ocaso dessas ideias na Europa e nos EUA. Com efeito, Backheuser, segundo algum espírito do tempo, analisava a viabilidade da nação brasileira na ótica do darwinismo social segundo o qual, as raças componentes da estrutura social do Brasil estavam fadadas ao desaparecimento pela natural concorrência da superior raça branca, mas isso não poderia determinar o fim do Estado brasileiro. Para que tal não acontecesse, o “embranquecimento” da população – pelo cruzamento sucessivo entre negros, índios e brancos – garantiria o sucesso da nação. E se não havia brancos de “cepa” em quantidade suficiente, então a abertura de uma emigração seletiva de brancos e europeus seria a solução adequada. O branqueamento populacional, ou a “melhoria genética” da massa populacional, acabou por se constituir numa ideologia largamente aceite que se refletiu na própria organização do território que era urgente ocupar e organizar (Backheuser, 1933).

Também a educação e ginástica, contribuiriam, segundo o geógrafo, para a indispensável melhoria da população num ambiente tropical, fortemente desfavorável ao desenvolvimento humano (Anselmo e Bray, 2002). Como bom geopolítico interno, Backheuser, olhava também para o espaço quase continental do Brasil como um problema e também como uma oportunidade. Com a sua visão autoritária do Estado, julgava ser urgente contrariar a tendência fragmentária do federalismo herdado da Primeira República, e por via da centralização do poder, estender a autoridade do Estado a todo aquele imenso território.

Backheuser presidiu mesmo em 1933 à Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial, encarregue de propor uma nova divisão territorial e apresentar estudos sobre a organização das “regiões de fronteira”, consolidando a sua ocupação e desenvolvimento económico (Vlach, 2003).

A visão “germânica” de Backheuser teve talvez o seu maior contraditor em alguém que não era nem geógrafo e muito menos geopolítico. Gilberto Freyre, antropólogo, natural do Nordeste brasileiro, formado nos EUA – inicialmente no Colégio Batista de Gilreath e depois na Universidade de Baylor, Texas –, tinha a maior repugnância pelas teses racistas que grassavam na Europa, em grande parte, ao que parece, pela sua experiência no *deep south* norte-americano na época em que se linchavam e queimavam negros com grande facilidade. A sua dissertação (Freyre, 1922) *Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century*, com a qual obteve mais tarde o seu Mestrado na Universidade de Columbia em Nova Iorque, já continha os elementos fundamentais do seu pensamento futuro.

Gilberto Freyre veio opor a fusão racial ao *apartheid*, a mestiçagem à pureza do sangue, o casamento misto à ideia da “má combinação”. Num pensamento cada vez mais estruturado, o antropólogo foi progressivamente contrapondo uma “via tropical” de miscigenação por oposição à dureza das relações raciais prevalentes nos países do norte. Segundo ele, a raiz estaria no “colonialismo brando” – “inclusivo” e não “exclusivo” – praticado pelos portugueses, tese que lhe trouxe – na altura o império colonial português ainda era uma realidade – alguns dissabores.

No mesmo ano em que Backheuser (1933) insistia no “embranquecimento” da raça, Freyre (2003) publicava *Casa Grande e Senzala*⁶¹, na qual culminava as suas teses sobre a superioridade da miscigenação.

Tais ideias não poderiam deixar de chocar com a propaganda antibrasileira entre as comunidades alemãs que favorecia a criação de uma *Deutsch Sudamerika*. Em 1940, quando a Alemanha Nazi ainda parecia imparável, o antropólogo tomava posição pública contra as teses geopolíticas alemãs num Brasil em cujo sul se organizavam congressos e se publicavam revistas filonazis que negavam a existência de um “Povo Brasileiro” e apenas aceitavam a existência de um “Estado Brasileiro”, afirmando ao mesmo tempo que a História era feita pelas minorias (Losano, 2006a: 288-289). Sinais de perigo evidente para o antropólogo que sentiu então que a integridade da cultura luso-brasileira estava em perigo.

Acusado primeiro de comunista, depois de pertencer ao *Intelligence Service* britânico e mais tarde de ser subsidiado pelo governo de Portugal, Gilberto Freyre foi, no meio de todas as críticas que lhe podem ser dirigidas⁶², um estrênuo defensor da originalidade da cultura e do “Homem Brasileiro” que, anos mais tarde, tão fecundamente seriam explorados por Carlos de Meira Mattos.

61 Consultar Gilberto Freyre (2003). A edição original deste trabalho remonta ao ano de 1933.

62 Sobre Gilberto Freyre e a Geopolítica brasileira no tempo da ditadura militar, consultar Mario G. Losano (2011: 283-302; 2006b).

No entanto e na continuidade da visão geopolítica “tradicional”, Mário Travassos⁶³ então capitão do Exército, utilizando conceitos tanto de Ratzel como de Mackinder publicou várias obras entre as décadas de 1930 e 1940, em particular o seu livro de 1935, *A Projeção Continental do Brasil*, que pode ser apresentado como um precursor da “escola brasileira de geopolítica”, pugnando por políticas que pudessem fazer do Brasil uma “Grande Potência”.

Espartilhado entre o poder crescente, embora ainda afastado, dos Estados Unidos a norte e o poder próximo da Argentina a sul, o Brasil deveria trabalhar urgentemente em duas frentes: integrar melhor o seu território, para poder aproveitar integralmente seus os recursos económicos e hídricos e contrariar a influência político-económica da Argentina sobre estes para controlar os países menores que a rodeavam (Hage, 2013).

Assim, Mário Travassos adaptou à América do Sul e em particular, ao Brasil, as teorias de Mackinder sobre o *heartland*. Com efeito, na sua obra de 1943, o geógrafo britânico admitia a existência, para além do *heartland* asiático, de uma zona africana com iguais propriedades geopolíticas a que chamou “*Heartland* do Sul”. Mário Travassos procurou na América do Sul uma zona igualmente protegida dos poderes marítimos e cuja posse significasse uma vantagem nítida e dominante. Encontrou-a no planalto boliviano. Nas suas próprias palavras “quem quer que estude os aspetos essenciais da geografia sul-americana há-de concluir que grande parte, senão a maior parte deles, vem culminar no planalto boliviano, que muito bem se pode considerar o centro geográfico de nossa massa continental (...)” (Travassos, 1938: 142).

Assim, o planalto do Mato Grosso, contíguo ao planalto boliviano seria a área central de manobra na disputa do Brasil com a Argentina. Estava encontrado o novo *heartland* do Sul.

Durante o governo de Getúlio Vargas, Travassos propôs o desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes baseada nas linhas naturais de circulação, salientando o grande atraso do Brasil em relação à Argentina que já pusera em prática uma política de transportes – centrada em Buenos Aires – que lhe permitia uma projeção quase continental, ao atingir o Pacífico através do porto chileno de Antofagasta e do porto peruano de Mollendo, o que lhe permitia acumular parte significativa das economias do Paraguai, Chile e Bolívia (Travassos, 1938).

Travassos, consciente das limitações geográficas do Brasil, propunha, em suma, uma política territorial que corrigisse as “anomalias viatórias” do Brasil que resultavam, segundo ele, do predomínio das forças marítimas herdadas dos interesses da coroa portuguesa durante o período colonial.

Qualquer que seja o caso, o “Estado Novo” pôs em prática uma política territorial. Em 1938, Getúlio Vargas propôs uma “marcha para oeste”, alegadamente para proceder à transferência dos “desocupados” das grandes cidades para o interior do território, onde se dedicariam a atividades do setor primário. Alegadamente, essa proposta – na sequência

63 Mário Travassos (1891-1973) militar e pensador geopolítico, participou na Força Expedicionária Brasileira, foi membro da comissão encarregue de estabelecer a localização de Brasília, atingiu, por passagem à reserva, o posto de marechal.

da Intentona Comunista de 1935 – seria um duplo golpe nas concentrações operárias e, ao mesmo tempo, um fator de desenvolvimento do interior. O que é certo é que por essa altura se desenvolveu no Centro-Oeste, uma nova rede de transportes e de cidades.

Backheuser classificou mesmo tal iniciativa como o “programa geopolítico” do governo Vargas (Vlach, 2003: 79).

Todas as anteriores tendências vieram a cristalizar e a ampliar-se com a fundação em 1949 – na elaboração de cujos estatutos participaram oficiais norte-americanos – da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta instituição passou a constituir um dos principais, senão o principal órgão de pensamento geopolítico no Brasil. De facto, os maiores vultos da geopolítica brasileira são, na sua quase totalidade, militares ou civis ligados àquela instituição.

Os seus principais representantes são os generais Golbery do Couto e Silva⁶⁴ e Carlos de Meira Mattos; ambos expressam o projeto “Brasil grande potência”, que o aparelho de Estado tentou implantar durante o regime militar (1964-1985).

Golbery do Couto e Silva (1967), que dedica a sua obra maior *Geopolítica do Brasil* a Backheuser, além de um claro alinhamento com os EUA no campo externo, centra a sua atenção na geopolítica interna, onde foi importante continuador do pensamento dos seus antecessores. De facto, no início dos anos 50 do século XX, a maior parte da população do Brasil concentrava-se na estreita faixa costeira do Sudeste, as fronteiras Norte e Nordeste eram pouco firmes e a soberania do Brasil sobre a imensidão da Amazônia estava posta em dúvida.

Golbery do Couto e Silva encara o Brasil como um “arquipélago” articulado em torno de um núcleo central, conforme a Figura 23, com a ilha amazónica e três penínsulas: a Nordeste – em volta de Recife –, a do Sul – Rio Grande do Sul – e a do Centro-Oeste – região de junção do Sul da Amazônia com a Bolívia e o Paraguai.

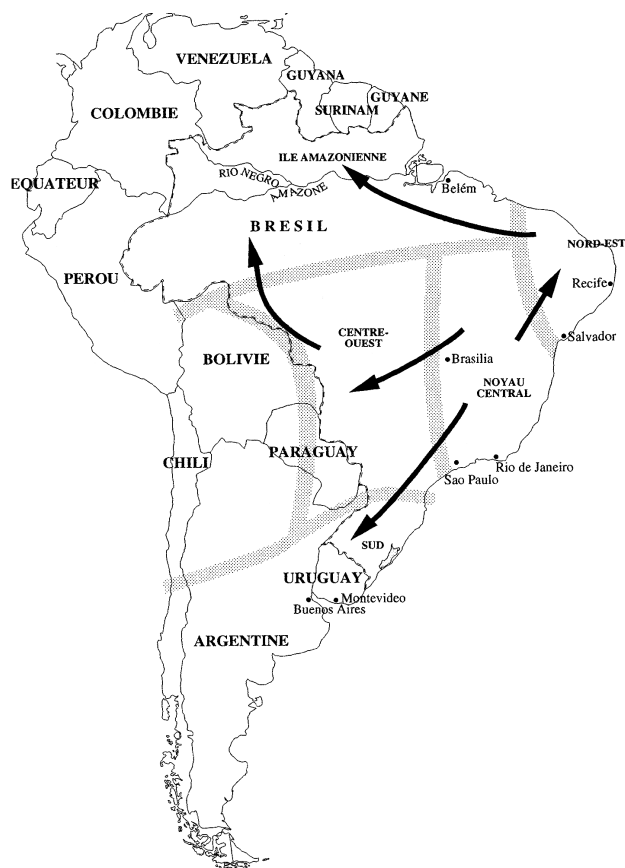
Partindo deste quadro geopolítico, o general elabora uma verdadeira estratégia de integração – formulada em termos militares – do território. A coesão e o reforço do Brasil poderiam, de acordo com Golbery do Couto e Silva, ser atingidos em três tempos:

- A região Sul e o Nordeste deveriam, em primeiro lugar, ser solidamente “ancorados” ao núcleo central (a plataforma central de manobra⁶⁵);
- A partir do núcleo central, progredir seguidamente em direção ao centro-oeste, ou seja para as regiões fronteiriças com a Bolívia e o Paraguai;
- Por fim, penetrar e colonizar a “ilha” amazónica, por um lado, a partir do centro-oeste e por outro, seguindo o grande rio Amazonas, na direção este-oeste.

64 Golbery do Couto e Silva (1911-1987) atingiu o generalato mercê do ganho de dois postos então concedidos aos militares que reformavam (em 1961). Coursou nos EUA, serviu na Força Expedicionária Brasileira e em 1952 foi colocado no Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, onde exerceu profunda influência. Chegou a ser chefe da Casa Civil do presidente Geisel e chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Muito polémico como político distinguiu-se pelas suas obras sobre Geopolítica

65 Um conceito que deriva quase certamente da “Grande Tática” de Napoleão que privilegiava a manobra a partir de uma posição central.

Figura 23 - A Visão Geopolítica de Golbery do Couto e Silva e a Manobra a Partir da “Posição Central”



Fonte: Pascal Lorot (1995: 82)

Como salienta Pascal Lorot (1995), a decisão tomada em 1958, pelo presidente Juscelino Kubitschek, de transferir a capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, na área central do país, deriva desta visão geopolítica, que esteve igualmente na base da “Grande Marcha para o Oeste”, a partir de 1964, quando os militares tomaram o poder no Brasil. As regiões centrais foram então reforçadas economicamente enquanto um vasto movimento de colonização de terras interiores se organizou paralelamente graças à construção de novos eixos de ligação entre as suas várias regiões. O Programa de Integração Nacional de 1970 permitiu, graças a uma política de transferência de populações – os “homens sem terra” do Nordeste foram convidados a ocupar as “terras sem homens” mais a Norte –, povoar regiões afastadas do Centro e consolidar a autoridade do Estado central nessas áreas (Lorot, 1995: 80-82).

Uma linha de pensamento com origem em Backheuser (1933) e passando, em especial, por Mário Travassos (1938), começava a tomar corpo, afastando o Brasil da costa e transformando-o num Estado continental. Tal significado geopolítico do abandono do Rio de Janeiro como capital uma visão portuguesa.

É interessante constatar, não só a materialização de um velho sonho português do início do século XIX, como também, mais uma vez, a influência do pensamento geopolítico alemão em todo este movimento. De facto, nos anos 30, a *Zeitschrift für Geopolitik*, dedicou vários artigos à excentricidade das capitais germânicas relativamente ao território, recomendando a sua alteração (Korinman, 1990: 188-189).

Na sequência quase inevitável da mesma linha, surge talvez o maior e mais brilhante pensador geopolítico do Brasil. Trata-se de outro militar mas também académico, o general Carlos de Meira Mattos⁶⁶. Também ligado à Escola Superior de Guerra, refletiu durante quase meio século sobre a geopolítica do Brasil, desde o seu primeiro livro *Projeção Mundial do Brasil* de 1960, inspirado em Mário Travassos (1935) até ao último *Geopolítica e Modernidade* de 2007 o seu pensamento é, no dizer de Luís Fontoura (s.d.), uma convocação nacional para a grandeza.

Doutorado em Ciência Política pela Universidade Mackenzie (EUA) em 1983 – a tese, sintomaticamente arguida por Gilberto Freyre, foi publicada logo a seguir, com o título *Geopolítica e Trópicos* –, Carlos de Meira Mattos (1997: 143), considerava o Brasil “uma potência satisfeita”, já que teriam cessado, de vez, as pulsões expansionistas, embora em 1977 considerasse que “o desenvolvimento de um país grande como o Brasil transborda em poder”.

Numa síntese do pensamento dos seus antecessores, o académico volta a insistir na vertebração, por linhas interiores, do vasto *hinterland* brasileiro, partindo, como propunha Golbery do Couto e Silva (1967), do planalto central, com uma espécie de novo “bandeirismo”, apoiado pelo poder central. Em resumo, Meira Mattos propõe o despertar da “continentalidade adormecida”.

Longe da dependência dos oceanos, esta continentalidade poderia florescer em comunidades transfronteiriças dotadas de vida própria, “áreas interiores de intercâmbio internacional”, no seu dizer, que, baseadas no interesse mútuo, poderiam, a prazo, favorecer o nascimento de uma solução comunitária para o subcontinente, ou seja uma Grande Sul América.

Nesse particular, o geopolítico vê mais longe e talvez mais claro que os seus antecessores. Na sua obra de 1980, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, o já general Carlos de Meira Mattos, considera que o cerne da continentalidade está concentrado, essencialmente, neste gigantesco território de 7 milhões de km², – dos quais quase 70% sob soberania brasileira –, com as suas florestas imensas, recipiente de todas as águas, quase sem gente, com 16.000 km de contorno terrestre e apenas 1.500 km de fachada marítima.

66 Carlos de Meira Mattos (1913-2007), militar e académico brasileiro, participou na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, comandou a Brigada da OEA na República Dominicana em 1965 e foi comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Foi igualmente vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington. Publicou mais de 10 livros e inúmeros artigos em revistas e jornais.

Nestas condições, Carlos de Meira Mattos, concebe uma verdadeira Pan-Amazônia, integrada social, política e economicamente por todas as Amazônia de outras soberanias, que assumiria uma excepcional importância para todo o subcontinente se apoiada numa vontade coletiva multinacional, desenvolvendo o interior em paralelo com a melhoria dos respiradouros no Atlântico e no Pacífico.

Carlos de Meira Mattos pensa em grande escala. Uma verdadeira convocação à grandeza, não só do Brasil, mas também de toda a América do Sul, até porque o geopolítico não esquece o mar – 2/3 do território continental, prenhe de riquezas –, defendendo uma estratégia brasileira própria não só no Atlântico – onde adere à tese de uma Comunidade de Estados de ambas as margens do Atlântico –, mas na procura da bi-oceanidade com acesso ao Pacífico. Uma estratégia continentalista apoiada pela maritimidade que margina a área. No fundo, um clone da visão norte-americana propugnada por Theodore Roosevelt e pelo seu amigo senador e doutor em História pela Universidade de Harvard, Henry Cabot Lodge⁶⁷.

Finalmente, e aos arrepios dos seus antecessores, o “Homem Brasília”. Não “embranquecido” como queria Backheuser, mas tal como seu arguente de doutoramento, Gilberto Freyre, o brasileiro criado com o país, homem proveniente de múltiplas origens que vence o adverso clima tropical, que se aclimata, se fixa e se dissemina pelo território e o defende de armas na mão. Mas para que tudo seja possível será necessário construir à escala nacional uma verdadeira justiça social, que a todos faça chegar o conhecimento, a saúde e o progresso. Só assim existirá uma verdadeira “coesão nacional”, mãe de todos os sonhos, talvez e porque não, de um “Brasil Grande Potência”.

Esta “Grande Potência” tem sido sonhada o mais alto nível, pelo menos desde o tempo do presidente Kubitschek. É importante recordar que nessa altura e até à Constituição de 1988, existia um órgão de aconselhamento estratégico, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) que remontava aos finais da República Velha e ao período do Estado Novo. Na esteira da crise do Suez de 1956 e do encaminhamento do petróleo do Médio Oriente pelo Cabo da Boa Esperança e muito em especial a partir do embargo de 1973, os planeadores do CSN procuraram mecanismos que assegurassem a autonomia energética, logo estratégica, do Brasil. Não existindo, na altura, qualquer autonomia ao nível dos hidrocarbonetos, a solução foi procurada na área nuclear. Foi assim que nasceram as centrais nucleares em Angra dos Reis⁶⁸.

Mas, o CSN, fortemente imbuído da procura do “poder nacional”, dedicou também grande atenção ao domínio completo do ciclo nuclear, denunciando o Brasil o Tratado de Não Proliferação (TNP) assinado em 1968 pelos EUA e a URSS como uma tentativa para “congelar” o poder mundial. O Brasil foi então sujeito a enormes pressões para desistir dos seus projetos mas chegou a assinar um acordo com a Alemanha Ocidental para o fornecimento de 10 centrais nucleares e mais uma para enriquecimento de urânio –

67 Caso Carlos de Meira Mattos tivesse ido avante com a sua idealização, talvez não seja improvável que viesse a lutar pela criação de um equivalente brasileiro de uma *Great White Fleet*, ligada a uma abertura de um canal que ligasse por via marítima as duas costas, Atlântica e Pacífica.

68 Para mais detalhes consultar *Desafios do Desenvolvimento* (2010).

gerando acusações de que a Alemanha (sempre ela) procurava construir no Brasil a bomba atômica que não podia construir na Europa. A tecnologia alemã de enriquecimento não provou – fora apenas testada em laboratório – e o programa de enriquecimento abortou.

Foi então que o presidente Geisel – era Golbery do Couto e Silva secretário-geral do CSN – determinou um programa nuclear paralelo: à marinha coube a tentativa de enriquecer o urânio com ultracentrifugadoras, à força aérea fazê-lo com laser e ao exército trabalhar na linha da água pesada. Os projetos, falhos de verbas e de vontade política, parecem ter morrido desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (Oliveiros Ferreira, *apud* Hage, 2008: 9-16).

O grande vulto não militar da teoria Geopolítica brasileira na segunda metade do século XX, foi sem dúvida Therezinha de Castro⁶⁹.

A professora, tal como Golbery do Couto e Silva, tem do Brasil uma concepção insular. Ligeiramente diferente, no entanto. Therezinha de Castro considera a existência de três ilhas, coincidentes com grandes regiões naturais: uma ilha subdesenvolvida, formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste (64% do território); uma ilha em desenvolvimento na região Nordeste (18% do território); e uma ilha desenvolvida nas regiões Sul e Sudeste (os outros 18%). Considera assim que, apesar da interioridade de Brasília, a enorme linha de costa faz com que o Brasil continue virado para o Atlântico. No duplo sentido de uma atribuição e de uma maior importância ao *rimland* como num sentido mais amplo de um regresso a uma maritimidade genérica que contrairia, de algum modo, as idealizações de Carlos de Meira Mattos.

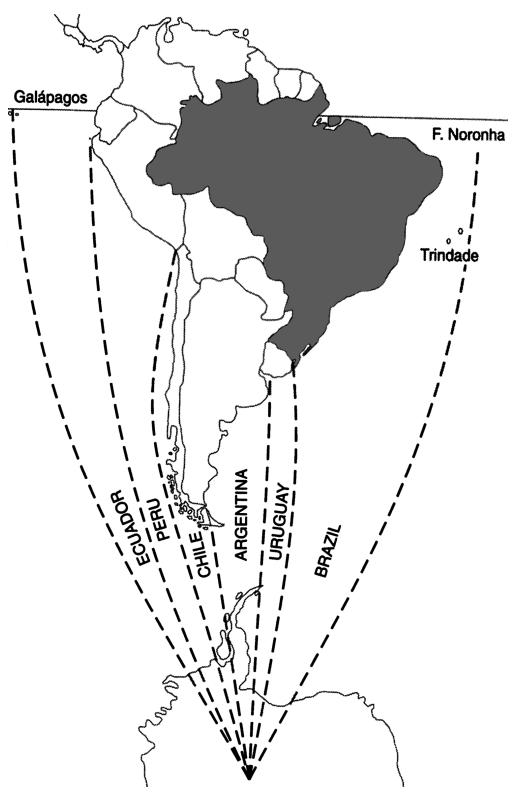
Além da Amazônia, Therezinha de Castro dedicou grande atenção à Antártida, tendo mesmo utilizado – como também fez Carlos de Meira Mattos (1975) – a chamada Teoria da “Defrontação”, como se pode ver na Figura 24. Esta teoria é um arranjo juridicamente sofisticado, que parte do princípio que um Estado tem direito a parcelas da Antártida quanto maior for a projeção linear do seu litoral sobre aquele continente. A aplicação prática desta teoria permite aos Estados do Cone Sul reivindicar segmentos da Antártida com vértice no Polo Sul⁷⁰.

Como as costas do Brasil, Chile e Argentina seguem, a traço grosso, as linhas longitudinais, esses países têm utilizado artifícios para aumentar a projeção do seu território. Por exemplo, o Brasil tem utilizado o arquipélago de Trindade Martim Vaz, distante mais de 1.000 km da sua costa para reclamar maior projeção sobre a Antártida.

69 Therezinha de Castro (1930-2000), geógrafa, historiadora e geopolítica, publicou mais de 20 livros, inúmeros artigos e publicações escolares a partir de 1960. Professora na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior do Exército, da Força Aérea e da Armada, foi um dos vultos mais influentes na sua área, tendo produzido pensamento original.

70 Uma ideia problemática, que levou a que enormes fatias triangulares e largamente coincidentes com o grande promontório antártico que fecha a sul a Passagem de Drake sejam ainda hoje reivindicados pelo Chile, pela Argentina e pelo Reino Unido.

Figura 24 – A Teoria da “Defrontação”
Segundo Therezinha de Castro



Fonte: Philip Kelly (1997: 46)

Therezinha de Castro, não deixava, também, de referir que a Antártida estava incluída, pelo Artigo 4.º do TIAR, na área de defesa hemisférica, o que conferia responsabilidades indeclináveis ao Brasil (Castro, 1976).

Repousando no Tratado da Antártida que em 1961 consignou o princípio da utilização do continente gelado apenas para fins científicos – o Brasil aderiu só em 1983 – a questão tem estado adormecida, tanto mais que o tratado foi renovado até 2041. Mas, as reivindicações territoriais – claramente, trazidas a lume pela Guerra das Malvinas-Falkland – mantêm-se e presumivelmente, voltarão à superfície se as condições tecnológicas e novas realidades geopolíticas o exigirem. De facto, todos os países do Cone Sul mantêm, a título temporário, ou permanente, bases científicas na Antártida – o Brasil ocupa temporariamente a Estação Antártica Comandante Ferraz⁷¹.

71 Tanto a Argentina como o Reino Unido mantêm aí também bases militares bem guarnecidas, sobretudo a primeira destas duas.

Igualmente, os assuntos relacionados com o mar tem assumido um crescente relevo no discurso geopolítico do Brasil, através da chamada “Amazónia Azul”. Esta expressão foi utilizada pela primeira vez em 2004, na *Folha de S. Paulo*, pelo então Comandante da Marinha Brasileira⁷² – designação equivalente à de Chefe de Estado-Maior da Armada na maioria dos países ocidentais –, desenvolvendo aí a sua ideia de pretender juntar à Zona Económica Exclusiva (ZEE) – 3,6 milhões de km² – a chamada Extensão da Plataforma Continental, proposta à ONU em 2004, com cerca de 900 mil km², perfazendo esta um total de cerca de 4,5 milhões de km², uma área ligeiramente menor do que a da Amazónia “Verde” e que, alegadamente, possuirá riquezas equivalentes, daí o seu nome.

Numa tentativa de despertar uma verdadeira vocação marítima brasileira, a Marinha do Brasil passou a adotar o conceito como um objetivo simultaneamente educacional, cultural e político. À semelhança do que se passa em Portugal – com a maior ZEE e Plataforma Continental proposta da Europa – a marinha brasileira pretende despertar na sociedade uma mentalidade marítima consistente e coerente com a importância da região para o futuro do Brasil. Efetivamente, lá se encontram, além dos recursos piscícolas, 91% do petróleo e 73% do gás natural do Brasil (Marinha do Brasil, s. d.). Extravasando a marinha, o Brasil já possui, para esta matéria, uma Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Uma inversão de prioridades de um país até agora continental.

E, finalmente, qual é hoje o pensamento geopolítico do Brasil? Em primeiro lugar, uma constatação evidente: depois do fim dos governos militares (em 1985), o Brasil deixou progressivamente de se integrar na cruzada anticomunista dos EUA que, tendo ainda alguma justificação ao nível da América Latina, perdeu todo o sentido global depois da queda do bloco soviético – a China deixou há muito de ser um competidor ideológico.

A alteração da posição do Brasil começou a ser mais evidente a partir da eleição de Lula da Silva e tem mantido as suas grandes linhas com Dilma Rousseff, refletindo, é claro, as suas posições ideológicas normalmente qualificadas como de “esquerda” mas derivadas também do surto de progresso económico resultante da exploração do petróleo e da autonomia geopolítica que daí resulta.

Curiosamente, o Brasil regressa um pouco ao pensamento geopolítico de Mário Travassos e, afinal, a todos os seus sucessores, cuidando do seu desenvolvimento interno – hoje alargado ao mar sob jurisdição – e negando a terceiros, em especial aos EUA, oportunidade e autoridade para condicionar a exploração dos seus recursos. Sobre este ponto, a *Estratégia Nacional de Defesa de 2012*, não poderia ser mais clara: “Quem cuida da Amazónia brasileira, ao serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil” (Ministério da Defesa, 2012a: 5). O mesmo se aplica à “Amazónia Azul” (Ministério da Defesa, 2012b: 41-42).

O Brasil segue pois uma estratégia “Anti-Acesso” e de “Negação de Área” (Paiva, 2013: 41), curiosamente muito semelhante ao preconizado no Projeto de Tratado entre

72 Consultar Roberto de Guimarães Carvalho (2004).

as Potências do Eixo de 1943, cujo preâmbulo e artigo 1.º refere explicitamente como objetivo “a defesa contra potências intrusas aos grandes espaços próprios” (Losano, 2006: 237-239). Afinal, um pouco de doutrina Monroe, agora às avessas.

Tudo desemboca numa visão “revisionista” da “ordem mundial”, que o Brasil olha hoje com profunda desconfiança (Duarte, 2014: 66), considerando-a “arbitrária e oligárquica”, nos termos exatos utilizados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (2010: 15) da Presidência da República do Brasil. Visão partilhada, como todos sabemos, por dois outros BRIC que pugnam pelo regresso de um mundo multipolar.

Por outro lado, parece hoje claro que o Brasil aposta na cooperação regional, transformando a América do Sul num espaço geopolítico próprio e integrado, através da cooperação económica e militar, em que, inevitavelmente possuirá a voz mais forte. Um longo caminho de resultado incerto, a que ainda se voltará.

É interessante verificar que a “pegada” da Escola Superior de Guerra continua lá. A escola, que transferirá a sua sede para Brasília, mantendo as instalações no Rio de Janeiro, é ainda uma fonte omnipresente no pensamento geopolítico. As suas publicações escolares, embora referindo sempre não constituírem doutrina oficial, merecem a maior atenção, já que as matrizes intelectuais do atual pensamento geopolítico brasileiro se podem encontrar no seu vasto acervo bibliográfico.

De entre este, algumas assumem particular significado e merecem destaque:

Em primeiro lugar a publicação *Geopolítica: Enfoques Temáticos* (Escola Superior de Guerra, 2003b) e presumivelmente republicada em anos subsequentes. Nela se encontra uma coletânea de pequenos textos que vão de Tocqueville aos pensadores brasileiros, passando por Ratzel, Kjellén e Mackinder, entre outros.

Fortemente elucidativos são os seguintes:

O artigo “Geopolítica e Globalização” de Carlos de Meira Mattos (1997), em que o autor critica mordazmente os arautos da globalização por porem em causa os valores fundamentais da política nacional e internacional as quais, segundo este, continuam a assentar na História (que não terminou) e na Geografia que se não alteram com as modas intelectuais;

“Soberania Limitada: Modelo Nacional do século 21?” artigo de Lydia M. Garner (1997), na qual a autora, professora na Southwest Texas State University, contesta o conceito de soberania supranacional baseada na visão universal de democracia e capitalismo industrial com a consequente soberania limitada para os países em desenvolvimento nas áreas que ponham em perigo a hegemonia dos países industrializados, conflituando com o modelo de soberania em vigor em várias partes do globo, nomeadamente na América Latina.

Finalmente, uma referencia a outra publicação da Escola Superior de Guerra que completa o quadro mental em que os geopolíticos brasileiros – e, presumivelmente o próprio Brasil – se movem. Trata-se de “O Brasil e a Nova Ordem Mundial: Enfoque Geopolítico” (Castro, 1997). Este texto revisita as cinco condições contidas na teoria da quantificação do poder do norte-americano Ray Steiner Cline (1977) e combina-as com as ideias de Tocqueville sobre o poder que resulta para os Estados da posse de vastas

fachadas marítimas e ampla extensão territorial e conclui que, no mundo atual, as sete condições do “poder latente” só são preenchidas pelo Brasil. Amanhãs que cantam, naturalmente.

12. Perspetivas Futuras

Há pouco mais de dez anos Saul Bernard Cohen (2003: 370-373) considerava o Brasil a indispensável força motora do subcontinente. Efetivamente recordava o geopolítico, o Brasil, hoje uma das maiores potências regionais do globo, representa 55% da população, 52% da superfície e 70% do Produto da América do Sul. Fazendo fronteiras com todos os Estados do subcontinente – com exceção do Chile e do Equador – o Brasil está em posição de influenciar os outros Estados, em especial quando vêm à superfície projetos indispensáveis de redes de transporte e de energia transcontinentais. Um simples olhar para o mapa – algo que os analistas por vezes esquecem – basta para tornar evidentes as anteriores afirmações.

A tudo isto se poderá acrescentar a prodigiosa abundância de recursos quer mineiros, quer agroflorestais, quer hídricos. De facto o Brasil é hoje autossuficiente em petróleo – não em gás natural –, possui recursos hídricos quase inesgotáveis – 82% da eletricidade gerada provém de barragens – e as savanas do interior, o “Cerrado”, com mais de 2 milhões de km² que têm um clima mais estável que os Estados costeiros, transformaram-se no centro da produção de soja, de algodão de alta qualidade, bem como de gado bovino. Por exemplo, o Estado de Mato Grosso, tradicionalmente uma região deprimida e subpovoada – ainda hoje tem pouco mais do que 1,5% da população do Brasil – é hoje o líder nacional da produção de soja, o 2.º maior produtor de arroz e o 4.º produtor de gado. A soja é hoje transportada por barcas rio Madeira abaixo até ao Amazonas, onde atingido o porto de Itacoatiara, é embarcada em navios oceânicos.

O Estado de São Paulo, por seu lado, continua a ser o maior produtor mundial de café e as suas perspetivas nas áreas frutícolas, do tabaco e do trigo são muito promissoras.

Sobre a indústria bastará referir que o Brasil é já a 10.^a potência industrial do mundo. Com todo este potencial, sendo igualmente o maior poder militar da América do Sul, o que falta ao Brasil para ascender ao estatuto de potência mundial?

Saul Bernard Cohen tem uma resposta. Para o geopolítico norte-americano, o Brasil sendo claramente o único país sul-americano com capacidade para promover a unidade geopolítica do subcontinente – e se tal acontecer, transformá-lo numa potência de primeira grandeza – tem estado, até hoje, limitado pelos seus próprios problemas internos. Pobreza, inflação, e uma divisão racial “informal” – não existem, ou são muito raros, atritos interpessoais com base na cor da pele – que se reflete economicamente num muito menor grau de educação e maior desemprego para os não brancos. Para Cohen, o facto de estas situações serem mais claras no Nordeste, torna evidente a existência de uma clara divisão que, e não sendo isso que está agora em causa, também existe nos EUA.

Se estes problemas forem resolvidos ou mitigados, o Brasil estará em condições de polarizar uma Região Geopolítica⁷³ da América do Sul Oriental, incluindo a Argentina, o Uruguai e o Paraguai e provavelmente o Chile.

Cohen escreveu isto em 2003. Na opinião do autor a força é reconhecer que se essa unidade geopolítica não foi atingida, o Brasil é no entanto hoje mais forte, mais autossuficiente e retirou muitos milhões dos seus cidadãos da faixa da pobreza, tornando o MERCOSUL uma realidade progressivamente pujante, apesar embora os crônicos problemas económicos da Argentina – a segunda economia do subcontinente – e de uma possível recessão prolongada no Brasil.

Mas a geografia não mudou e as enormes dificuldades de ligar o Atlântico ao Pacífico constituirão, muito provavelmente, uma barreira quase inultrapassável à integração regional, mesmo que a China decida investir em massa na região. Se tal acontecer – o Brasil é hoje, como anteriormente referido, uma potência “revisionista” inimiga do unipolarismo e da extensão da NATO ao Atlântico Sul –, e porque as velhas rivalidades continuam latentes – a bacia do rio da Prata continua a ser um espinho, apesar da cooperação existente – é pouco provável que os EUA assistam passivamente a um cenário desse tipo.

Todos os seus teóricos apontam, aliás, em sentido contrário. Pela sua influência, referem-se dois: Zbigniew Kazimierz Brzezinski (1997), embora centrasse o seu raciocínio na Eurásia, referia, numa escala de valor, a existência abaixo dos “Jogadores Geoestratégicos” – Estados com capacidade para afirmar poder e alterar situações além das suas fronteiras –, os “Pivots Geopolíticos” definidos como Estados que, pela sua posição geográfica poderiam bloquear a ação ou negar recursos aos “Jogadores Geoestratégicos”, Estados esses sobre os quais os EUA poderiam exercer pressão – a Ucrânia ou o Irão eram dados como exemplos. De outra forma, mas com resultados similares, num artigo na *Foreign Affairs*, Michael T. Klare (2001), traçando cenários de previsão de conflitos baseados nas zonas ricas em recursos e nas cronicamente instáveis – dizia que os conflitos eram inevitáveis onde as duas condições coincidissem –, juntava-lhes uma terceira categoria: a dos Estados que pela sua posição e recursos eram, embora estáveis, instrumentalizáveis por terceiros, provocando neles conflitos induzidos que favorecessem, naturalmente, terceiros.

Como o cenário do mundo demonstra abundante e recorrentemente, uma certa forma de regresso ao passado e a problemas que se julgavam resolvidos, é sempre possível.

Mas, se apesar de todas as dificuldades e presumíveis oposições, a transformação do Cone Sul numa região geopolítica é algo de plausível, semelhante ocorrência na zona andina é muito improvável. De facto, a maioria dos países dessa região continuam a ser dilacerados por violência interna que por vezes extravasa as fronteiras nacionais, alimen-

73 Para Cohen (2003: 40), uma Região Geopolítica é uma entidade de segundo nível, integrada num Domínio Geoestratégico – o primeiro nível, constituído pelo Mundo Marítimo Dependente do Comércio, o *Heartland* Russo Continental e o Misto Continental-Marítimo da Ásia Oriental – que se caracteriza pela continuidade e proximidade geográfica, pelas interações políticas, culturais e militares e, possivelmente por imigração histórica, miscigenação de povos e histórias partilhadas de nascimento nacional.

tada pelo narcotráfico que alimenta tanto as guerrilhas marxistas – como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – como as milícias de extrema-direita. O problema continua a ser especialmente grave na Colômbia, onde a produção de coca – cerca de 80% da produção mundial encontra-se no território controlado pelos vários grupos rebeldes – substitui a que foi erradicada do Peru, Equador e da Bolívia. No Equador, continua a funcionar uma espécie de base de retaguarda das FARC e no Peru, onde ainda subsiste algum território controlado pelo movimento maoísta Sendero Luminoso – que continua a controlar território e a manter reféns – a selva amazônica serve de trânsito para o contrabando de armas e de drogas. Não é de admirar que a região seja politicamente instável e frequentemente governada por políticos populistas ou simplesmente autoritários que estão muito longe de favorecer a cooperação entre Estados, e antes pelo contrário continuam a lutar pela autossuficiência.

Algum progresso vai sendo, no entanto conseguido. A UNASUL-União das Nações Sul-Americanas foi um passo de grande calibre na via da cooperação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina da Nações. Esta cooperação exerce-se em várias áreas, em especial nas da energia e dos transportes. Existe até um Conselho Ministerial da Energia e um Tratado Energético Sul-Americano foi assinado em 2012.

Mas a união continua longe e o melhor meio de a conseguir é, ainda, o adversário externo. Que adversário é percebido como comum a todos os países da América do Sul? Escreveu-se atrás que o antiamericanismo continua a “vender” bem no subcontinente e que qualquer brisa atea as suas brasas. Foi o que aconteceu em março de 2015, quando uma moção exigindo o fim do decreto do presidente Obama declarando a Venezuela como uma ameaça à segurança dos EUA, colheu a aprovação unânime dos países da UNASUL.

É claro que a assinatura, em outubro de 2015, da Parceria Transpácífica (PTP) da qual são membros o Peru e o Chile – abrindo ao Pacífico cerca de 9.000 km da costa ocidental –, poderá abrir novas linhas de fratura, numa estrutura ainda não suficientemente alicerçada, bem como a pertença do Brasil – potencial potência hegemônica – ao clube dos BRICS que contesta, abertamente, a hegemonia dos EUA, poderá, de novo, colocar os países da América do Sul em campos opostos.

Excluído desta parceria – que representa um golpe dos EUA nos sonhos hegemônicos da China no Pacífico –, o Brasil vê as suas opções reduzidas. Além da cartada da integração regional, é natural que a grande aposta venha a ser, de novo, a integração do Atlântico Sul, abrindo parcerias estratégicas com a margem africana que a geografia lhe pôs em frente. A grande desordem africana não torna esta opção muito atrativa, pelo que é de esperar uma tentativa de aprofundamento do MERCOSUL que, em tese pelo menos, poderá abrir o caminho para o Pacífico. O contragolpe chinês não deixará de surgir.

Outra incógnita pesa sobre os grandes países da América do Sul que, tradicionalmente (como a Venezuela) ou recentemente (como o Brasil) se tornaram fortemente dependentes do petróleo. No primeiro caso, a necessidade de “temperar” o seu denso petróleo e no segundo os enormes investimentos feitos na exploração *offshore* levam a que

os seus preços sejam cada vez menos concorrenciais, apanhados numa guerra comercial entre a Arábia Saudita e as grandes petrolíferas norte-americanas e num presumível ambiente de abundância de petróleo agravado – na perspectiva sul-americana – pela reentrada do Irão no mercado mundial.

Resta, igualmente, uma incógnita. Qual a influência de um Papa argentino que prega valores próximos da Teologia da Libertação e que condena os excessos do capitalismo? Será que que poderá ser antitético do seu antecessor polaco que tanta influência teve na queda do Bloco Comunista?

Conclusões

A América do Sul foi quase sempre uma zona de importância secundária no xadrez da política mundial. Tendo apenas entrado no sistema mundial quando ocupada e colonizada por potências europeias, foi durante longo período um reservatório de matérias-primas ou produtos da exploração da terra e como tal – com exceção de alguns conflitos de ocupação fortemente assimétricos – palco das lutas entre estas, refletindo quase por procuração, relações de poder exógenas.

Quando as querelas entre os europeus se extremaram no século XIX e as sedes dos poderes coloniais entraram em colapso, as elites locais entretanto formadas, aproveitaram a janela de oportunidade para se afirmarem como poderes autônomos, produzindo um dos campos de análise mais fecundos da História para a análise geopolítica.

De facto, se as características geoclimáticas do território, que podem, muito resumidamente, caracterizar-se por uma extensa cordilheira com as evidentes consequências climáticas, que se estende de norte a sul junto da fachada ocidental, deixando uma estreita fímbria de território até ao oceano Pacífico, sendo igualmente a origem de quase todos os grandes rios que correm para o distante Atlântico – a exceção são os rios que, partindo de uma baixa cordilheira na costa oriental, correm para sudoeste – numa quase planície que, devido às suas enormes dimensões possui uma grande variedade de climas e, logo, coberturas vegetais muito diversas, desde o nor-nordeste caracterizado pelo pesado clima equatorial, até ao clima temperado daquilo que hoje se chama o Cone Sul – influenciaram a segmentação administrativa dos colonizadores.

Essa segmentação pode ser descrita como descentralizada em vários vice-reinos e outras entidades menores no caso da coroa espanhola, centralizada num único governo-geral no caso da coroa portuguesa, refletindo também a diferente perceção do espaço de portugueses e espanhóis.

Essa divisão político-administrativa, conjugada com a imensidão dos espaços, a quase inexistência de vias de comunicação, as dificuldades de transposição das montanhas, das florestas e dos desertos, as dificuldades criadas por um clima frequentemente opressivo, ditaram uma lógica de fragmentação política da América Espanhola – mau grado as tentativas de alguns “Libertadores” – que acabou por dar origem a nove Estados diferentes.

Já na América de raiz portuguesa, se as dificuldades eram em muitos casos comuns com a restante América do Sul, a tradição unitária, uma língua diferente e, muito em especial, a presença de uma corte que criou as estruturas governativas próprias de um Estado soberano, possibilitaram uma solução bem diferente.

A fragmentação política e a definição de fronteiras não se fizeram, é claro, de uma forma pacífica. A forte compartimentação geográfica do território traduziu-se, no caso da América Hispânica, pela ascensão de um grande número de tiranetes locais (os “caudilhos”), ciosos das suas prerrogativas que cedo se hostilizaram, por vezes de forma bastante violenta. Daí, a preeminência das estruturas militares – em particular os exércitos – que, refletindo as estruturas de poder, foram não só, instrumentos de domínio

interno, como ajudaram a forjar as lealdades necessárias à construção dos Estados. De facto, na América do Sul, os Estados precederam as Nações.

Mesmo no Brasil, as enormes distâncias e as dificuldades de comunicação, deram origem ao mesmo tipo de tiranete local, os conhecidos “coronéis” a quem a autoridade do Estado demorou a impor-se.

De tudo isto resultaram várias guerras e ajustamentos de fronteiras. De todas elas as mais notáveis do ponto de vista geopolítico são as que culminaram com a criação de dois Estados “encravados”, a Bolívia e o Paraguai, este último na sequência de uma guerra de grandes proporções – em que, veladamente, o que estava em jogo era o controlo da Bacia do Rio da Prata –, situações essas que ainda hoje não estão satisfatoriamente resolvidas.

Depois de ganharem as suas independências de Portugal e de Espanha, os Estados do subcontinente, mercê dos seus importantes recursos e da sua turbulência interna, foram sujeitos a várias influências neocoloniais, primeiro da Grã-Bretanha – enquanto maior potência industrial do mundo – ciosa de conservar para si o monopólio da influência e do acesso a matérias-primas, bem como do controlo das rotas marítimas que contornam o extremo sul do continente. Esta influência não tardou a ser substituída, no virar do século XIX para o XX, pela dos EUA que, por esta altura se tornaram no maior Estado industrial do planeta.

A lógica foi basicamente a mesma e, por óbvias razões de proximidade geográfica, incidiu especialmente na América Central e nos países ribeirinhos do Norte da América do Sul. A intervenção foi, no entanto, bastante mais longe. De facto, por razões geoestratégicas, os EUA definiram uma extensão da doutrina Monroe logo em 1904, quando o então presidente “Teddy” Roosevelt reivindicou o “direito e obrigação” de intervenção norte-americana para pôr cobro a situações de caos local. No mesmo ano, os EUA conseguiram a separação do Panamá da Colômbia e a concessão por um século do canal a construir.

A ingerência norte-americana foi, a partir daí, num crescendo que extravasou a simples proteção dos interesses das empresas norte-americanas, para se tornar numa geoestratégia coerente quando, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, alguns regimes sul-americanos se tornaram simpatizantes do nazi-fascismo, uma ameaça que provou ser mais aparente do que real, mas que motivou uma propaganda em massa e uma política de intimidação por vezes não muito velada.

A pressão norte-americana aumentou ainda mais durante o período da Guerra-Fria, quando os EUA sentiram que o bloco soviético se poderia implantar solidamente no subcontinente e materializar uma “aproximação indireta” ao seu próprio território, prejudicando igualmente os seus vitais interesses políticos e económicos. É o período das ditaduras militares anticomunistas, muitas vezes orquestradas a partir de Washington, do mesmo modo que as “democracias populares” o foram a partir de Moscovo.

Estas ditaduras – de cariz um pouco diferente das tradicionais ditaduras sul-americanas de cariz personalista e representando interesses conservadores locais – foram, com o fim da Guerra-Fria, progressivamente, sendo substituídas por governos mais democráticos e a proverbial omnipresença dos militares na vida pública tem vindo a desvanecer-se.

No entanto, o subcontinente continua a lutar com alguns dos seus problemas crónicos, em boa parte heranças de um passado turbulento, bem como das características da geografia física e humana.

Fruto de tudo isto, o povoamento da América do Sul continua a concentrar-se nas faixas costeiras, deixando assim vastas zonas quase despovoadas e deprimidas economicamente onde, por vezes, a autoridade do Estado tem dificuldade em afirmar-se. É ainda nessas zonas que alguns dos movimentos armados de oposição aos poderes instituídos subsistem, em grande parte pelas enormes assimetrias socioeconómicas que tardam a desaparecer.

De facto, a herança do passado pré-colonial e colonial levou a que no subcontinente se encontre um matiz variado de populações: predominantemente brancos no Cone Sul, mulatos e negros no Nordeste, índios nas montanhas andinas e, refletindo também as duas primeiras realidades, um misto relativamente integrado de populações na outra metade da América do Sul que constitui o Brasil. Daqui decorre uma divisão relativamente clara de regiões étnico-culturais que, partilhando embora a religião católica, se diferenciam pelos valores culturais. O mais comum de entre todos eles é, no entanto, a “distância ao poder” que sendo máxima na América índia, é elevada em todo o subcontinente, assim como elevado é o “feminismo” e a resistência à mudança, esta última refletindo-se em enormes textos normativos – o tamanho das constituições é proverbial.

Esta passividade tem resultado no domínio oligárquico, na corrupção generalizada e na persistência de elevados níveis de pobreza e exclusão social. De facto, uma boa parte das maiorias populacionais têm sido, basicamente não-atores.

As comunicações continuam difíceis e assim permanecerão, presumivelmente, por algum tempo, já que o meio geográfico é fortemente hostil – as montanhas e a floresta equatorial são enormes obstáculos – dificultando a comunicação entre Estados – as fronteiras cristalizaram onde estão exatamente por isso – e a comunicação do interior com o mar. Mesmo um interior desenvolvido não goza dos favores de uma rede fluvial como fácil via de comunicação com o mar, logo com o mundo. De facto, ao invés da grande maioria de outros continentes, na América do Sul os rios não foram berço de civilizações.

Abundante em recursos minerais – foi objeto dos sonhos mais delirantes de espanhóis e portugueses –, madeiras, cana-de-açúcar e café (para citar apenas alguns) foi sujeita a uma exploração desenfreada por parte dos colonizadores – a prata da América Espanhola estava praticamente esgotada à data das independências – e, após estas, viveu vários ciclos económicos, quase sempre dominados por visões de curto prazo, que tiveram como consequência a não diversificação das fontes de riqueza e as subsequentes crises em que mergulharam.

O que se passou no Brasil é, a este título, paradigmático: Foi ainda durante o domínio português que se iniciou o ciclo do açúcar – que, em grande parte, justificou a introdução da escravatura e com ela uma mutação da geografia humana e do regime de propriedade – que durou até meados do século XVII – quando os Holandeses começaram a comercializá-lo mais barato, a partir das suas possessões no Sudeste asiático – altura em que a economia brasileira foi forçada a diversificar as suas fontes de rendimento.

Ao mesmo tempo que o açúcar perdia centralidade, os minerais preciosos foram emergindo. A descoberta de ouro e diamantes na região que hoje se chama, justamente, Minas Gerais provocou uma corrida ao ouro similar àquela que ocorreu em circunstâncias semelhantes, mais tarde, em outros locais do mundo. A grande beneficiária foi a Coroa portuguesa, pois à altura da independência, o ouro brasileiro conhecido era apenas residual. Mas a riqueza continua a ser muito grande. Por exemplo, estima-se que o Brasil possua as maiores reservas mundiais de minério de ferro e no Chile o cobre encontra-se à superfície. Fácil é concluir que o ciclo dos minerais não está fechado.

Outros ciclos se seguiram como o do cacau, o do café – que no Brasil trouxe vagas de emigrantes europeus para a região de São Paulo, desenvolvendo aí, também, o regime latifundiário e que, no plano económico, gerou uma tal dependência que levou o governo, em períodos de baixa de cotação internacional a mandar queimar colheitas para manter os preços – ou ainda o extraordinário ciclo da borracha que se desenvolveu na região Amazônica – logo, em especial, no Brasil – criando um enorme surto de riqueza que tornou aquela região inóspita, temporariamente, uma das mais requintadas do mundo, caindo depois na miséria quando as seringueiras, até aí apenas endêmicas da região, foram transplantadas para outras regiões do mundo.

Hoje, para além da importância que mantêm alguns dos recursos que deram origem aos ciclos de dependência económica, o ciclo económico parece estar centrado na exploração de hidrocarbonetos. Nomeadamente a Venezuela, que tem sido conhecida como um “Petro-Estado”, corre grandes riscos com uma possível desvalorização do petróleo motivada pela superabundância ou por guerras de preços. Os resultados, também no Brasil, poderão ser tão catastróficos como os que causaram o fim dos ciclos económicos de exagerada monodependência.

Apesar da atmosfera geral de apaziguamento e de crescente cooperação, as velhas rivalidades interestaduais e o receio de intervenções de potências exteriores, levam os Estados a sentir necessidade de manter importantes aparelhos militares que, continuam a estar focados no conflito Estado a Estado, na segurança das fronteiras e, em vários casos, na segurança interna.

É claro que esta atitude também radica no tradicionalmente muito relevante papel das instituições militares que, embora mitigado, continua a ser relevante. O Brasil, com cerca de metade do território e da população da América do Sul destaca-se no mar, em terra e no ar. Alguns projetos de cooperação na indústria militar começam a surgir, bem como participações combinadas em operações de apoio à paz.

Foi nos países do sul do subcontinente que a teoria geopolítica de raiz germânica mais frutificou e sobreviveu mesmo após o seu ocaso na Europa, até porque muitos dos seus teóricos ocuparam ou estiveram em posição de influenciar altos cargos de direção política. De facto, em quase todo o subcontinente, a geopolítica foi – e continua a ser – um exercício intelectual muito frequente. Alguns países descobriram o seu “Destino Manifesto” através dos pensadores geopolíticos, como através deles viram justificadas as suas pulsões expansionistas ou mesmo hegemónicas num caso, enquanto os mais fracos, em especial os “Estados tampão” que viram as suas fronteiras alteradas em seu detri-

mento no passado, tentaram descobrir no pensamento geopolítico a “panaceia” contra males futuros.

Também de salientar, o facto de uma boa parte do pensamento geopolítico sul-americano se centrar na “Geopolítica Interna”, corolário natural das grandes distâncias, dos obstáculos naturais e de um povoamento e desenvolvimento assimétricos, que leva uma boa parte dos autores a concentrarem-se no equilíbrio interno dos Estados, através do desenvolvimento de regiões de difícil acesso ou de fronteira, onde, frequentemente, a soberania dos Estados centrais é mal aceite ou mesmo disputada.

É claro que num subcontinente em que os Estados são, na maioria dos casos da América Hispânica, produtos dos interesses de chefes locais que retalharam conjuntos talvez mais lógicos herdados do período colonial, a geografia física e humana continua em demasiadas situações a separar aquilo que o voluntarismo dos homens uniu. Embora “congelados”, muitos conflitos territoriais continuam a existir e alguns Estados são construções completamente artificiais a quem as ameaças de fragmentação podem fazer resurgir a qualquer momento. Efetivamente é muito provável que a Geografia Política da América do Sul não tenha atingido a sua forma definitiva. Daí, certamente, a permanência da teoria geopolítica.

Com o fim do conflito Leste-Oeste, assistiu-se a uma progressiva democratização e ao fim dos governos autoritários, bem como a uma geral distensão nas relações entre os Estados. Embora grande parte dos pontos de desconcerto se mantenham intactos, parece que, pelo menos temporariamente, os Estados da América do Sul “congelaram” a maioria dos seus diferendos territoriais e começaram a investir mais seriamente na integração.

Falhado – por muitas razões, entre elas as enormes barreiras geográficas – o “destino manifesto” do Brasil – que seria o de transformar-se num país-continente como os EUA, rompendo para o Pacífico e dando lugar a uma potência mundial bi-ocênica –, a única alternativa à periferia é a da integração regional que, mais uma vez, o Brasil é o único capaz de polarizar. De facto, o subcontinente possui uma pletora de recursos que, uma vez integrados, poderão transformá-lo em uma verdadeira sede de poder mundial. Mas as dificuldades continuam lá: as enormes distâncias, as barreiras geográficas, o despovoamento, as assimetrias sociais e uma tradição muito forte e arraigada de desconfiança mútua e de defesa dos interesses nacionais, para mencionarmos apenas algumas.

Será também que o grande vizinho do Norte estará disponível para deixar essa integração acontecer e esse poder despertar?

As dúvidas são efetivamente mais do que as certezas. Não sendo a geopolítica uma bola de cristal, aponta continuidades certamente mais perenes do que a análise da “espuma dos dias” da política internacional. Daqui resulta que a visão geopolítica, ajudando-nos a ter uma visão integradora do passado e do presente, ajuda-nos também a olhar o futuro com mais segurança. E o vaticínio é claro: para se tornar sede de um poder mundial – se alguma vez tal vier a acontecer – a América do Sul tem ainda um longo caminho a percorrer.

Bibliografia

- Adam, Thomas (ed.) (2005). *Germany and the Americas: Culture, Politics and History. A Multidisciplinary Encyclopedia*. Vol. 1. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Almeida, Políbio F. A. Valente de (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.
- Anselmo, Rita e Sílvia Bray (2002). “Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser”, in Lucia Gerardi e Iandara Mendes (org.), *Do Natural, do Social e de Suas Interações: Visões Geográficas*. UNESP-Rio Claro, SP/AGETEO, pp. 109-120. [online] Disponível em <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/sumario.pdf>. Acedido em 29 de janeiro de 2014.
- Atlas Mundial (1999). *América do Sul*. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo.
- Backheuser, Everardo (1933). *Problemas do Brasil. Estrutura Geopolítica. O Espaço*. Rio de Janeiro: Omnia.
- Beall, Cynthia M. (2007). “Two routes to functional adaptation: Tibetan and Andean high-altitude natives”. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* [online], 104 (Suppl 1), pp. 8655-8660. Disponível em http://www.pnas.org/content/104/suppl_1/8655.full.pdf.
- Bonifácio, Maria de Fátima (2010). *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Lisboa: Texto Editora.
- BP (2015). *BP Statistical Review of World Energy June 2015*. BP [online]. London: BP Statistical Review of World Energy, pp. 42. Disponível em <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2015/bp-statistical-review-of-world-energy-2015-full-report.pdf>.
- BP (2011). *BP Statistical Review of World Energy June 2011*. BP [online]. London: BP Statistical Review of World Energy, pp. 49. Disponível em http://www.bp.com/content/dam/bp-country/de_de/PDFs/brochures/statistical_review_of_world_energy_full_report_2011.pdf.
- Brzezinski, Zbigniew K. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Buzeta, Oscar (1978). *Chile Geopolítico: Presente y Futuro*. Santiago de Chile: CISEC, pp. 348.
- Carpio Castillo, Rubén (1981). *Geopolítica de Venezuela*. 1.ª Ed.. Caracas: Editorial Ariel Seix Barral Venezolana.
- Carvalho, Roberto de Guimarães (2004). “A Outra Amazônia”, *Folha de S. Paulo* [online], 25/02/2004. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2502200409.htm>.
- Castro, Therezinha de (1999). *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Castro, Therezinha de (1997). “O Brasil e a Nova Ordem Mundial: Enfoque Geopolítico (Integração de Grupos Regionais e Sub-regionais na América do Sul – Sua Projeção para o Século XXI)”, *Revista da Escola Superior de Guerra* [online], Ano XII, n.º 35, pp. 33-40. Rio de Janeiro: ESG. Disponível em http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_35.pdf.
- Castro, Therezinha de (1976). *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- CEFEP (s.d.). “Presença da Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968”. *Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara* [online], Documentos,

- Disponível em <http://www.cefep.org.br/documentos/textoseartigos/documentosecartas/medellin.doc/view>.
- Chase, Allan (1943). *Falange: The Secret Axis Army in the Americas*. (S.l.): G. P. Putnam's Publisher.
- Chaunu, Pierre (1979). *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel.
- Chauprade, Aymeric (2003). *Géopolitique: Constantes et changements dans l'histoire*. 2e édition. Paris: Ellipses.
- CIA (2015). *The World Fact Book. South America*. Central Intelligence Agency [online]. Disponível em https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/wfbExt/region_soa.html. Acedido em 21 de fevereiro de 2014.
- Cline, Ray Steiner (1997). *World Power Assessment 1977: Calculus of Strategic Drift*. Boulder: Westview Press.
- Cohen, Saul Bernard (2003). *Geopolitics of the World System*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Cordeiro, Newton V. (1999). "Environmental management issues in Plata basin", in Asit K. Biswas, Newton V. Cordeiro, Benedito P. F. Braga and Cecilia Tortajada (eds.), *Management of Latin American river basins: Amazon, Plata and São Francisco*. Tokyo, New York, Paris: UN University Press, pp. 148-173.
- Costa, Darc (2009). *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cutrona, Sebastián (2011). "Geopolítica: Del Estigma Euroamericano al Florecimiento en Latino-america", *Inferencia Política* [online], nº 1. Disponível em <http://revistaelectronica.unlar.edu.ar/index.php/inferenciap>. Acedido em 23 de janeiro de 2015.
- Daveau, Suzanne (2005). *O Ambiente Geográfico Natural*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Desafios do Desenvolvimento (2010). "História: Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. Usinas nucleares de Angra dos Reis mostram outro lado da matriz energética brasileira". *Desafios do Desenvolvimento* [online], Ano 7, Edição 63, 19/11/2010, pp. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1295:reportagens-materias&Itemid=39.
- Deveza, Filipe (s.d.). "O Caminho da Prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII)", *Revista Navigator* [online] 4, pp. 79-87. Disponível em http://www.revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art6.pdf. Acedido em 22 março de 2014.
- Diamond, Jared (1999). *Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies*. New York, London: W.W. Norton & Company [1.ª ed. 1997].
- Diário de Notícias (2009). "Brasileiros têm 80% de herança genética dos europeus", *Diário de Notícias* [online], 06 de outubro, 13:20. Disponível em <http://www.dn.pt/ciencia/sabia-que/interior/brasileiros-tem-80-de-heranca-genetica-dos-europeus-1382491.html>.
- Drouin, Jean Claude (2011). *Os Grandes Economistas. Uma introdução à economia*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- Duarte, António Paulo (2014). "A 'Estratégia Nacional de Defesa' e o Pensamento Contemporâneo do Brasil", in Luis Machado Barroso e Luis Falcão Escorrega (coord.), *Estudos de Homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM, pp. 53-77.
- Duverger, Christian (2007). "Géopolitique Historique des Ameriques", *L'Histoire*, nº 322.

- EIA (2015). *Brazil: International Energy Data and Analysis*. EIA, U. S. Energy Information Administration [online], December 2. Disponível em https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Brazil/brazil.pdf.
- Encyclopaedia Britannica (2014). “War of the Triple Alliance”, *Encyclopaedia Britannica* [online], 6-6-2014. Disponível em <http://www.britannica.com/event/War-of-the-Triple-Alliance>. Acedido em 14 de setembro de 2015.
- Escola Superior de Guerra (2003a). “O Brasil e a Nova Ordem Mundial”, *Leituras Selecionadas*, LS 820/03. Rio de Janeiro.
- Escola Superior de Guerra (2003b). “Geopolítica: Enfoques Temáticos”, *Leituras Selecionadas*, LS 833/03. Rio de Janeiro.
- Etchepareborda, Roberto (1978). *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Pleamar.
- Faria, Duarte Lynce de (2014). “Convenção do Direito do Mar”, in Victor Lobo Cajarabille (coord.) *A Segurança dos Portos: Uma Visão Integrada*. Aveiro: Mare Liberum, pp. 175-181.
- Fonseca, Henrique (2013). “O Brasil e o Mar”, in Alexandre Sousa Pinto *et al.* (coord.) *Brasil e Portugal: Unindo as Duas Margens do Atlântico*. Atas do Colóquio Internacional realizado em Lisboa 26 a 28 de junho de 2013. Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Academia Portuguesa da História, SGL, CPHM e AICP, pp. 359-376.
- Fontoura, Luis (s.d.). “General Carlos de Meira Mattos (perfil e obra geopolítica)”. [s.n.t.]. Disponível em www.adelinotorres.com.
- Foster, John Belamy and Brett Clark (2004). “Ecological Imperialism: The Curse of Capitalism”, *The Socialist Register 2004: The New Imperial Challenge*, Vol. 40, pp. 186-201. [online] Disponível em <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5817/2713#.VkM4TS8nxGM>.
- Freyre, Gilberto (2003). *Casa-grande & senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 48.ª Ed. Revista. São Paulo: Global Editora/Fundação Gilberto Freyre/Instituto de Estudos Brasileiros da USP. [1.ª Edição 1933].
- Freyre, Gilberto (1922). “Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century”, *The Hispanic American Historical Review*, V. 5, no 4.
- Friedman, George (2012). “The Geopolitics of Brazil: An Emergent Power’s Struggle with Geography”, *Stratfor Global Intelligence* [online], 10:59 GMT, May 13. Disponível em <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle-geography>. Acedido em 1 de junho de 2013.
- Furtado, Celso (1956). *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- Garcia, José Manuel (1991). *História de Portugal: Uma Visão Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Garner, Lydia M. (1997) “Soberania Limitada: Modelo Nacional do Século 21?”, *A Defesa Nacional*, n.º 776, (Apr/Jun), pp. 19-46. Rio de Janeiro.
- Gomes, Laurentino (2013). *1889*. São Paulo: Globo Livros.
- Gomes, Laurentino (2009). *1808*. Lisboa: Leya.
- Grimberg, Carl (1964). *Histoire Universlle*, 12 volumes. Verviers: Marabout Université.
- Guedes, Armando Marques (2012). “Geopolitical Shifts in the Wider Atlantic: Past, Present and Future”, in John Richardson *et al.* *The Fractured Ocean: Current Challenges to Maritime Policy in the Wider Atlantic*. The German Marshall Fund of United States of America, pp. 11-56.

- Hage, José Alexandre (2013). “Mário Travassos e a geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e preocupações com imperialismos”, *Revista de Geopolítica*, V.4, n.º 1, jan/Jun, pp. 98-114.
- Hage, José Alexandre (org.) (2008). *A Energia, a Política Internacional e o Brasil. Conflitos e Propostas para o Século XXI*. Curitiba: Instituto Memória.
- Human Development Report (2008). *Human Development Report 2007/2008. Fighting Climate Change: Human Solidarity in a divided world*. New York: United Nations Development Programme, pp. 399. [online] Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf
- Huntington, Ellsworth (1915). *Civilization and Climate*. New Haven: Yale University Press.
- Huntington, Samuel (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- IISS (2014). *The Military Balance 2014*. International Institute for Strategic Studies [online], Routledge. Disponível em <https://www.iiiss.org/en/publications/military-s-balance>.
- Kelly, Philip (1997). *Checkerboards and Shatterbelts: The Geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press.
- Kennan, F. George (1947). “The Sources of the Soviet Conduct”, *Foreign Affairs* [online], July, From The Archive: Comunism and the Cold War. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>.
- Kissinger, Henry (1996). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.
- Klare, Michael T. (2001). “The New Geography of Conflict”, *Foreign Affairs*, Vol. 80, n.º 3, May/June, pp. 49-61.
- Korinman, Michel (1990). *Quand l'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique*. Paris: Fayard.
- Labourdette, Jean-François (2001). *História de Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- Lacerda, Sander Magalhães (2009). “Ferrovias Sul-Americanas: A Integração Possível”, *Revista do BNDES* [online], V. 16, N.º 31, Junho, pp. 185-214. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3107.pdf.
- Laconish, Julia Velilla (1982). *Paraguay un Destino Geopolítico*. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos y Relaciones Internacionales.
- Landes, David (2000). *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Porque São Algumas Tão Ricas e Outras Tão Pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Latinports (2014). “Ranking of the Best Ports in Latin America 2014”, *Latinports* [online], September 8, 2014. Disponível em <http://latinports.org/en/ranking-the-best-ports-latin-america-2014/>.
- Lawrence, Robert Z., Margareta Drzeniek Hanouz and Sean Doherty (eds.) (2012). *The Global Enabling Trade Report 2012: Reducing Supply Chain Barriers*. Geneva: World Economic Forum. [online] Disponível em http://www3.weforum.org/docs/GETR/2012/GlobalEnabling-Trade_Report.pdf. Acedido em 31 de janeiro de 2014.
- Leach, Edward (1970). *Political Systems in Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure*. London: LSE.
- Library of Congress (s.d.). *Great Depression and World War II, 1929-1945. President Franklin Delano Roosevelt and The New Deal, 1933-45*. Library of Congress [online]. Disponível em <http://www>.

- loc.gov/teachers/classroommaterials/presentationsandactivities/presentations/timeline/depwwii/newdeal/.
- Lima, Haroldo (2013a). “O Petróleo na América do Sul”, *Portal Vermelho* [online], 15 de janeiro de 2013, 08h 16. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/203641-1>. Acedido em 4 de dezembro de 2014.
- Lima, Haroldo (2013b). “O Petróleo na América do Sul”, *Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral* [online], 15/01/2013, 17:31. Disponível em <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=3881>.
- Lorot, Pascal (1995). *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- Losano, Mario G. (2011). *La Geopolítica del Novecento: dai Grandi Spazi delle Dittature alla Decolonizzazione*. Milano: Mondadori Bruno.
- Losano, Mario G. (2006a). “Il Mondo Secondo Hitler”, *Limes*, Rivista Italiana di Geopolitica, n° 5, pp. 237-259.
- Losano, Mario G. (2006b). “A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil”, *Cultura*, Revista de História e Teoria das Ideias, XXII, pp. 371-386.
- Loveman, Brian (1994). “Protected Democracies and Military Guardianship: Political Transitions in Latin America, 1978-1993”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol 36, n° 2.
- Macedo, Jorge Borges de (2006). *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Vol. I. 2.ª Ed. Revista. Lisboa: Tribuna da História/Instituto da Defesa Nacional, pp. 444 [Edição original de 1987].
- Mackinder, Halford (1943). “The Round World and the Winning of the Peace”, *Foreign Affairs*, n° 21, pp. 595-605.
- Marinha do Brasil (s.d.). “A Amazônia Azul”, *Centro de Comunicação Social da Marinha* [online], Sala de Imprensa. Disponível em http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/html/amazul.html.
- Mattos, Carlos de Meira (2002). *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Mattos, Carlos de Meira (1997). “Geopolítica e Globalização”. *Revista da Escola Superior de Guerra* [online], Ano XII, n.º 35, pp. 61-64. Rio de Janeiro: ESG. Disponível em http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_35.pdf.
- Mattos, Carlos de Meira (1983). *Projeção Mundial do Brasil*. Rio de Janeiro: ESG.
- Mattos, Carlos de Meira (1980). *Uma Geopolítica Pan-amazônica. Geopolítica*. V. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Editora FGV.
- Mattos, Carlos de Meira (1977). *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Mattos, Carlos de Meira (1975). *Brasil. Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Ministério da Defesa (2012a). *Estratégia Nacional de Defesa 2012*. Ministério da Defesa [online]. Brasil. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>.
- Ministério da Defesa (2012b). *Livro Branco de Defesa Nacional*. Ministério da Defesa [online]. Brasil 2012, pp. 276. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>
- Mordal, Jacques (1959). *25 Siècles de Guerre Sur Mer*, 2 Vol. Verviers: Marabout Université.

- Nogueira, José Manuel Freire (2011). *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.
- OCDE (2015). *Relatórios Econômicos da OCDE: Brasil 2015*. Resumo em português. OCDE [online], novembro, pp. 50. Disponível em <http://www.oecd.org/eco/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>
- OCDE (s.d.). *PISA: The OECD Programme for International Student Assessment* [online]. Disponível em <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/37474503.pdf>.
- OEA (s.d.). *Nuestra Historia*. Organización de los Estados Americanos [online]. Disponível em http://www.oas.org/es/acerca/nuestra_historia.asp.
- Pagden, Anthony (2003). *Povos e Impérios*. Lisboa, Mem-Martins: Círculo de Leitores.
- Paquette, Gabriel (2013). *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paiva, Luiz Eduardo Rocha (2013). “Cenários de Conflitos do Brasil na Defesa da Amazônia e do Litoral Atlântico”. Estado-Maior do Exército, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Núcleo de Estudos Prospectivos, novembro, pp. 72. [online] Disponível em <http://www.reservaer.com.br/estrategicos/Gen-Rocha-Paiva.pdf>.
- Pinochet Ugarte, Augusto (1972). *Geopolítica*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello.
- PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Camões-MNE, p. 246. [online] Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf.
- Portal Brasil (2014). “Novas Reservas Estão em Estágio Inicial de Exploração”. *Portal Brasil* [online], 28/07/2014, 13h21. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/novas-reservas-estao-em-estagio-inicial-de-exploracao>.
- Prado, Maria Lígia e Soares, Gabriela Pellegrino (2014). *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 208.
- Presidência da República do Brasil. *Ministros*. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>. Acedido em 7 de março de 2014.
- Railway Technology (s.d.). “Tinaco-Anaco Railway Line, Venezuela”, *Railway-Technology.com* [online]. Disponível em <http://www.railway-technology.com/projects/-tinaco-anaco-railway-line-venezuela/>. Acedido em 7 de fevereiro de 2014.
- Saraiva, José H. (1993). *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Secretaria de Assuntos Estratégicos (2010). *Brasil 2022*. Secretaria de Assuntos Estratégicos [online], Presidência da República, Dezembro de 2010. Brasília, pp. 104. Disponível em <http://www.redeplan.info/documents/10157/3eee97eb-41b1-4c81-a069-5c2b48ebfeb3>.
- Sell, Loana Suzuki (2006). “International Water Law in the La Plata Basin: Regional Application of Principles and Procedural Rules of General International Water Law”, *VRÜ Verfassung Und Recht In Übersee*, 39, (2), pp. 176-191.
- Selvagem, Carlos (1991). *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. 4.ª Reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda [Edição original de 1931].
- Silva, Altiva Barbosa da (1996). *Do Povo sem Espaço ao Espaço sem Povo. Uma Análise da Zeitschrift für Geopolitik*. Resumo da tese de mestrado. Departamento de Geografia/USP [online]. Disponível em www.rc.unesp.br/gce/grad/geografia/revista.html.

- Silva, Golbery do Couto e (1967). *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Storni, Segundo R. (2009). *Intereses Argentinos en el Mar*. 2ª ed. 1.ª imp. Buenos Aires: Armada Argentina, Min. de Defensa. [online] Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/publicaciones/pdf/Libro-Intereses-Argentinos-en-el-Mar-Segundo-Storni.pdf>.
- The Hofstede Center (s. d.). *Country Comparison*. The Hofstede Center [online]. Disponível em geert-hofstede.com/countries.html. Acedido em 8 de novembro de 2013
- The Miller Center (s. d.). *Presidential Speech Archive*. The Miller Center [online], University of Virginia. Disponível em <http://millercenter.org/president/speeches#hoover>. Acedido em 23 de dezembro de 2013.
- Thomas, Hugh (1969). *A Guerra Civil de Espanha*, 2 Volumes. Lisboa: Pensamento.
- Thual, François (1996). *Géopolitique de l'Amérique Latine*. Paris: Economica.
- Tokatlian, Juan Gabriel (2015). "Latin America Between Kennan and Obama". *Project Syndicate* [online], May 5. Disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/foreign-policy-us-latin-america-by-juan-gabriel-tokatlian-2015-05>. Acedido em 7 de maio de 2015.
- Tota, António Pedro (2000). *O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Toynbee, Arnold (1964). *Um Estudo da História*. Lisboa: Ulisseia.
- Travassos, Mário (1938). *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Tuathail, Gearóid Ó, Simon Dalby and Paul Routledge (eds.) (2006). *The Geopolitics Reader*. 2nd Edition. London, New York: Routledge.
- UIC (2013). *Statistique des chemins de fer: Synthèse 2013*. Union Internationale des Chemins de Fer [online]. Disponível em <http://www.uic.org/statistics#documents>
- Uribe, Manuel Rodriguez (2010). "Existe una geopolítica chilena, hoy?", *GEOPOLITICASUR* [online], 24 febrero 2010. Disponível em <https://geopoliticassur.wordpress.com/2010/02/24/%C2%BFexiste-una-geopolitica-chilena-hoy/>. Acedido em 10 de janeiro de 2015.
- Vives, Jaime Vicens (1956). *Tratado General de Geopolítica*. 2ª Ed. Barcelona: Universidad de Barcelona, Centro de Estudios Históricos Internacionales.
- Vlach, Vania Rubia Farias (2003). "Estudo Preliminar Acerca dos Geopolíticos Militares Brasileiros", *Terra Brasilis* [online], 4-5. Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Disponível em <http://terrabrasilis.revues.org/359>. Acedido em 22 de fevereiro de 2015.
- Vogt, Olgário Paulo (2001). "Germanismo e Nacionalização em Santa Cruz do Sul". *Ágora*, Vol. 7, n.º 2, pp. 49-92.
- Wallerstein, Immanuel (1974). *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, pp. xiv, 410.
- Wilcken, Patrick (2005). *O Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Lisboa: Livraria Civilização Editora.
- Wong, Laura L. Rodríguez e Carvalho, J. A. (2006). "O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas", *Revista Brasileira de Estudos da População* [online], vol. 23, n.º 1, jan/jun, pp. 5-26. São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf>.

Índice de Cadernos publicados

| III SÉRIE | | |
|-----------|----|--|
| 2015 | 19 | A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional |
| | 18 | Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918 |
| | 17 | As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030 |
| | 16 | O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i> |
| 2014 | 15 | A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios |
| | 14 | Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível |
| | 13 | Memória do IDN |
| 2013 | 12 | Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço |
| | 11 | Gender Violence in Armed Conflicts |
| | 10 | As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo |
| | 9 | Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise |
| 2012 | 8 | Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises |
| | 7 | Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança |
| 2011 | 6 | A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| | 5 | O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica |
| | 4 | Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha |
| | 3 | As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades |
| 2010 | 2 | Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal |
| | 1 | Acerca de "Terrorismo" e de "Terrorismos" |
| II SÉRIE | | |
| 2009 | 4 | O Poder Aéreo na Transformação da Defesa |
| | | O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea |
| | 3 | Conhecer o Islão |
| 2008 | 2 | Cibersegurança |
| | | Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais |
| | 1 | Conflito e Transformação da Defesa |
| | | A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão |
| | | O Conflito na Geórgia |

I SÉRIE

| | | |
|------|---|--|
| 2007 | 5 | Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional |
| | 4 | A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa |
| 2006 | 3 | Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional |
| | 2 | Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair |
| | 1 | O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências |

AMÉRICA DO SUL: UMA VISÃO GEOPOLÍTICA

Periférica e fonte de matérias-primas para terceiros, a América do Sul nunca desempenhou um papel de relevo no xadrez mundial.

Com uma geografia física e uma variedade climática que favorecem a segmentação foi, também por isso, colonizada e administrada de diferentes modos por portugueses e espanhóis, factos que vieram a refletir-se na configuração dos Estados e numa forte dimensão conflitual após as independências do século XIX. De tudo isto resultou também uma distribuição assimétrica das populações, bem como uma forte tendência para o florescimento de pequenos poderes locais, criando deste modo um campo ímpar para a análise geopolítica, já que a teorização era frequentemente confirmada pela realidade. Não é certamente por acaso, que a teoria geopolítica é ainda omnipresente em todo o subcontinente.

De facto, cerca de duzentos anos após as independências, os países da América do Sul ainda procuram os seus caminhos. Hegemonia, acerto de fronteiras, integração, cooperação política e económica, tudo permanece em aberto.

